

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Sociologia

Maria Angel Orjuela Morales

**Capital social e população com deficiência: o caso da Federação das Apaes do Estado de
Minas Gerais (FEAPAES-MG)**

Belo Horizonte
2019

Maria Angel Orjuela Morales

Capital social e população com deficiência: o caso da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG)

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Segundo Salej Higgins

Belo Horizonte – MG

2019

301
O69c
2019

Orjuela Morales, Maria Angel.

Capital social e população com deficiência [manuscrito] :
o caso da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais
(FEAPAES-MG) / Maria Angel Orjuela Morales. - 2019.

162 f.

Orientador: Silvio Segundo Salej Higgins

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Sociologia – Teses. 2. Deficientes – Teses. 3.Capital
social - Teses. 4.Terceiro setor – Minas Gerais - Teses.
5.APAE – Minas Gerais. I. Higgins, Silvio Salej.
II .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MARIA ANGEL ORJUELA MORALES

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de agosto de 2019 (dois mil e dezenove), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada:

"CAPITAL SOCIAL E POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA EM MINAS GERAIS".

A banca foi composta pelos professores doutores **Silvio Segundo Salej Higgins** (Orientador - DSO/UFMG), **Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG), **Eduardo Moreira da Silva** (DCP/UFMG) e **Antônio Carlos Andrade Ribeiro** (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Silvio Segundo Salej Higgins (Orientador- DSO/UFMG)

Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Eduardo Moreira da Silva (DCP/UFMG)

Prof. Dr. Antônio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL)

Todos os meus triunfos são para minha mãe e meu pai.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia agradeço pelos ensinamentos que contribuíram para meu crescimento acadêmico.

Aos colegas de pós-graduação agradeço pelas parcerias e diálogos ao longo do processo de pesquisa.

Agradeço especialmente a meu marido pelo apoio incondicional em todos os momentos.

“Nichts ist für den Menschen als Menschen etwas wert, was er nicht mit Leidenschaft tun kann”
(Max Weber, Wissenschaft als Beruf, 1919).

Resumo

As pesquisas sobre deficiência são muito recentes no âmbito acadêmico, mas são poucas as pesquisas que atualmente debatem sobre as organizações do terceiro setor e a construção de suas redes para a inclusão e promoção dos direitos da população deficiente.

O estudo em questão teve como objetivo descrever e analisar o Capital Social das pessoas com deficiência no caso da Federação das APAES do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG), segundo o postulado teórico do cientista político Robert Putnam e os sociólogos Claus Offe e Susanne Fuchs. Os dados primários foram obtidos a partir da aplicação de um questionário tipo *Survey*, e os dados secundários a partir da extração de informação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também foram realizadas entrevistas com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONPED), e a FEAPAES-MG.

A amostra do *Survey* foi composta a mais de 90% pelas APAES-MG. Os resultados mostraram um panorama destas organizações do terceiro setor com pouco voluntariado (baixo nível de engajamento voluntário dos cidadãos em pró da inclusão social dos deficientes) e com uma forte dependência da Federação perante à contratação com o Estado e o financiamento através de emendas parlamentarias. Espera-se que esta investigação estimule a reflexão sobre a temática e suas implicações para a comunidade com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais. Capital social. Organizações do terceiro setor. FEAPAES-MG.

Abstract

Research on disability is a very recent development in academia, and there is scarce research currently debating third sector organizations and the way they build their networks for the inclusion and promotion of the rights of disabled population.

This study is aimed at describing and analyzing the Social Capital of people with disabilities in the case of the Federation of APAES of the State of Minas Gerais (FEAPAES-MG), according to the theoretical postulate of political scientist Robert Putnam and sociologists Claus Offe and Susanne Fuchs. Primary data were obtained from the application of a survey-type questionnaire, and secondary data was drawn from information on the Management System of Agreements and Transfer Contracts (SICONV), and from the Institute of Applied Economic Research (IPEA). Interviews were also conducted with the State Council for the Defense of the Rights of Persons with Disabilities (CONPED), and FEAPAES-MG.

The survey sample was composed of more than 90% by APAES-MG. The results present an overview of these third sector organizations that displays little volunteering (low level of voluntary engagement of citizens in favor of the social inclusion of the disabled) and a strong dependence on the Federation regarding contracting with the State and funding through parliamentary amendments. It is hoped that this investigation will stimulate reflection on the topic and its implications for the disabled community.

Keywords: People with disabilities in the State of Minas Gerais; Social capital; Third sector organizations; FEAPAES-MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Distribuição dos tipos de deficiência no Brasil	21
Quadro 1- Percentual de pessoas com deficiência severa	21
Figura 2- Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente, por grupos de idade	22
Figura 3- Percentual de pessoas com deficiência severa na população residente, por grupos de idade	22
Figura 4- Número de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, por grupos de idade	24
Figura 5- Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas por grandes regiões do Brasil	25
Figura 6- Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências por grupos de idade: censos 2000 e 2010 (%)	28
Figura 7- Frequência de artigos por ano	49
Figura 8- Frequência de publicações por países	50
Figura 9- Proporção dos tipos de estudo	51
Figura 10- Capital Social: marco conceitual e hipóteses	59
Figura 11- Adaptação do modelo de análise	66
Figura 12- Interesse ao longo do tempo do termo ‘pessoas com deficiência’ no Brasil	73
Figura 13- Interesse por sub-região do termo ‘pessoas com deficiência’ no Estado de Minas Gerais	75
Figura 14- Consultas relacionadas do termo ‘pessoas com deficiência’ no Brasil	76
Figura 15- Interesse ao longo do tempo dos termos ‘inclusão de pessoas com deficiência’ e ‘exclusão de pessoas com deficiência’ no Brasil	77
Figura 16- Detalhamento comparado por sub-região dos termos ‘inclusão de pessoas com deficiência’ e ‘exclusão de pessoas com deficiência’ no Estado de Minas Gerais	78
Figura 17- Interesse ao longo do tempo dos termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’	79
Figura 18- Detalhamento comparado por sub-região dos termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’ no Estado de Minas Gerais	80

Figura 19- Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Visual / Alguma dificuldade (Unidade: pessoas)	81
Figura 20- Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Visual / Grande dificuldade (Unidade: pessoas)	82
Figura 21- Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Visual / Não consegue de modo algum (Unidade: pessoas)	82
Figura 22- Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Física ou motora/ Alguma dificuldade (Unidade: pessoas)	83
Figura 23. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Física ou motora/ Grande dificuldade (Unidade: pessoas)	83
Figura 24. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Física ou motora/ Não consegue de modo algum (Unidade: pessoas)	84
Figura 25- Consultas relacionadas do termo ‘deficiência visual’ no Brasil	84
Figura 26- Consultas relacionadas do termo ‘deficiência física’ no Brasil	85
Figura 27- Interesse ao longo do tempo dos termos ‘deficiência auditiva’ e ‘deficiência intelectual’ no Brasil	87
Figura 28- Detalhamento comparado por sub-região dos termos ‘deficiência auditiva’ e ‘deficiência intelectual’ no Estado de Minas Gerais	88
Figura 29- Mapa das OSC’s no estado de Minas Gerais	93
Figura 30 - Buscas em fontes secundárias e aplicação do questionário	95
Figura 31 – Sexo do responsável pela organização	98
Figura 32- Tipo de organização	99
Figura 33 – Ano de fundação da organização	100
Figura 34- Quantidade de atuantes na organização	101
Figura 35- Quantidade de membros com salário	102
Figura 36- Quantidade de voluntários	103
Figura 37- Número de pessoas na equipe de serviços técnicos com a clientela	104
Figura 38- Membros da equipe de serviços técnicos com salário	105
Figura 39- Assistência social	106
Figura 40- Assessoria jurídica	107
Figura 41- Promoção da saúde	108

Figura 42- Ações para inserção laboral	109
Figura 43- Serviços de educação inclusiva	110
Figura 44- Oferta específica da organização	111
Figura 45- Outras formas de atuação da organização	112
Figura 46- Âmbito de atuação da organização	113
Figura 47- Público-alvo da organização por faixa etária	114
Figura 48- Orçamento anual da organização	115
Figura 49- Relações formais da organização	118
Figura 50- Relações informais da organização	119
Figura 51- Representantes políticos que apoiam à organização	120
Figura 52- Participação de seminários e palestras sobre deficiência da organização	122
Figura 53- Reuniões da organização com outras organizações civis	123
Figura 54- Reuniões da organização com o poder público	124
Figura 55- Participação da organização em conferências nacionais, municipais, estaduais sobre deficiência	125
Figura 56- Parcerias da organização com outras ONGs ou redes da sociedade civil	126
Figura 57- Participação da organização em reuniões ou encontros com os conselhos nacionais, estaduais, municipais sobre deficiência	127
Figura 58- Participação da organização nas comissões estaduais, municipais, federais sobre deficiência	128
Figura 59- Participação da organização de audiências públicas municipais, estaduais, federais sobre deficiência	129
Figura 60- Participação da organização de fóruns sobre deficiência	130
Figura 61- Participação da organização de espaços virtuais/mídias sociais	131
Figura 62 - Grafo das relações das organizações com outras instituições e representantes políticos	132

LISTA DE TABELAS

Tabela-1 Tipos de deficiência em relação às idades	23
Tabela 2- Pessoas com deficiência nos estados brasileiros com pelo menos uma das deficiências investigadas -Censo 2010- população residente e proporção	26
Tabela 3- Distribuição de Pessoas com deficiência nas regiões brasileiras: Censo 2000 e 2010	27
Tabela 4- Distribuição da informação dos artigos	47
Tabela 5- Organização dos temas que predominaram nos artigos	47
Tabela 6- Categorias de análise	53
Tabela 7- Enfoques teóricos específicos	54
Tabela 8 - Tipos de capital social	57
Tabela 9 - Tipologia das formas de ação coletiva	60
Tabela 10 - Diferentes tipos de associações	61
Tabela 11 - Sinopse da estratégia metodológica	67
Tabela 12 - Fonte de financiamento das organizações	116
Tabela 13 - Centralidade das instituições parceiras das organizações e aliados políticos	134

Sumário

1	INTRODUÇÃO GERAL.....	15
2	OBJETIVOS.....	18
3	CONTEXTO GERAL DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL: QUANTOS SÃO? COMO SÃO? ONDE ESTÃO?.....	19
3.1	Estimação do tamanho populacional das pessoas com deficiência no Brasil.....	19
3.2	Quem são as pessoas com deficiência?.....	20
3.3	A deficiência nas regiões e Estados do Brasil.....	24
3.4	Evolução da deficiência entre os censos 2000 e 2010 no Brasil.....	27
3.5	Breve histórico das organizações e lutas das pessoas com deficiência.....	29
3.6	Iniciativas assistencialistas para as pessoas com deficiência no Brasil Imperial.....	32
3.7	Caminhos percorridos pelas pessoas com deficiência no Brasil: memórias dos séculos XX e início do século XXI.....	34
3.8	Atuais conquistas e desafios pelos direitos das pessoas com deficiência: cenários de visibilidade.....	41
4.	PANORAMA BIBLIOGRÁFICO DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA.....	45
4.1	Procedimento da pesquisa bibliográfica.....	46
4.2	Criação das tabelas dos artigos científicos.....	46
4.3	Criação dos gráficos de frequência.....	48
4.4	Elaboração das categorias de análise.....	52
4.5	Principais achados da pesquisa bibliográfica.....	55
5	PERSPECTIVA TEÓRICA DO CAPITAL SOCIAL.....	56
5.1	O Capital Social: Robert Putnam.....	56

5.2 Tipologias das formas de ação coletiva: Claus Offe e Sussane Fuchs.....	58
6 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS E RESULTADOS.....	64
6.1 Aplicação do modelo de análise.....	64
6.2 A. Busca exploratória.....	70
6.3 B. Buscas em fontes secundárias.....	90
6.4 C. Levantamento de dados primários por aplicação de questionário próprio e resultados.....	96
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS.....	148

1. INTRODUÇÃO GERAL

“Pela primeira vez, o Brasil terá um representante no Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). A deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), foi eleita em Nova York, Estados Unidos, para uma vaga de perito do comitê”.

(AGÊNCIA BRASIL, 12 JUNHO DE 2018).

Mara Gabrilli, é psicóloga, publicitária e política brasileira, fundadora do Instituto Mara Gabrilli¹. Esta deputada federal e empreendedora social perdeu os movimentos da cintura para baixo, há mais de 20 anos em um acidente automobilístico. Desde então, atua em favor das pessoas com deficiência (PCD). Como ela, milhões de cidadãos com algum tipo de deficiência, têm lutado ao longo dos anos pela inclusão social e a reivindicação de seus direitos.

Falar de deficiência no Brasil, é falar das batalhas acumuladas por séculos. Também, é sinônimo de conquista em termos de atuação nas diferentes convenções e tratados internacionais neste âmbito². Mas, por que é um sucesso que Mara tenha sido escolhida como representante brasileira no Comitê sobre deficiência da ONU, sendo a primeira no cargo? A explicação não é fundamentada por ser uma figura pública dentro do país, mas porque, em

¹ O Instituto é uma ONG que fomenta pesquisas científicas para cura de paralisias, no apoio a atletas do esporte paralímpico e, na orientação para desenvolvimento social de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social (INSTITUTO MARA GABRILLI, 2018).

² O Brasil tem assumido o caráter vinculante no tocante aos convênios, tratados e declarações internacionais (a maioria formulados pela ONU), dos direitos das pessoas com deficiência.

primeiro lugar, sua eleição dá visibilidade para um segmento da população estigmatizado e excluído através da história; além de que possibilita o incremento e o interesse da nação por conhecer as ações coletivas, iniciativas, gestões e mobilizações sociais em prol da deficiência. Do mesmo modo, pode incentivar o fortalecimento das políticas públicas do setor, mediante possíveis acordos bilaterais no curto prazo. Contudo, esta nomeação simboliza anos de esforço para entrar no debate nacional e internacional sobre o tema.

Pelo anterior, o presente estudo pretende entrar na dimensão cívico política da deficiência oferecendo um conjunto de análises que permitam entender melhor qual é o panorama de uma das maiores organizações do terceiro setor que luta pela inclusão e ampliação dos direitos fundamentais e da cidadania da população deficiente no Estado de Minas Gerais, a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG).

Neste sentido, a pesquisa foca sua atenção em aprofundar na compreensão desse universo de pessoas tradicionalmente invisíveis e que hoje em dia estão ganhando notoriedade.

Para tal fim, a exposição deste trabalho está estruturada em três partes. Na primeira, apresentamos um panorama demográfico da população deficiente no Brasil, a partir dos dados do censo 2010. Desta forma, temos uma dimensão do tamanho e características de nosso público-alvo no nível nacional. Em seguida, é exposta a trajetória das principais batalhas e conquistas ao longo dos anos da população deficiente. Posteriormente, identificamos as questões emergentes próprias do contexto anterior e continuamos com o panorama bibliográfico atual das pesquisas sobre deficiência.

Na segunda parte, desenvolvemos a perspectiva teórica do Capital Social, formulada pelo cientista político Robert Putnam, e as diferentes tipologias das formas de ação coletiva

desenvolvidas pelos sociólogos Claus Offe e Susanne Fuchs. Depois, apresentamos o problema de pesquisa, na qual o eixo é gerar perguntas norteadoras que possam ajudar à adaptação do modelo de análise, a partir do marco teórico e conceptual.

No final do projeto, expomos o desenho metodológico para a coleta de dados referente às formas de colaboração e cooperação da FEAPAES-MG que trabalha pelas pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais, no decurso da extração de dados primários e secundários de diferentes fontes de informação. Seguidamente, analisamos os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

O estudo em questão teve como objetivo descrever e analisar o Capital Social das pessoas com deficiência no caso da Federação das APAES do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG), segundo o postulado teórico do cientista político Robert Putnam e os sociólogos Claus Offe e Susanne Fuchs.

Objetivos específicos

- Apresentar um panorama demográfico da população com deficiência no Brasil e a trajetória das principais batalhas e conquistas ao longo dos anos desta população.
- Identificar as questões emergentes próprias das pesquisas sobre deficiência no panorama bibliográfico dos últimos anos.
- Adaptar e explicar o modelo de análise para o estudo sobre deficiência a partir do marco teórico e conceptual do cientista político Robert Putnam e os sociólogos Claus Offe e Susanne Fuchs.
- Compreender e analisar a partir da extração dos dados de diferentes fontes de informação às formas de colaboração e cooperação da FEAPAES-MG que trabalha pelas pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais.

3. CONTEXTO GERAL DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL: QUANTOS SÃO? COMO SÃO? ONDE ESTÃO?

Começamos este projeto de pesquisa pela caracterização do segmento das pessoas com deficiência no país, a partir dos dados coletados pelo censo demográfico do ano 2010 na publicação: “Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na “Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência” da SNPD (2012). Enquanto, simultaneamente emergem questões como, qual é a estimativa do tamanho populacional das pessoas com deficiência no Brasil? Quem são e/ou como são as pessoas com deficiência? Onde se encontra concentrada a maior parte das pessoas com algum tipo de deficiência, ou quais são as regiões com maior taxa de prevalência? E, qual é o comparativo da evolução da deficiência entre os censos 2000 e 2010 no Brasil?

Para tal fim, a seguinte seção abrange a exposição sucinta das informações do Censo Demográfico 2010, propiciadas pelo IBGE (2010), com o objetivo de responder às perguntas anteriores.

3.1 - Estimação do tamanho populacional das pessoas com deficiência no Brasil

A partir do Censo 2000, a metodologia de coleta de dados para o segmento da população com deficiência atendeu a padronização internacional de estatísticas destas pessoas, por meio da adoção das diretrizes do chamado “Grupo de Washington” (IBGE, 2010). Assim mesmo, buscou o conhecimento de todo o campo da deficiência e das barreiras que a sociedade impõe

para estes cidadãos. No Censo de 2010, houve aprimoramentos que permitiram captar com maior precisão as características desse público-alvo.

Segundo descreve o Censo Demográfico de 2010, de 190.732.694 habitantes do país (a cifra total atual é 207.660.929), 45.606.048 de brasileiros, 23,9% da população total tem algum tipo de deficiência visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Desse segmento da população, 25.800.681 (26,5%) são mulheres e, 19.805.367 (21,2%) são homens. Aliás, 38.473.702 pessoas com algum tipo de deficiência, vivem em áreas urbanas e, 7.132.347 em áreas rurais.

3.2 - Quem são as pessoas com deficiência?

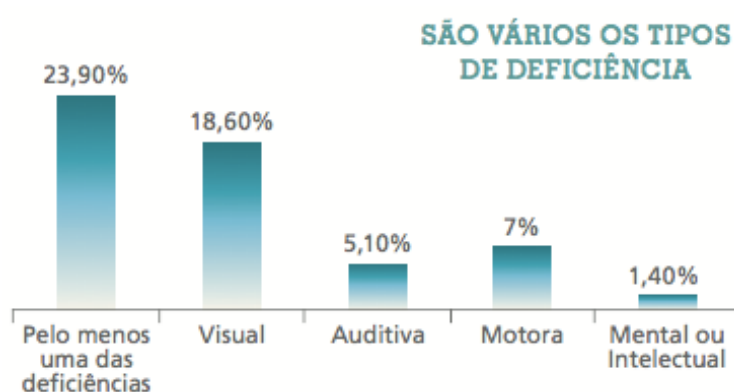
A discussão sobre a caracterização da deficiência pode ser complexa e variada, pois, cada tipologia desenvolve-se de maneira diferente. Porém, no censo demográfico, a deficiência foi classificada pelo grau de severidade, de acordo com a percepção das próprias pessoas entrevistadas sobre suas funcionalidades. Considerando à população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Neste cenário, a deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e, da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (IBGE, 2010).

Em consequência, excluem-se do universo de “pessoas com deficiência”, aquelas que declararam apenas alguma dificuldade permanente para enxergar, ouvir, caminhar e/ou subir escadas. Além, definiram-se pelas categorias do Censo o segmento de pessoas com “deficiência severa”, contabilizando 12,8 milhões (8,3%) de brasileiros em 2010 (GARCIA;

MAIA, 2014).

A seguir, os histogramas feitos pelo IBGE (2010), sobre distribuição dos tipos de deficiência no Brasil, incluindo deficiência severa.

Figura 1 - Distribuição dos tipos de deficiência no Brasil



Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

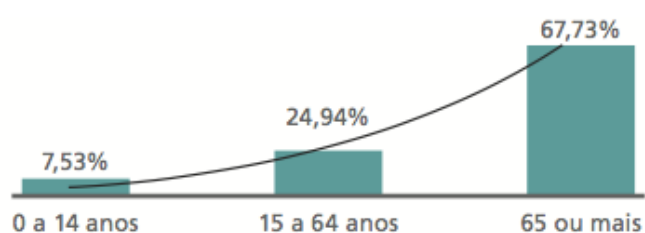
Quadro 1- Percentual de pessoas com deficiência severa

3,46% com deficiência visual severa	1,12% com deficiência auditiva severa	2,33% com deficiência motora severa	1,4% com deficiência mental ou intelectual
-------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------	--

Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

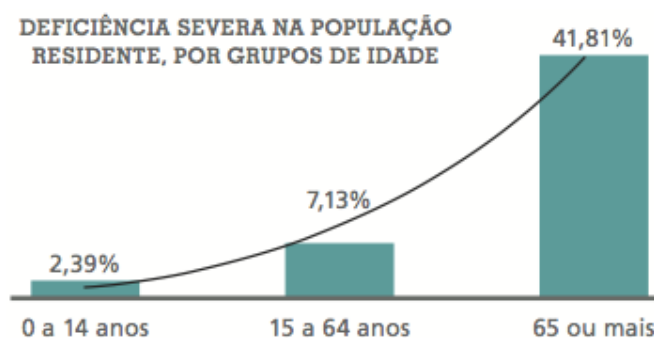
Além disso, são apresentados os histogramas sobre o percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente por grupos de idade, e o percentual de pessoas com deficiência severa na população residente, por grupos de idade.

Figura 2 - Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente, por grupos de idade



Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Figura 3 - Percentual de pessoas com deficiência severa na população residente, por grupos de idade



Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Concomitantemente, estão incorporados os dados dos grupos por idades: crianças, adolescentes, adultos e idosos. No grupo de 0 a 14 anos, a deficiência atinge 7,53% para o primeiro segmento e, 2,39% para o segundo com deficiência severa; no grupo de 15 a 64 anos, a relação é de 24,9% e 7,13% e no grupo de 65 anos ou mais, 67,73% e 41,81%.

Em 2010, a população de 65 ou mais anos teve maior incidência nas deficiências investigadas, devido ao processo de envelhecimento e a consequente perda de funcionalidades. A deficiência visual teve maior prevalência em todos os grupos de idade, sendo bastante acentuada no grupo de acima de 65 anos, ocorrendo em quase a metade da população desse segmento (49,8%). Para esse grupo, a deficiência motora é a segunda mais frequente, ocorrendo em 38,3%, seguida pela auditiva, em 25,6%, e mental ou intelectual, em 2,9%. Nos grupos de 0 a 14 e de 15 a 64 anos, houve uma frequência maior da deficiência visual, com 5,3% para o primeiro grupo e 20,1% para o segundo.

O grupo de 0 a 14 anos apresentou frequências relativamente baixas de todos os tipos, sendo a maior frequência a da deficiência visual, com 5,3%. A deficiência motora é a segunda maior em prevalência para o grupo de 15 a 64 anos, com 5,7% (SNPD, 2012). Esta informação é expressada na seguinte tabela.

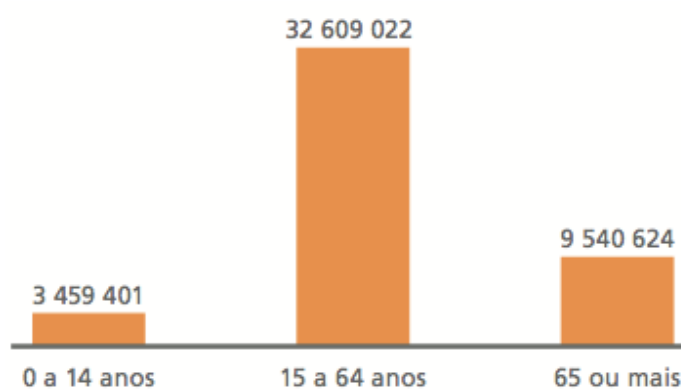
Tabela 1 - Tipos de deficiência em relação às idades

	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Motora	Mental ou Intelectual
0 a 14 anos	5,3%	1,3%	1,0%	0,9%
15 a 64	20,1%	4,2%	5,7%	1,4%
Acima de 65 anos	49,8%	25,6%	38,3%	2,9%

Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Do mesmo modo, os dados demográficos de 2010, mostraram que a deficiência atinge qualquer idade, considerando que muitas pessoas podem nascer com ela e outras a adquirem ao longo da vida. O Censo revela que na população brasileira com deficiência, a quantidade de pessoas na faixa de 15 a 64 anos de idade é 32.609.022, continuando com 9.540.624 das pessoas entre 65 anos ou mais e, finalmente 3.459.401 para 0 a 14 anos.

Figura 4 - Número de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, por grupos de idade



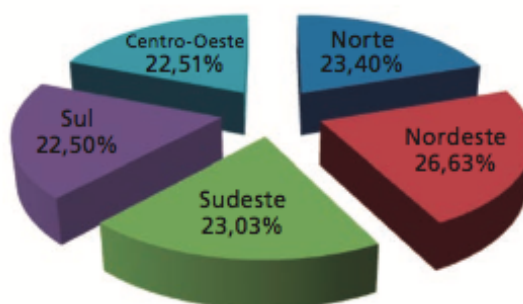
Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

3.3 - A deficiência nas regiões e Estados do Brasil

O censo do IBGE (2010) reflete a auto-percepção que as pessoas têm sobre suas funcionalidades. Segundo a SNPD (2012), a funcionalidade não depende somente da restrição corporal, está presente, flexível e adaptável a todos os tipos de pessoas, notadamente crianças, pessoas com deficiência (permanente ou temporária) e idosos. Estados e regiões

oferecem condições de vida diferentes para seus habitantes. Desta forma, o número de deficientes pode variar segundo a própria percepção num ambiente hostil com poucas condições de acessibilidade e precários serviços públicos. Portanto, a maior incidência pode refletir, também, condições de vida piores encontradas em alguns estados e regiões.

Figura 5 - Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas por grandes regiões do Brasil



Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Aqui, de acordo aos dados, a região Nordeste teve a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências, de 26,3%, tendência que foi mantida desde o Censo de 2000, quando a taxa foi de 16,8% e a maior entre as regiões brasileiras. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%, respectivamente.

O anterior justifica a suposição de que a deficiência tem forte ligação às condições de vida às quais está exposta a pessoa. Igualmente, entre os estados brasileiros, a maior incidência da deficiência ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, com taxas de 27,76% e 27,58%, respectivamente, bem acima da média nacional de 23,9%. As

mais baixas ocorreram no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, com 22,3% e 22,6%, respectivamente. Embora as políticas para as pessoas com deficiência sejam, em sua grande maioria, nacionais, estados e municípios desenvolvem políticas complementares e executam ações dos programas federais. Além disso, o Estado de Minas Gerais faz parte dos primeiros vinte estados com mais pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas no Censo 2010, sendo então um dos grandes representantes em relação desta temática no país.

Tabela 2 - Pessoas com deficiência nos estados brasileiros com pelo menos uma das deficiências investigadas -Censo 2010- população residente e proporção

Brasil	45 623 910	23,92%
Rondônia	345 411	22,11%
Acre	165 823	22,61%
Amazonas	791 162	22,71%
Roraima	95 774	21,26%
Pará	1 791 299	23,63%
Amapá	158 749	23,71%
Tocantins	307 350	22,22%
Maranhão	1 641 404	24,97%
Piauí	860 430	27,59%
Ceará	2 340 150	27,69%
Rio Grande do Norte	882 681	27,86%
Paraíba	1 045 631	27,76%
Pernambuco	2 426 106	27,58%
Alagoas	859 515	27,54%
Sergipe	518 901	25,09%
Bahia	3 558 895	25,39%
Minas Gerais	4 432 456	22,62%
Espirito Santo	824 095	23,45%
Rio de Janeiro	3 900 870	24,40%
São Paulo	9 349 553	22,66%
Paraná	2 283 022	21,86%
Santa Catarina	1 331 445	21,31%
Rio Grande do Sul	2 549 691	23,84%
Mato Grosso do Sul	526 672	21,51%
Mato Grosso	669 010	22,04%
Goiás	1 393 540	23,21%
Distrito Federal	574 275	22,34%

Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Na distribuição das pessoas por regiões brasileiras, foi observado, desde 2000, a maior prevalência da deficiência na Região Nordeste, situada bem acima da média nacional. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%, respectivamente. Esses dados corroboram a tese de que a deficiência tem forte ligação com a também melhoram a vida das pessoas com deficiência.

Tabela 3 - Distribuição de Pessoas com deficiência nas regiões brasileiras: Censo 2000 e 2010

Brasil e Grandes Regiões	Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas	
	Total 2000	Total 2010
Brasil	14,5%	23,92%
Norte	14,7%	23,4%
Nordeste	16,8%	26,63%
Sudeste	13,1%	23,03%
Sul	14,3%	22,51%
Centro Oeste	13,9%	22,50%

Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

3.4 - Evolução da deficiência entre os censos 2000 e 2010 no Brasil

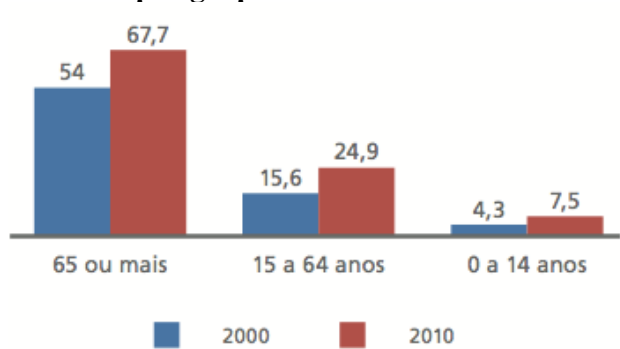
Com relação às considerações da SNPD (2012),

Em 2000, o segmento das pessoas com pelo menos uma das deficiências, abrangia um contingente da população brasileira. Em 2010, esse número subiu para 45.606.048 de pessoas ou, 23,9% da população total. As mudanças realizadas pelo IBGE no método de investigação das deficiências, podem ter causado parte do aumento de 12,4 pontos percentuais sobre o número de pessoas e, influenciado outras características da população com deficiência, mas mesmo assim, é possível identificar determinadas tendências do Censo

2000 que se mantiveram no Censo 2010.

Assim mesmo, este órgão orientado pelos resultados do censo, sinalou que as mudanças ocorridas na estrutura etária da população total do país, entre 2000 e 2010, foram: queda de 5,5% de pessoas no grupo de 0 a 14 anos; aumento de 4% na faixa de 15 a 64 e aumento de 1,5% no grupo de 65 ou mais anos de idade. Ademais, as variações no segmento da população com deficiência não refletiram aquelas observadas na população total. Mesmo com queda na população do grupo de 0 a 14 anos, o número de pessoas com deficiência nessa faixa cresceu 3,2%. No grupo de 15 a 64 anos, houve um crescimento de 9,3% na população com deficiência. Finalmente, a faixa etária de 65 anos ou mais, cresceu 13,7 pontos percentuais na década, quando a população total do grupo cresceu 1,5%.

Figura 6 - Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências por grupos de idade: censos 2000 e 2010 (%)



Fonte: SNPD. Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência.
Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Até aqui apresentamos a pintura estatística da deficiência no Brasil. O reconhecimento desta população é um avance enorme em termos da garantia de realização

dos direitos humanos a todos os cidadãos. Cabe agora entrar na dinâmica histórica para conhecer o as principais lutas e conquistas pela inclusão e participação social.

3.5 - Breve histórico das organizações e lutas das pessoas com deficiência

Nas últimas décadas, as pessoas com deficiência (PCD) no Brasil, têm trabalhado pela luta do reconhecimento de seus direitos e sua participação social e política no país. Antes do processo de elaboração da Constituição de 1988, segundo a descreve o livro História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil (2010), houve na década de 1970 as primeiras atividades locais, assumidas como organizações de caráter voluntário, compostas por familiares e pessoas com deficiência que sentiam a necessidade de auxílio mútuo na sobrevivência num país como Brasil. Mas no início deste período, esta população e seus direitos, permaneceram invisíveis para a sociedade brasileira.

Em seu artigo, Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social, Pereira e Saraiva (2017, p.178), destaca que:

A história das pessoas deficientes encontra-se diluída em comentários relacionados com a categoria mais ampla dos “miseráveis”, aos doentes e aos mais pobres. Os mais afortunados viviam trancados atrás dos portões de suas grandes mansões e segregados do convívio social e da política [...]³

³ Basta-nos remeter ao leitor às obras de Silva (1987), “Epopéia ignorada”, e Figueira (2008), “Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil”, onde encontrará uma vasta reflexão sobre a condição histórica das pessoas com deficiência.

De fato, desde a antiguidade, a deficiência foi considerada um “castigo de Deus”, sinal da ira celeste que indicava impureza e pecado. Esta perspectiva, mudou historicamente sob o Modelo da Caridade, no qual, com o advento do Cristianismo, a pessoa com deficiência passou a ser vista como criatura de Deus, possuidora de alma e não merecedora de castigo, mas sim de cuidados (PEREIRA; SARAIVA, 2017, p. 172).

Pelo anterior, as pessoas com deficiência foram reconhecidas como “incapazes”, um corpo invisível que não exercia seus direitos dentro do território porque dependia da benevolência do “outro”, merecedores exclusivos da caridade pública e moral cristã, mas não de uma verdadeira cidadania. Eles eram reduzidos à dependência de um tipo “especial” de cuidado, se não morressem antes devido a vários fatores. (SEOANE, 2011). Assim, depois de séculos de segregação do convívio social e da caridade, conforme explica Pereira e Saraiva (2017, p.180), a deficiência passou desse modelo caritativo ao Modelo Médico, onde exclusivamente a PcD era portadora duma doença que devia ser tratada por meio da reabilitação, ou da cura em instituições de saúde.

No entanto, voltando à compreensão do contexto histórico-social das PCD no Brasil, no final do ano 1970, conformou-se o Movimento Político das Pessoas com Deficiência. O movimento, ganhou visibilidade saindo do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de seus direitos⁴.

⁴ De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência -SNPD (2010), as primeiras organizações associativistas de pessoas com deficiência não tinham sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal. Eram iniciativas que visavam o auxílio mútuo e não possuíam objetivo político definido, mas criaram espaços de convivência entre os pares, onde as dificuldades comuns poderiam ser reconhecidas e debatidas. Essa aproximação, desencadeou um processo da ação política em prol de seus direitos humanos, através do movimento. As pessoas com deficiência, tornaram-se ativos agentes políticos na busca pela

Consoante às explicações de Pereira e Saraiva (2017, p. 183), o surgimento deste movimento, levou a considerar o processo dos deficientes ao longo da história, as diversas mudanças nos tratamentos dispensados à população com deficiência, partindo das ações de caridade à institucionalização das medidas assistencialistas e finalmente, ao reconhecimento social das pessoas com deficiência como cidadãos de direitos no país.

Não obstante, a conquista pelos direitos desse segmento da sociedade foi possível só, quando a deficiência se tornou uma responsabilidade direta do Estado, e não uma responsabilidade exclusiva da família e das instituições de caráter filantrópico e médico. Neste ponto, ao final do século XX e início do século XXI, constata-se que a deficiência deixou de ser estruturada a partir do modelo reabilitador ou médico, para ser explicada através de uma perspectiva de igualdade de oportunidades e direitos, desde o Modelo Social e o Modelo Biopsicossocial⁵. Estas abordagens, construídas pela Organização das Nações Unidas- ONU e a Organização Mundial da Saúde- OMS, foram desenvolvidas na maioria dos países do mundo.

Em tal sentido, para explicar melhor a trajetória das pessoas com deficiência no Brasil, o breve histórico foi dividido em três partes: 1. Iniciativas assistencialistas para as pessoas com deficiência no Brasil Imperial; 2. Caminhos percorridos pelas pessoas com

transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos, motivou uma mobilização nacional, sendo o movimento a reconfiguração de forças na arena pública.

⁵ O Modelo Médico não era suficiente porque omitia e não abordava adequadamente os fatores individuais e sociais relevantes na determinação da deficiência, dando origem no final do século XX ao Modelo Social, que buscava corrigir o que faltava ao médico. Nessa perspectiva, a abordagem social permitiu reconhecer às pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, afirmando sua capacidade de participação na sociedade, bem como sua inserção na dinâmica social emergente. Já na reflexão contemporânea, a deficiência é considerada um fenômeno multidimensional, que integra aspectos biomédicos e sociais em que todas as pessoas estão incluídas, independentemente de terem ou não uma deficiência. Esse enfoque foi nomeado no século XXI como o Modelo Biopsicossocial, logrando integrar os modelos anteriores e apontando atualmente à convivência com uma abordagem inclusiva dos direitos, ou seja, o reconhecimento da diversidade de seres humanos e à superação de barreiras que foram colocadas sobre aqueles com alguma deficiência (HERNÁNDEZ, 2015).

deficiência no Brasil: memórias dos séculos XX e XXI; e 3. Atuais conquistas e desafios pelos direitos das pessoas com deficiência: superação da invisibilidade.

3.6 - Iniciativas assistencialistas para as pessoas com deficiência no Brasil Imperial

As primeiras iniciativas pela reivindicação dos espaços de participação e direitos das pessoas com deficiência, surgiram de propostas educativas e assistencialistas. Segundo Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência –SNPD (2010),

Previamente à década de 1970, as ações voltadas para as pessoas com deficiência concentraram-se na educação e em obras caritativas e assistencialistas. Durante o século XIX, de forma pioneira na América Latina, o Estado brasileiro criou duas escolas para pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Paralelamente às poucas ações do Estado, a sociedade civil organizou, durante o século XX, as próprias iniciativas, tais como: as Sociedades Pestalozzi e as Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Ao tenor do anterior e em termos gerais, entre os séculos XIX e XX, a sociedade brasileira conheceu a deficiência a partir de três tipologias iniciais: deficiência visual, deficiência auditiva e deficiência física, ou popularmente chamados, “cegos, surdos, mudos e coxos”. Esta última deficiência, foi considerada como uma das mais antigas, pois de acordo

aos estudos do século XIX sobre população deficiente, apareceu de maneira recorrente devido ao aumento dos conflitos militares da época⁶.

Além disso, é importante notar que paralelo à criação dos centros de atendimento para os soldados mutilados (a principal causa da deficiência física não era a guerra), surgiram outros centros de reabilitação física motivados pelo grande surto de poliomielite no país.

Adicionalmente, note-se que os primeiros avanços em termos da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, foram representados através da fundação de duas instituições: Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES) em 1856.

Inspirados nas tradições da sociedade europeia, o foco de atendimento dessas instituições era visivelmente educar às PCD visuais e auditivas de forma especializada, desenvolvendo neste público-alvo, capacidades gerais para sua integração social⁷. Ainda que estas iniciativas tivessem uma filosofia de caráter assistencial, as escolas eram únicas no contexto da América Latina, na promoção progressiva da participação e visibilidade das PCD do século passado.

⁶ O problema da deficiência física aparece devido ao aumento dos conflitos militares como a Setembrada e Novembrada (Pernambuco, 1831), a Revolta dos Malés (Bahia, 1835), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845) e a Balaiada (Maranhão, 1850), Canudos (Bahia, 1896- 1897), também pelos conflitos externos, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), cujos resultados do combate conformavam um crescente número de soldados mutilados, com deficiências físicas e sensoriais adquiridas. Face a esta situação, em meados do século XIX, várias instituições foram criadas (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

⁷ Como exemplo, podemos nos referir historicamente ao caso do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi José Álvares de Azevedo, jovem cego de nascimento, que havia estudado na *Institution Imperiale des Jeunes Aveugles*, de Paris, quem trouxe ao Brasil o sistema Braille e apresentou para o Imperador D. Pedro II. O fruto desta iniciativa, foi a criação do Instituto conforme ao modelo parisiense, dando início à história de protagonismo das pessoas com deficiência visual e sua educação no país (ARQUIVO NACIONAL MAPA-ANM, 2016).

3.7 - Caminhos percorridos pelas pessoas com deficiência no Brasil: memórias dos séculos XX e inícios do século XXI

Ao longo do século XX, surgiram as Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), voltadas para a assistência, o atendimento educacional, médico, psicológico e de apoio à família das pessoas com deficiência intelectual. Até o momento, a deficiência intelectual tinha sido desconhecida pelas instituições assistencialistas. Para SNPD (2010),

A deficiência intelectual, à época denominada “idiotia”, passou a ser tratada na perspectiva educacional com tratamento diferenciado em relação aos hospícios do século XIX. Ao longo do tempo, a pessoa com deficiência intelectual já foi denominada de oligofrênica, cretina, imbecil, idiota, débil mental, mongolóide, retardada e deficiente mental. A expressão “deficiência intelectual” significa que há um déficit no funcionamento do intelecto, mas não da mente. A expressão “deficiência intelectual” foi introduzida oficialmente em 1995, pela ONU, e consagrada, em 2004, no texto da “Declaração de Montreal Sobre Deficiência Intelectual”.

A educação “especial”⁸, foi reconhecida principalmente pelas associações Pestalozzi. O movimento *pestalozziano*, inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi, foi

⁸ Segundo Sasaki (2003) o termo “especial” surgiu para amenizar a contundência da palavra “deficiente”. Algumas expressões da época foram, “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais”, “educação especial para pessoas com necessidades especiais”, entre outras.

criado em 1926. Seguidamente, ganhou impulso definitivo com a educadora e psicóloga russa Helena Antipoff⁹. Como era de se esperar, sua atuação marcou consideravelmente o campo da assistência, da educação e da institucionalização das pessoas com deficiência intelectual no Brasil, criando em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte, e para 1945, a Sociedade Pestalozzi do Brasil- SPB (SNPD, 2010). Na atualidade, “ a Sociedade Pestalozzi, promove o estudo, assistência, tratamento, educação e ajustamento social das crianças e adolescentes, portadores de necessidades especiais que por seu desenvolvimento mental e aptidões de caráter especiais, necessitem de assistência terapêutica e pedagógica” (SPB, 2018).

Anos mais tarde, em 1954, num vazio de políticas públicas para as PCD, surgiu outra iniciativa organizada pela sociedade civil, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O movimento apaeano, foi fundado pela americana Beatrice Bemis (mãe de uma criança com deficiência intelectual), quem tinha visto nos Estados Unidos um tipo de organização social destinado ao apoio das pessoas com deficiência.

Sob estas circunstâncias, a rede APAE, foi constituída para promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual, em um primeiro momento, e posteriormente atentou pessoas com deficiência múltipla. Atualmente, no Brasil, destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, pois, essa mobilização social presta serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessita, constituindo uma rede de promoção e defesa de

⁹ Devido ao convite do Governo do Estado de Minas Gerais, Helena Antipoff veio trabalhar na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Foi ela quem introduziu o termo “excepcional”, no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas na época para designar as crianças com deficiência intelectual.

direitos para cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência, além de estar presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional (APAE BRASIL, 2018).

Segundo a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais-FEAPAES-MG (2018), em Minas Gerais, essa iniciativa teve como grande estimuladora à Professora Helena Antipoff, que tendo criado as associações Pestalozzi e convocado os serviços profissionais para a população deficiente, também comungava com a ideia de que somente um movimento social genuíno de pais e amigos teria fôlego e força para influenciar os governos e sociedade.

Assim, na década de 60 foram fundadas as Apaes Mineiras, principalmente nas regiões Sul e Triângulo, ampliando-se nas décadas seguintes a criação de novas Apaes nos municípios dessas regiões. O dia 11 de setembro de 1992, foi fundada a Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, que atualmente congrega 450 Apaes Mineiras, distribuídas geograficamente no Estado em 36 Conselhos Regionais. As Apaes foram e são pioneiras em várias iniciativas. Há mais de 20 anos constituem a maior rede Apaeana do Brasil, buscando incessantemente não apenas a defesa de direitos da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, mas, principalmente a qualidade técnica dos serviços prestados para as pessoas com deficiência (FEAPAES-MG, 2018).

Do mesmo modo, na metade do século XX, os centros de reabilitação para pessoas com deficiência física, também foram implementados. Em meados da década de 1950, estudantes de medicina e especialistas, trouxeram da Europa e dos Estados Unidos os métodos e paradigmas do modelo de reabilitação do pós-guerra, cuja finalidade era proporcionar ao paciente o retorno à vida em sociedade.

Outros centros, surgiram no contexto da epidemia de poliomielite. Uma destas iniciativas no Brasil, foi a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR,

idealizada pelo arquiteto Fernando Lemos e o empresário Charles Murray (motivados pela deficiência de seus filhos com poliomielite), e fundada em 1954, pelo filho do Murray, Percy Charles Murray (SNPD, 2010).

Contudo, voltando ao contexto da abertura política do país, para 1980 o Movimento das Pessoas com Deficiência, realizou o “1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes”, em Brasília. O objetivo desta união, foi criar diretrizes para a organização do movimento no Brasil, estabelecer uma pauta comum de reivindicações e, ainda, definir critérios para as entidades que poderiam ser reconhecidas como integrantes da coalizão¹⁰.

Em conformidade com a memória histórica da SNPD (2010), também foi necessário entender a lógica do movimento da época, a partir da preocupação deles em favorecer a participação das pessoas com deficiência, em detrimento de militantes sem deficiência, tornando uma situação de conflito na busca de protagonismos¹¹.

Consequentemente, o primeiro encontro marcou a força política das pessoas com deficiência no cenário nacional e as aproximou. Antes, a luta era isolada, depois do encontro, as pessoas se conheceram, trocaram experiências e descobriram que as dificuldades delas eram comuns. Desta aproximação, nasceu o sentimento de pertencimento a um grupo, a

¹⁰ No ano 1979, foi criada A Coalizão Pro-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, tendo como objetivo organizar um movimento representativo das pessoas com deficiência em nível nacional, pois até então tinham associações isoladas pelo Brasil. Este resgate “coalizão” pela luta dos direitos das pessoas com deficiência, foi materializado no ano 1980 com o 1º encontro nacional da população com deficiência (SNPD, 2010).

¹¹ Neste ponto, foi demarcada a dicotomia organizações *de* versus organizações *para* pessoas com deficiência, que corresponde à relação conflituosa estabelecida, por um lado, entre o protagonismo e a autonomia que as pessoas com deficiência buscavam e, por outro, a tutela que as entidades assistencialistas ofereciam (SNPD, 2010).

consciência de que os problemas eram coletivos e, portanto, as batalhas e as conquistas deveriam visar ao espaço público (MAIOR, 2011).

Igualmente, para o ano seguinte, convocou-se o “I Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes”, e o “2º Encontro Nacional de organizações e movimentos das pessoas com deficiência, de nível nacional”, em Recife. Aqueles espaços de interação, definiram as demandas de cada uns dos tipos de deficiência, coincidindo com a declaração da ONU, do Ano Internacional da Pessoa Deficiente -AIPD¹².

Contrariamente, ao pouco tempo, manifestaram-se conflitos internos entre os movimentos das PcD, devido às especificações, detalhamentos e o grau de complexidade que cada deficiência apresentava (distinções dos interesses e aspirações de cada tipo de deficiência), gerando tensões entre os grupos participantes dos encontros, além de consolidar a luta pelo poder (que tipo de deficiência era mais importante para o país e quem devia manifestar-se)¹³.

Alguns anos depois chegaram as vésperas da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987 e 1988. Convidaram-se aos segmentos das populações organizadas, incluindo às

¹² Os objetivos principais do AIPD (adotados no Brasil) em relação às pessoas com deficiência eram: ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade; promover esforços, nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; encorajar projetos de estudo e pesquisa visando à integração às atividades da vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos; educar e informar o público sobre os direitos de participar e contribuir em vários aspectos da vida social, econômica e política (SNPD, 2010).

¹³ A separação por áreas de deficiência refletia a diversidade de aspirações existentes no movimento. As especificidades de cada grupo, as dificuldades de consenso, sobretudo quanto ao exercício da liderança, fizeram com que o movimento decidisse tomar outro rumo. Essa decisão, no entanto, não significou uma cisão em vários movimentos, mas uma alteração decorrente da decisão amadurecida nas discussões entre as pessoas com deficiência, reflexo dos conflitos internos ao próprio movimento. A estratégia de separar por área de deficiência visava melhor atender às especificidades de cada uma, sem excluir a ação conjunta para as questões de âmbito geral. Prova disso foi a articulação nacional empreendida pelas pessoas com deficiência em 1987 e 1988, por ocasião das discussões da nova Constituição Federal (SNPD, 2010).

organizações da população com deficiência, para enviar sugestões e propostas em prol de suas próprias reivindicações sociais. Em decorrência da articulação e participação destas organizações, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, foram incluídas as garantias fundamentais, juntamente com os direitos civis e políticos das pessoas com deficiência. Alguns artigos, como, art.7, art.23, art. 24, art. 37, art. 203, art. 208, art. 227, e art. 224, estão inseridos, de forma transversal, na legislação geral da saúde, educação, trabalho, proteção social, cultura, esporte, etc.

Em seguida, um ano após da proclamação da Constituição, a Presidência da República, criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência -CORDE¹⁴, com a intenção de torná-la responsável pela Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A criação da CORDE, significou um passo importante na ação governamental voltada para os direitos da pessoa com deficiência.

Além disso, conformaram-se as Câmaras Técnicas da CORDE na década de 1990. Estas são espaços de discussão e sistematização de ações com o objetivo de subsidiar a formulação de programas a serem desenvolvidos no Brasil, versando sobre temas como acessibilidade, trabalho, saúde, reabilitação, educação, dentre outros. As Câmaras têm uma metodologia que propicia a participação das próprias pessoas com deficiência em conjunto com técnicos e representantes do governo. Em alguns casos, há a participação de técnicos estrangeiros e representantes de organizações internacionais. Os resultados são

¹⁴ A CORDE, é um órgão autônomo responsável pela elaboração da política nacional para integração da pessoa com deficiência, entre outras atribuições. Reveste-se de significativa importância simbólica, uma vez que confere representatividade e voz, em um cenário de tomada de decisão, a esse grupo minoritário até então invisível no cenário político nacional, as pessoas com deficiência (BONFIM, 2009).

sistematizados em relatórios que, geralmente, contam com a situação atual do tema estudado, a situação desejada para o Brasil e as linhas de ação a serem desenvolvidas (LANNA, 2010).

Posterior à conformação das câmaras técnicas, em 1999, surgiu o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência -CONADE¹⁵, na busca de promover espaços de participação democrática no país. Bonfim (2009, p.153), explica que:

O CONADE, é um órgão paritário composto por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil. Embora, originalmente, a previsão legal fosse de criação de um Conselho Consultivo de apoio à CORDE relativamente à política integrativa (Art. 13, 2o, da Lei no 7.853/89), o Decreto no 3.298/99, que regulamentou a referida Lei, extrapolou ao estabelecer sua condição de órgão superior de deliberação colegiada no âmbito dos temas referentes aos direitos e à inclusão social da pessoa com deficiência [...]

Desse modo, o conselho foi estabelecido para o monitoramento e avaliação do desenvolvimento da Política Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência, garantindo a integração desta população nas políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, esporte, entretenimento, política urbana, entre outras. De acordo com o site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, o CONADE é composto paritariamente por representantes da sociedade civil e do poder público. Os representantes do poder público são membros de órgão variados do governo federal e representantes de conselhos estaduais e municipais¹⁶.

¹⁵ Uma das inovações resultantes da Constituição de 1988, foi a maior abertura conferida à participação popular na elaboração, gestão e fiscalização de políticas públicas das pessoas com deficiência. Um dos espaços de participação democrática é o CONADE, que deve apresentar uma configuração paritária entre poder público e a sociedade civil (SNPD, 2010).

¹⁶Definiu-se que as competências do CONADE seriam: zelar pela implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas

Mais à frente, no ano 2010, a CORDE tornou-se a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência –SNPD. A SNPD é o órgão responsável pela articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. Com a estrutura maior e com o novo status, este órgão gestor federal de coordenação e articulação das ações de promoção, defesa e garantia de direitos humanos das pessoas com deficiência tem mais alcance, interlocução e capacidade de dar respostas às novas demandas do segmento. Outrossim, propõe e avalia as leis e decretos para a agenda de inclusão, que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias (MAIOR, 2010).

3.8 - Atuais conquistas e desafios pelos direitos das pessoas com deficiência:

superação da invisibilidade

É claro que houve uma mudança da forma como o Brasil atualmente vê as pessoas com deficiência, ainda existindo discriminação e invisibilidade. Certamente, de acordo com o exposto do século XX, a inserção das demandas das pessoas com deficiência na Constituição Federal de 1988, a elaboração de leis específicas e suas peculiaridades atendidas na legislação geral, são provas da atuação e responsabilidade direta e efetiva da nação. Soma-se a isso, o crescimento da presença das pessoas com deficiência na escola, no trabalho, em conselhos

setoriais relativas à pessoa portadora de deficiência; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; propor a elaboração de estudos e pesquisas; propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência; aprovar o plano de ação anual da CORDE, entre outras. Já para o ano 2003, o CONADE deixou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e passou a ser órgão colegiado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SNPD, 2010).

de direitos e em cargos de gestão da política de inclusão. No entanto, o quantitativo de pessoas com deficiência incluídas é ainda reduzido (MAIOR, 2011).

Estas mudanças da percepção social das PCD, acontecidas no período passado, não foram inócuas. Representou um papel fundamental no sentido de abandonar o modelo assistencialista, adotando o modelo social na integração de oportunidades e direitos, até debater na atualidade, o conceito da inclusão desde uma perspectiva de interação e visibilidade da pessoa em relação ao ambiente, através do modelo biopsicossocial, preocupando-se em facilitar acessibilidade universal¹⁷ à pessoa com deficiência.

O Brasil se tornou um país destacado no contexto global¹⁸, por coordenar medidas administrativas, legislativas, judiciais e políticas públicas, com o objetivo de assegurar os direitos fundamentais da população com deficiência. Mesmo assim, o desafio continua na luta pelo cumprimento dessa lei, com políticas de Estado, ações concretas e permanentes, provisão de acessibilidade em todas as áreas, fiscalização, responsabilização dos agentes públicos e da sociedade, pelos atos de exclusão das PCD no cotidiano (MAIOR, 2010).

Da mesma forma, uns dos arranjos mais significativos do século XXI, em benefício da população com deficiência, foi a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, executada pela ONU, no final do ano 2006:

¹⁷ A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, inclui o direito à acessibilidade universal e design para todas as pessoas, sem exclusão à interação pessoa e ambiente.

¹⁸ Já no âmbito da atuação internacional brasileira, destacam-se: a participação no processo de elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU; o protagonismo exercido em reuniões da Rede Intergovernamental Ibero-americana de Cooperação Técnica (Riicotec) e da Rede Latino-Americana de Organizações não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Riadis); a intensificação das relações na área de políticas para pessoas com deficiência nos âmbitos da cooperação Sul-Sul, do Mercosul, da Iberoamérica, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Comissão de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do sistema ONU; além do desenvolvimento de um conjunto de ações específicas de cooperação com o Haiti (SNPC, 2010).

A Convenção foi concebida como um instrumento de direitos humanos com uma dimensão explícita do desenvolvimento social. Adota uma ampla classificação de pessoas com deficiência e, reafirma que todas as pessoas com todos os tipos de deficiência devem poder desfrutar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Esclarece e especifica, como todas as categorias de direitos são aplicadas às pessoas com deficiência e, identifica as áreas nas quais é necessário introduzir adaptações para que as pessoas com deficiência possam exercer efetivamente seus direitos e, as áreas em que esses direitos foram violados e nos quais a proteção dos direitos deve ser reforçada (ONU, 2006).

Em concordância com a SNPD (2010), a participação do Governo brasileiro no processo de elaboração da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, adotada pela ONU, foi encabeçada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por intermédio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (na época, CORDE) e do CONADE. Posteriormente, para o ano 2008, já foi ratificada esta Convenção no país, com a promulgação do Decreto Legislativo n. 186. Esses documentos foram agregados às normas brasileiras, com equivalência de emenda constitucional, pois obtiveram aprovação de mais de três quintos dos deputados e dos senadores, em duas votações.

Enfim, a Convenção e sua ratificação pelo Estado brasileiro, refletiu sobre a capacidade de mobilização e atuação política das pessoas com deficiência, sendo importantes conquistas do movimento político deste segmento da população, uma vez que consolidaram seus avanços: definiram o termo deficiência como resultado da interação entre a pessoa e o

ambiente e, estabeleceram referências legais baseadas nos direitos humanos, na inclusão e na participação plena¹⁹.

Sem este preâmbulo histórico, não poderíamos entender as constantes lutas pela reivindicação e proteção dos direitos das pessoas com deficiência na sociedade brasileira; além de analisar, como este processo reforçou o associativismo das PCD desde meados do século XX até o tempo atual, mobilizando à sociedade civil em torno da inclusão social destes cidadãos. Particularmente, neste ponto é necessário levantar duas questões preambulares para dar continuidade na pesquisa: hoje, como aparece a força organizada da população com deficiência, seus tipos, as suas agendas, prioridades e canais de expressão? E qual é o nível de organização, tipo, formas, que veiculam as demandas e os interesses da sociedade brasileira que apresenta algum tipo de deficiência?

O passo seguinte é mostrar o panorama dos estudos de deficiência: como está sendo pesquisado este âmbito desde a academia, aliás de compreender as temáticas mais relevantes até o momento. Continuadamente, apresento o marco teórico do Capital Social desde a perspectiva do cientista Robert Putnam.

¹⁹ Um ano após da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi assinado pelo Brasil seu Protocolo Facultativo, sem reservas, em 30 de março de 2007. Já a ratificação da mesma, aconteceu em 9 de julho de 2008, pelo Congresso Nacional (SNPD, 2010).

4 PANORAMA BIBLIOGRÁFICO DOS ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA

Trata-se de uma revisão de forma metódica sobre a produção científica de ponta no campo da deficiência, participação e inclusão social das pessoas com deficiência, direitos humanos e as políticas públicas para PCD principalmente na América Latina. Para a seleção dos artigos indexados nos bancos de dados da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, a *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* - Redalyc e o indexador sociológico *Sociological Abstracts*, foram utilizadas palavras-chave e/ou combinações entre os descritores seguintes tanto em português como em espanhol: pessoas com deficiência no Brasil, políticas públicas, participação social, inclusão social, deficiente, pessoas com deficiência e direitos humanos, *discapacidad en latinoamérica*, *minusvalías y movilización social*.

O critério de seleção ou escolha por esses bancos de dados foi centrado no fato de que estes contemplam estudos desde diversas áreas de conhecimento, esclarecendo que o conceito da deficiência requer uma visão multidisciplinar visando a inclusão das pessoas com deficiência em diversos âmbitos da vida política e social. Neste caso, foram incluídos os artigos compreendidos num período não inferior aos dez últimos anos, já que os estudos sobre deficiência são recentes. Desta forma, obteve-se um total de 43 artigos para um primer contato com os trabalhos reconhecidos por pares científicos.

4.1 - Procedimento da pesquisa bibliográfica

Como primeiro ponto, as 43 entradas bibliográficas foram organizadas em um pequeno banco de informação que discriminava as seguintes categorias de classificação: nome do artigo, autores, ano, país, banco de dados, resumo, *keyword*, objeto de pesquisa, métodos/técnicas, categorias e tipo de publicação. Depois, foi construída uma segunda tabela para ordenar os temas que predominaram com relação à leitura geral dos dados emergentes das categorias de classificação.

Posteriormente, a interpretação dos artigos (por meio de gráficos de frequência) por ano, países, tipos de estudo (caráter qualitativo, quantitativo ou quantitativo-qualitativo). Além disso, foram elaboradas as categorias de análise a partir da informação obtida para a estruturação e clareza na pesquisa, ajudando com elas a identificar os atributos que fazem parte da realidade social das pessoas com deficiência; também se nomeie neste ponto os enfoques teóricos citados por os autores. Finalmente as reflexões sobre a importância desta primeira parte do avance.

4.2 - Criação das tabelas dos artigos científicos

Nesta parte da pesquisa, o objetivo inicial foi poder conhecer de forma geral, a partir da literatura encontrada sobre deficiência em diferentes países, que tipos de debates estão sendo feitos em relação à participação política e social, as mobilizações sociais em torno de seus direitos, e a integração dentro das políticas públicas das pessoas em situação de deficiência no Brasil. Igualmente esta primeira aproximação às 43 investigações de caráter científico permitiu identificar que tipos de abordagem teóricos e metodológicos estão sendo usados pelos pesquisadores.

Assim, para fins de distribuição da informação dos artigos foi construída uma tabela com as características seguintes:

Tabela 4. Distribuição da informação dos artigos

Nome do artigo	Autores	Ano	País	Banco de dados	Resumo	Keyword	Objeto de pesquisa	Métodos e Técnicas	Categorias	Tipo de publicação
----------------	---------	-----	------	----------------	--------	---------	--------------------	--------------------	------------	--------------------

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Após da leitura geral dos resumos foi necessária a construção duma segunda tabela para organizar os temas expostos que predominaram nos artigos, adicionando o número de artigos que tiveram relação com esses temas.

Tabela 5. Organização dos temas que predominaram nos artigos

Temas dos artigos que predominaram	Número de artigos
Políticas públicas para pessoas com deficiência	17
Inclusão/exclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência	11
Participação social e política das pessoas com deficiência	8
Direitos humanos das pessoas com deficiência	6
Posição socioeconômica e deficiência	1
Total	43

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Como a tabela 5 indica, o maior tema estudado são as políticas públicas para as pessoas com deficiência, tendo referência na análise desde diferentes setores estratégicos para inclusão desta população: educação, saúde, trabalho, entre outros. Os seguintes temas

mais pesquisados e debatidos têm que ver com a inclusão, exclusão social e acessibilidade das PCD. Aqui podemos olhar alguns trabalhos como *As práticas de recursos humanos para a gestão da diversidade: a inclusão de deficientes intelectuais em uma federação pública do Brasil* (MACCALI et al., 2015), ou *Comunicación alternativa, herramienta para la inclusión social de las personas en condición de discapacidad* (CANDIDO; PINTO, 2017).

No terceiro ponto, temos a participação social e política das pessoas com deficiência, onde encontraremos o suporte central para poder entender e analisar profundamente o corpo da dissertação que é o Capital social das pessoas com deficiência, é dizer o associativismo de nosso público-alvo em função de sua participação social e política dentro da sociedade civil. Já como quarto item, estão os direitos humanos das pessoas com deficiência. Esta parte está mais ligada às convenções internacionais e consagração dos direitos das PCD. Finalmente o quinto tema é a discussão específica da posição socioeconômica com a deficiência, explicando que a pior posição socioeconômica e a ocorrência de doenças que parecem contribuir para a ocorrência de deficiência.

4.3 - Criação dos gráficos de frequência

Do mesmo modo, para uma melhor exposição dos dados encontrados foi fundamental incluir gráficos de frequência para representar e interpretar informações das diferentes fontes, de maneira clara, precisa e ordenada. A continuação o gráfico de frequência de artigos por ano.

Figura 7. Frequência de artigos por ano

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A interpretação deste gráfico pode ser entendida observando cada um dos anos em consideração de acordo ao critério inicial de escolha: num período não inferior aos dez últimos anos, já que os estudos sobre deficiência são recentes. É evidente que o ano com mais publicações de artigos científicos é 2017, com uma quantidade exata de 14 artigos. De igual modo, os anos 2015 e 2012 tiveram o mesmo número dos artigos, 6 em total. Os anos 2016, 2011 e 2008 mostraram 3 artigos. Bem como o ano 2007 com 2 artigos e o ano 2018 com 1 representam o menor índice de publicações por ano dentro do análise dos 43 artigos selecionados nos bancos de dados.

É importante enfatizar que nos dez últimos anos as pesquisas sobre deficiência têm sido aumentadas devido aos diferentes pronunciamentos das Convenções internacionais dos direitos das pessoas deficientes.

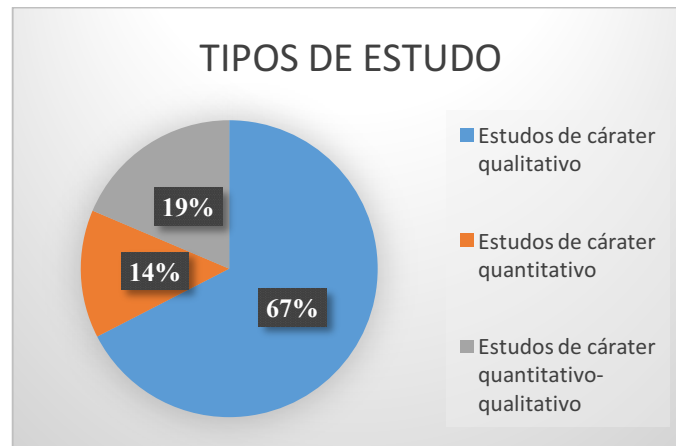
Figura 8. Frequência de publicações por países

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Como o gráfico indica, o país que tem maior número de publicações é o Brasil com 13 artigos em total e com 1 artigo compartilhado com Portugal. Depois, continuaram Colômbia com 6, Espanha com 4, Estados Unidos (EEUU) com 3, Argentina e Costa Rica com 2, e com 1 artigo países como Chile, México, Uruguai, França, Índia, Itália com Reino Unido (UK), Reino Unido (UK) e Portugal. Com certeza, os países aqui mencionados, na maioria de América Latina foram escolhidos de acordo com os interesses centrais da pesquisa.

Neste caso o foco principal foi o Brasil, além do percurso dos estudos científicos sobre deficiência no continente americano. Embora que, também foram adicionados e compartilhados países como EEUU, França, Índia, Portugal, Itália, UK, que contribuem mundialmente com o debate científico e o avance das investigações sobre deficiência, mobilizações, defesa de seus direitos humanos e acessibilidade universal.

Figura 9. Proporção dos tipos de estudo



Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico sobre a proporção dos tipos de estudo dos artigos, mostra uma tendência qualitativa considerável na pesquisa social sobre deficiência frente ao estudo quantitativo. Na mesma circunstância, pode-se relacionar com os temas que predominaram nos artigos, pois nesta revisão da literatura, dos textos clássicos e contemporâneos, a maioria das pesquisas qualitativas correspondiam às políticas públicas, inclusão e direitos humanos. Alguns exemplos de trabalhos incluídos como: *Políticas públicas para inclusão social na deficiência - Revisão sistemática*; *Una aproximación sociológica a la discapacidad desde el modelo social: apuntes caracteriológicos* (ARAÚJO et al., 2012); *Disability Human Rights* (STEIN, 2007).

Igualmente, parte deste campo é a revisão sistemática da produção científica em termos de inclusão social, estudos de caso, processos participativos em que a observação participativa está vinculada, entrevistas e análise de discursos narrativos. Alguns artigos como: *Narrative, Disability, and Identity*; *A concepção de deficiência na política de*

educação especial brasileira (1973-2016) (KUHNNEN, 2017), e, *De la inclusión a la convivencia: las narrativas de niños y niñas en diálogo con políticas públicas en discapacidad* (GARZÓN-DÍAZ, 2015).

Mas também o uso do tipo de estudo quantitativo e quantitativo-qualitativo é observado em menor grau. Aqui pode-se evidenciar o uso de diferentes técnicas de análise multivariado, tais como análise fatorial, análise de regressão logística e construção de indicadores, para apresentar uma proposta que viabilize a orientação de políticas públicas sobre deficiência (questionários estruturados); até a coleta das fontes de dados demográficos, estudos descritivos, teste e análise estatística oficial para poder estudar este âmbito.

Exemplos específicos são artigos como: *Posição socioeconômica e deficiência: “Estudo Saúde em Belo Horizonte, Brasil”* (FARIA et al., 2017); *A inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional como instrumento viabilizador da igualdade: exposição e análise crítica dos respectivos indicadores* (BAPTISTA, et al., 2018); *Disability Rights Movements in India: Politics and Practice* (MEHROTRA, 2011); *The reality of disability: Multidimensional poverty of people with disability and their families in Latin America* (PINILLA-RONCANCIO, 2017); *Certificación de discapacidad como herramienta para la accesibilidad a derechos e inclusión social* (GUZMÁN-SUÁREZ, 2013), entre outros.

4.4 - Elaboração das categorias de análise

A partir dos dados expostos nas tabelas 4 e 5, no início desta pesquisa surgiram mais categorias de análise sobre a quantidade de artigos selecionada. Motivo pelo qual decidiu-se

extrair as informações mais relevantes segundo os mesmos critérios dos temas que predominaram.

Assim, as 8 categorias propostas para continuar no análise do capital social e políticas públicas para pessoas com deficiência (PCD) no Brasil correspondem a:

Tabela 6. Categorias de análise

Classificação	Categorias de análise
1	Participação social e política das PCD
2	Políticas públicas para PCD: Saúde
3	Políticas públicas para PCD: Trabalho e emprego
4	Políticas públicas para PCD: Lazer e recreação
5	Políticas públicas para PCD: Educação
6	Estudos sobre pobreza e exclusão das PCD
7	Estudos sobre mercado de trabalho (emprego e desemprego) das PCD
8	Tecnologias da informação e comunicação para PCD

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Este trabalho vai estar focado principalmente na primeira categoria proposta, *Participação política das PCD*, porque o análise do Capital social vai estar presente neste contexto, onde podem existir normas de reciprocidade que logram incentivar à cooperação das redes de participação neste contexto da deficiência. O ideal é poder encontrar as formas de ação coletiva desenvolvidas pela população com deficiência no Estado de Minas Gerais,

assim como os laços até agora construídos nas diferentes organizações. Igualmente, para orientação de análise da pesquisa foi selecionado o artigo: *Disability Rights Movements in India: Politics and Practice* da autora Nilika Mehrotra (2011).

Mas para poder entender o anterior, torna-se necessário paralelamente conhecer os processos de construção e implementação das políticas públicas para as pessoas com algum tipo de deficiência no país, assim como identificar os estudos mais relevantes sobre pobreza e exclusão das PCD, mercado de trabalho (emprego e desemprego) das PCD e acessibilidade às tecnologias da informação e comunicação. Destacam-se alguns trabalhos mais de corte teórico que invocam perspectivas de autores reconhecidos nas ciências sociais contemporâneas.

Tabela 7. Enfoques teóricos específicos

Enfoques teóricos específicos	
Conceito	Autor
Capacidades	A. Sen
Campo Social	P. Bourdieu
Biopoder	M. Foucault

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Até o momento não se tem considerado usar nenhum dos enfoques nomeados. Além disso é necessário relatar como está sendo abordada teórica e cientificamente a deficiência desde diferentes áreas de conhecimento.

4.5 Principais achados da pesquisa bibliográfica

Nesta primeira parte do avance do projeto é chave olhar como que são feitas as pesquisas sobre deficiência em América Latina e outros países do mundo. Os dados apresentados aqui mostram que os temas principais de estudo dentro da deficiência estão mais voltados para as políticas públicas que visam satisfazer as demandas e necessidades da população com deficiência, compreendendo os ganhos e avanços que têm tido graças à mesma normatividade proposta por as convenções internacionais entre países em termos de inclusão, exclusão e acessibilidade das PCD. Mas também têm sido realizados estudos em menor proporção sobre nosso âmbito de ação, que constitui a participação social e política das pessoas com deficiência, ainda que em nenhum momento tem nomeado o Capital Social para análise da deficiência.

Desde esta lógica, o panorama evidência a necessidade de aportar conhecimento desde a sociologia sobre o estudo da deficiência a partir do programa de pesquisa sobre Capital Social desenvolvido pelo cientista político escolhido para o suporte teórico desta pesquisa: Robert Putnam. Assim, o propósito é fazer uma visualização cívico e política²⁰ da população com deficiência no Brasil, especificamente analisando os tipos de ação coletiva adiantados pelas PCD. Conseqüentemente as informações que obtivemos nesta revisão bibliográfica permitiu reflexionar e relacionar sobre o suposto teórico: frente uma sociedade forte temos um Estado forte e eficiente. Em outras palavras ligando a nossa pesquisa a hipóteses de Putnam, onde existe uma sociedade civil organizada e informada e que pressiona

²⁰ Marco teórico baseado na obra de Robert Putnam (2002): *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*.

pelos interesses sociais (inclusão da população com deficiência), haverá respostas do Estado mais eficazes e eficientes (políticas públicas), mais atentas às demandas dos cidadãos.

5 PERSPECTIVA TEÓRICA DO CAPITAL SOCIAL

Como foi exposto no capítulo anterior, a escolha do conceito do capital social permitirá uma compreensão cívico e política da população com deficiência no Estado de Minas Gerais, sendo a base para pesquisar o vigor da sociedade civil organizada em torno de seus direitos e aspirações. O objetivo da análise deste postulado teórico é poder encontrar as formas de ação coletiva desenvolvidas pela população com deficiência, assim como os laços até agora construídos nas diferentes organizações e suas tipologias.

5.1 - O Capital Social: Robert Putnam

O capital social pode ser entendido como as redes sociais e as normas de reciprocidade associadas nelas. Desde a perspectiva do cientista político Robert Putnam (2003), este capital inclui as formas organizacionais que constituem a ação coletiva e participativa dos cidadãos, em prol de problemas de interesse público. Por sua vez, baseia-se na tese de Tocqueville, traduzida por Lawrence (1969), referindo-se ao papel das associações e da cultura cívica, que mais tarde se relacionaria com o capital social. Deve-se notar que os assuntos públicos de uma sociedade foram de grande interesse para este autor norte-americano, no qual, as associações do terceiro setor e sua cooperação voluntária levariam à explicação da eficácia dos serviços públicos por parte dos governos.

Putnam em seu livro *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society* (2003), descreve os tipos de capital social, como capital formal e capital não formal. Esta tipologia é interpretada da seguinte maneira:

Tabela 8. Tipos de capital social

Tipos de capital social	
Formal	Não formal
Denso	Fraco
Voltado para dentro	Voltado para fora
Vinculativo	Constrói pontes

Fonte: Três visões sobre capital social:
Bourdieu, Coleman e Putnam.
Universidade de Guadalajara.
Plascencia, J. 2005.

Segundo o cientista Putnam, o capital social pode ser entendido desde dois tipos, um de caráter formal e outro não formal. O primeiro, refere-se às redes e associações que estão conformadas desde bases organizacionais, é dizer, tem estrutura, regras operacionais, autoridades, etc. O capital social não formal corresponde ao contexto que não possui essas formalidades: reuniões familiares, jogos esportivos, etc. Paralelamente, Putnam descreve duas características dentro dos tipos de capital social nomeados: densos e fracos.

O denso relaciona-se com o formal, pois há uma densidade maior de capital quando as redes que ligam um determinado grupo de pessoas são mais estreitas e mais variadas. Enquanto o fraco, inclui contatos ocasionais entre pessoas, limitados a um determinado propósito e contexto. Por sua vez, Putnam faz a distinção entre o capital que é voltado para dentro e o capital que é voltado para fora, procurando compreender a promoção dos interesses

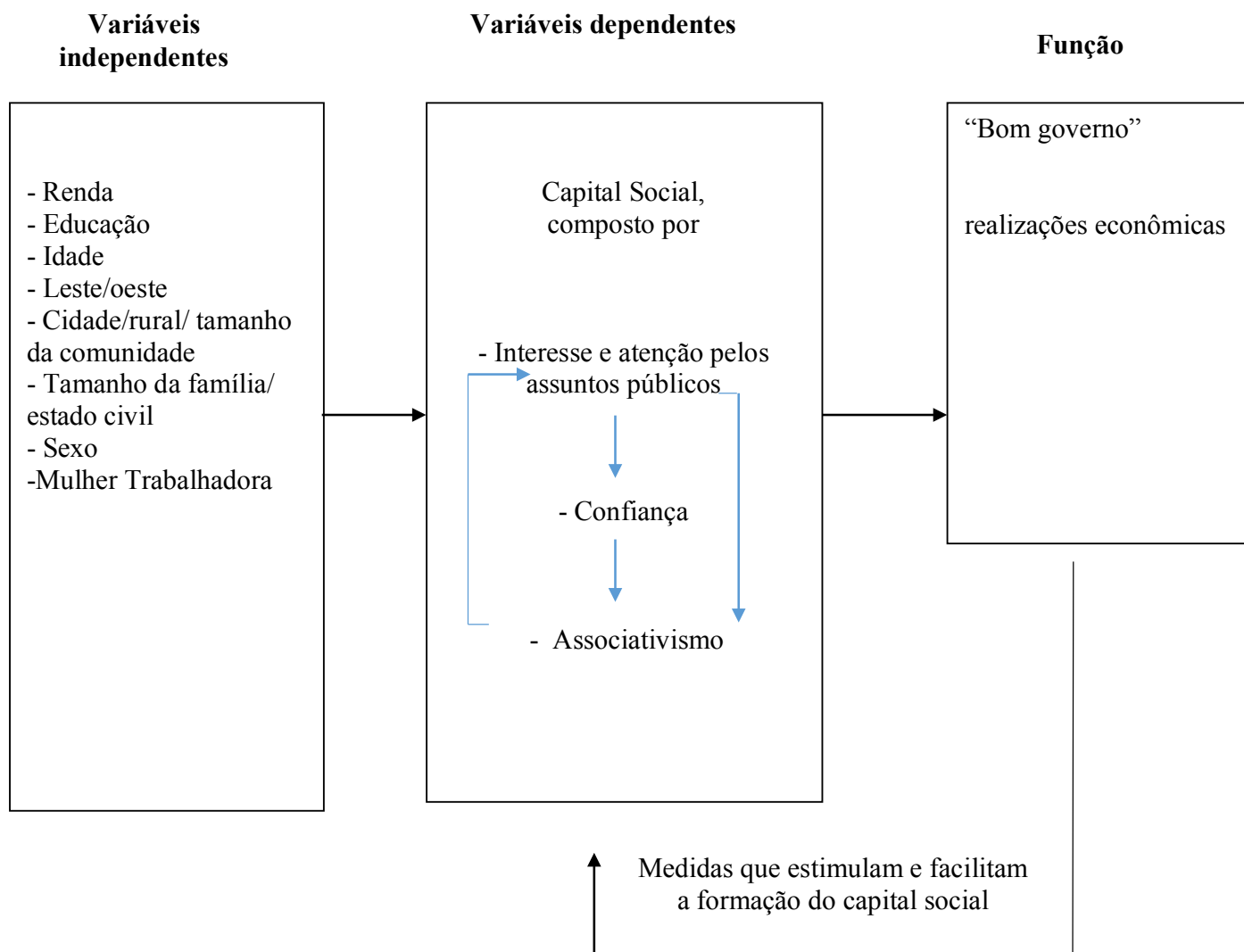
privados de seus membros (voltas para dentro) ou que os interesses públicos (voltas para fora).

Além disso, na mesma linha, o norte-americano Putnam realiza a distinção entre capital social vinculativo e aquele que constrói pontes, sendo nesta direção o primeiro focado a reforçar identidades específicas, estreitando os laços e promovendo a homogeneidade dos grupos, por exemplo, “organizações fraternais étnicas, nos grupos de leitura paroquiais femininos e nos clubes de campo das pessoas elegantes”. No entanto, o capital social que constrói pontes, está baseado fora dos “grupos primários”. Ele “pode gerar identidades e reciprocidades mais amplas” gerando pontos de contato externos (PUTNAM, 2003, p.20).

5.2 - Tipologias das formas de ação coletiva: Claus Offe e Sussane Fuchs

Na coletânea de Putnam são apresentados três esquemas representativos para nosso trabalho: 1. Capital Social: marco conceitual e hipóteses; 2. Diferentes tipos de associações e 3. Tipologia das formas de ação coletiva. O anterior é desenvolvido pelos sociólogos alemães Offe e Fuchs (2003) em seu capítulo: Há um declínio no capital social? O caso alemão.

Figura 10. Capital Social: marco conceitual e hipóteses



Fonte: Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society, Galaxia Gutemberg. Robert Putnam, 2003.

Em termos gerais, o capital social opera como um fator estrutural na resolução de dilemas da ação coletiva, isto é, na solução de problemas cooperativos.

Para tanto, é relevante compreender quais tipos de incentivos, regras e arranjos operam na organização social. Portanto, este capital está composto por: 1. Atenção, significando interesse e atenção pelos assuntos públicos. Isto é, em que medida o cidadão se informa sobre a problemática local, regional ou nacional que o afeta. 2. Confiança, entendida como a disposição de colaborar sem prevenções nos problemas que demandam cooperação. Sendo relacionada com a cooperação; e 3. Associativismo referido ao nível de engajamento em formas organizadas de agir coletivo. Esta visão cívica-política, pode propiciar desde normas de reciprocidade para incentivar a cooperação da sociedade civil, mas também gera interesse, receptividade e poder de participação social para a construção duma fonte de confiança social que facilite a constituição de laços sociais engajados.

Dentro dos estudos relacionados às relações sociais e sua natureza organizativa, os teóricos Offe e Fuchs (2003), definiram uns marcos organizativos para a compreensão da ação associativa:

Tabela 9. Tipologia das formas de ação coletiva

Filiações	Objetivos fixos, determinados hierarquicamente	Objetivos variáveis, em função dos participantes
Fixas, por alocação interna ou externa	Gangues, grupos conspiratórios (quase sempre ilegais)	Grupos de constituição étnica, religiosa ou de parentesco
Variáveis, voluntárias	Empresas grandes, associações, partidos políticos	Associações cívicas/clubes

Fonte: Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society, Galaxia Gutemberg. Claus Offe; Susanne Fuchs. Robert Putnam, 2003.

O importante desta compreensão da ação associativa, consiste em explicar que a forma de capital social mais relevante está dada na forma das associações cívicas e clubes, ou seja, nas formas organizativas de caráter voluntário. Neste ponto, o tipo de filiação e de objetivos é variável, definido pelos próprios participantes.

Conjuntamente, devemos destacar além das formas de ação coletiva, os tipos de associações, isto é, a tipologia de origem primário, secundário e terciário (apresentados na frente) e que se interpreta a partir das formas de ação coletiva. Outrossim, desde esta perspectiva poderemos posteriormente aplicar a hipóteses de Putnam para nosso contexto de pesquisa: onde existe uma sociedade civil organizada, informada e que pressiona pelos interesses da população, haverá eficiência e eficácia da capacidade de resposta dos governos em relação com os serviços sociais que satisfazem os direitos da população.

Tabela 10. Diferentes tipos de associações

	Primários	Secundários	Terciários
Formal	Famílias, parentes	Associações cujos membros geralmente se comprometem a mais do que pagar a taxa	Federações empresariais
Não formal	Clãs	Novos movimentos sociais, bairros, redes informais	Modelo associativo derivado (p. Ex. Eventos públicos em centros comunitários abertos para não afiliados)

Fonte: Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society, Oxford University Press, Inc. Claus Offe; Susanne Fuchs. Robert Putnam, 2002.

O modelo primário ou uma organização primária, entende-se como aquela que possui fins hierárquicos e formas de filiação rígidas, próprias do parentesco e da filiação étnica. O ingresso para este tipo de associação, não depende de preferências individuais dos membros. Em este sentido, se opõem aos princípios igualitários e abertos da civilidade, cidadania e afiliação opcional.

Neste componente, a inspiração está centrada em comportamento de obediência a normas por meio da fidelidade e preceitos de identidade e tradição. São exemplos: a família, o matrimônio, parentesco, etnia ou religião. Não obstante, o tipo associativo ramifica sua natureza a partir dos tipos formalizado e não formalizado. No caso contrário, temos as organizações terciárias, que têm objetivos fixos e uma afiliação variável, isto é, para a realização de seus objetivos dependem da substituição de trabalhadores menos produtivos por outros mais produtivos, ou também da captação de novos membros.

Além do mais, estas agrupações são distantes do associativismo horizontal e voluntário, já que sua afiliação está condicionada aos membros que consideram idôneos e que estão dispostos à contribuição direta de seus fines. Ademais, este modelo associativo contém uma estrutura hierarquizada de gestores e funcionários, cujo cometido é a procura da autoridade e o mando formal para que as atividades gerem a menor fricção possível entre seus membros, delimitando as funções.

Por último, deixamos para o final a apresentação do modelo secundário, correspondendo ao interesse por detalhar as expressões e formas do capital social incluídas neste tipo de ação coletiva. Em esta tipologia identificam-se as associações cívicas de caráter mais aberto em relação a sua composição, já que não estão baseadas exclusivamente na

identidade (como no caso das famílias), embora que nelas exista uma mistura de critérios de admissão funcional e da identidade com o grupo. O modo de interação é menos formalizado que os modelos terciários, porque estes tipos de associações fundamentam suas relações sócias mediante a compromisso voluntário, participando e se comunicando oralmente e de modo horizontal.

O tipo secundário contribui em sua maioria na (re) geração do capital social. Por tal motivo, estas associações cívicas apresentam cinco subdivisões potencialmente úteis: atribui aos âmbitos das atividades; o grado de formalização da afiliação; a distinção entre associações voltadas para dentro e para fora (sendo as primeiras geradoras de bens coletivos e a segunda fornecendo a (re)produção de capital social); a distinção entre os tipos de associações abertas e quem depende de algum requisito de admissão e, finalmente a distinção entre associações políticas e quem não tem esta intenção. Assim, o capital social opera e é determinado nestas associações cívicas, porque são definidas relações mutuas que estimulam, associativismo *face to face* que facilita e alimenta à capacidade organizativa, gerando fatores chaves para o funcionamento da democracia e, contribuindo à qualidade e à efetividade no funcionamento político-administrativo.

Entre todas as formas organizativas acima descritas, destacasse a secundária como o tipo mais rico para a dinâmica cooperativa do capital social. Nesse sentido, consideramos útil na formulação do projeto a perspectiva do marco teórico e conceitual e as tipologias indicadas, pois estas informações facilitam a compreensão e diferenciação das formas organizacionais que seriam mais ricas em capital social daquelas menos ricas. Em outras palavras, as mais importantes são as formas secundárias na visão da teoria do cientista

político Robert Putnam (2002), Offe e Fuch (2002), já que o tipo secundário é o lugar onde se costumam laços sociais mais duradouros, geradores de confiança interpessoal e multiplicadores do interesse pelos problemas públicos, neste caso das necessidades das pessoas com deficiência.

O que nos levou a adotar a construção teórica do capital social de Putnam, foi seu valor heurístico para entender a realidade do Brasil, especificamente de Minas Gerais, em matéria das formas organizativas que no interior da sociedade civil lutam pela inclusão e serviços para a população com deficiência. Desta forma, o passo seguinte da pesquisa vai consistir em aplicar a tipologia organizativa do Capital Social à sociedade civil mineira. Em continuação é apresentada a estratégia da coleta de dados conforme a grade analítica e os principais resultados da pesquisa.

6 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS E RESULTADOS

6.1 - Aplicação do modelo de análise

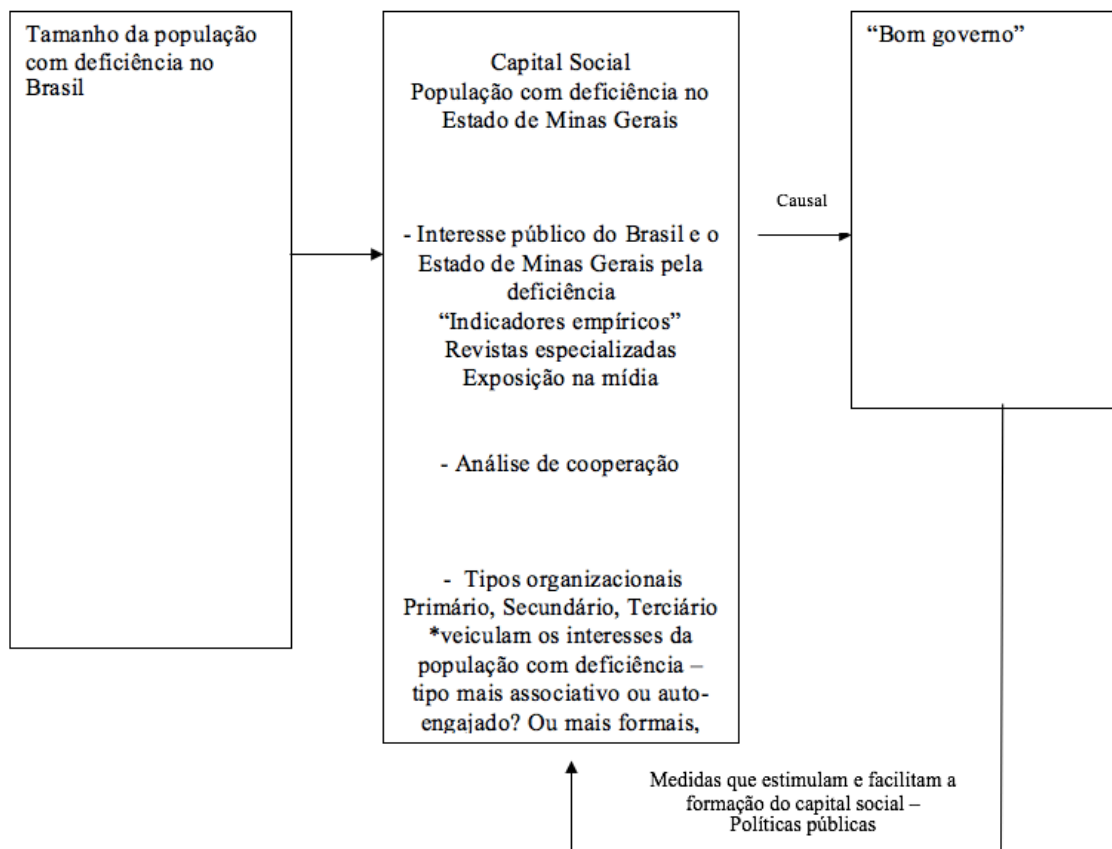
Ainda que a teoria seja mais ampla, nosso trabalho foi voltado exclusivamente à descrição geral da sociedade civil engajada na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Aliás, por questões de exequibilidade o trabalho desta pesquisa foi delimitado ao Estado de Minas Gerais. Mas, dentro do diagnóstico de capital social da população com deficiência desta unidade da Federação, formulamos perguntas norteadoras para ajudar à adaptação do modelo de análise, entendendo que nosso problema de pesquisa foca sua atenção em compreender, aprofundar e oferecer um conjunto de análises das organizações que trabalham em pró dos

deficientes no Estado de Minas, em relação à defesa pela ampliação de seus direitos fundamentais, participação social e cidadania.

Eis as questões:

- Quais são as principais formas de ação coletiva das pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais? Onde estão? Quantos são?
- Quem fala hoje pela população com deficiência? Ou elas falam por si próprias em associações voluntárias e auto engajadas?
- Quais são os veículos de difusão de informação da população com deficiência? Quanto aparece na opinião pública?
- Há trocas colaborativas entre organizações do terceiro setor que trabalham em favor dos direitos da população com deficiência?

Figura 11. Adaptação do modelo de análise



Fonte: Elaboração do autor, a partir de Offe e Fuch (2002) no livro *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, Galaxia Gutenberg, Inc. Robert Putnam, 2002.

Para responder estas colocações, primeiramente adaptamos o modelo original do capital social a nosso caso de estudo. Deste modo, guiados pela grade analítica do capital do sociólogo Putnam propusemos alguns indicadores empíricos (expostos na anterior figura 11).

Inicialmente, para a estratégia de coleta de dados foi proposta uma divisão em três eixos que corresponderiam à abordagem teórica e conceitual do cientista Putnam, mas

também das tipologias indicadas anteriormente. Esta divisão foi representada na construção de uma tabela (segue a tabela 11), que explicasse as formas de recolha dos dados segundo os seguintes pontos: Interesse público pela problemática da deficiência, Tipos organizacionais em pró das pessoas com deficiência, e Formas de incidência perante o poder público e trocas colaborativas entre organizações.

Tabela 11. Sinopse da estratégia metodológica

		Forma de coleta de dados
Componentes do Capital Social	Interesse público pela problemática da deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Busca sistemática na secção de <i>Google Trends</i>, para observar como está sendo tratado o tema da deficiência no Brasil (principalmente no Estado de Minas) na imprensa on-line. - O aplicativo inclui a revisão das mídias sociais para identificar de que forma as diferentes mídias estão cobrindo e está presente a problemática da deficiência no país, além da frequência das publicações. - Procura das revistas especializadas no tema da deficiência nos indexadores mais reconhecidos nacional e internacionalmente.

	<p>Tipos organizacionais em pró das pessoas com deficiência</p>	<p>Dois fontes de informação para identificar os tipos organizacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Raspagem de dados da Plataforma SINCOV: o portal disponibiliza acesso livre às informações de Transferências Voluntárias da União com o objetivo de facilitar o acesso aos dados do sistema para a sociedade e a outras esferas de Governo. Se pode baixar diariamente as principais informações de Convênios para realizar análises e cruzamentos a partir desses dados abertos. - Entrevistas dos membros do CONPED: entrevistar os conselheiros para saber a quais organizações eles estão vinculados e quais conhecem que estão atuantes.
	<p>Formas de incidência perante o poder público e trocas colaborativas entre organizações</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação online do questionário com os membros do CONPED, para captar informações de redes, as formas de colaboração entre organizações e para outras informações sobre incidência destas. <p>Aqui temos dois momentos:</p> <p>Primeiro: na entrevista exploratória com Conselheiros se aproveitará para perguntar pelas formas de incidência</p>

		<p>(pressão) perante órgãos decisórios (governos locais, estaduais, ou federal, assembleias) para que criem programas sociais ou legislem em favor dos deficientes.</p> <p>Segundo: haverá aplicação de questionário on-line com as organizações identificadas no ponto 2, o qual terá as questões sociométricas específicas sobre formas de colaboração, aqui esperamos captar os dados relacionais pertinentes.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração do autor (2019)

Sem embargo, na medida que a pesquisa foi avançando a estratégia de recolhimento da informação foi variando, o que significou algumas mudanças das formas previamente ditas sobre o levantamento dos dados. Á vista disso, alguns aspectos da proposta inicial sobre as técnicas da coleta foram reconfigurados, trazendo uma abordagem da estratégia mais procedimental que explicasse o processo de recolha e as ferramentas usadas, para posterior exposição dos resultados e as considerações finais.

A divisão da proposta foi baseada em:

- A. Busca exploratória
- B. Buscas em fontes secundárias
- C. Levantamento de dados primários por aplicação de questionário próprio e resultados

Desta maneira, começamos pelo detalhamento da fase final de nosso projeto de dissertação.

6.2 - A. Busca exploratória

Primordialmente, a busca exploratória correspondeu ao primer indicador exposto na adaptação do modelo de análise: Interesse público do Brasil pela deficiência. Intuímos que o atual veículo de maior difusão da informação para a compreensão deste interesse, especialmente no Estado de Minas Gerais, é a mídia social, pois estamos numa era digital onde o monitoramento constante se torna mais eficaz do que o seguimento da mídia impressa.

Porém, a forma de coleta neste ponto limitou como única fonte o *Google Trends*, ainda que na anterior proposta metodológica tínhamos considerado a busca sistemática das revistas especializadas em diferentes plataformas, entre outras, de fato não há revistas de ampla circulação ou especializadas no tema da deficiência, e não se conhecem publicações de organizações que tenham amplo fluxo nesta temática.

O aplicativo *Google Trends* foi escolhido pela facilidade de uso, tendo como vantagem o acesso livre de informações globais da maioria das fontes do motor de busca virtual *Google*. A ferramenta virtual exhibe os termos de pesquisa mais populares em todo o mundo, de acordo com o nível de popularidade da busca de várias palavras ou com frases orientadas pelas distintas regiões e idiomas. Dessa forma, pode-se saber o nível de procura de uma determinada "Palavra-chave" ou "Keyword" por um período de tempo e local determinado, conseguindo identificar variações na procura em escala de 0 a 100, onde 100 representa o ponto mais alto nos níveis de pesquisas realizadas do termo.

Neste sentido, *Google Trends* serviu para monitorar a busca, devido a que plataforma virtual recolhe dados integrados de múltiplos sites virtuais e faz representações gráficas dos temas mais relevantes, populares e recentes que estão sendo discutidos na internet sobre a palavra 'deficiência' na região selecionada do Brasil.

Segundo dados da *Internet World Stats* (2019), o Brasil foi considerado um dos quatro primeiros países do mundo com o maior número de usuários da internet, com um aproximado de 149 milhões de brasileiros. Os primeiros lugares foram para China com 829 milhões de usuários, Índia com 560 milhões de usuários, e Estados Unidos com 292 milhões de pessoas que acessaram na internet entre o ano 2000 até junho de 2019. Atualmente, o número de pessoas com acesso à internet é de 4.155 milhões em todo o mundo, ou seja, cerca de 54% da população mundial.

Assim sendo, plataformas como o *Google*, que é o mecanismo de busca mais utilizado no mundo, viram-se na tarefa de propor ferramentas de conexão entre usuários cada vez mais exigentes, que pediam não apenas espaços virtuais para diversão, mas a implementação de ferramentas que proporcionassem soluções eficazes e articuladas para diferentes formas de trabalho com análise e condensação de dados, bem como a organização de informações digitais de livre acesso. A grande necessidade de os consumidores da internet terem acesso direto às informações detalhadas na Web, levou o *Google* a incluir a ferramenta *Google Trends* em seu pacote de opções gratuitas.

O *Google Trends* é mais que um banco de dados convencional para mostrar os tópicos que estão sendo pesquisados no momento, pois ele condensa e expõe graficamente grandes quantidades de informação circulada, compartilhada e pesquisada na internet. Além disso, a busca pela plataforma pode ser definida segundo os interesses do pesquisador, pois é um sistema muito dinâmico para escolher os critérios de busca. Por exemplo, é possível refinar a pesquisa por critérios do país, categoria (artes, ciência, lei e governos, pessoas e sociedade etc.) e, o tipo de busca (imagens, notícias, pesquisa do Youtube ou *web search*, que é a pesquisa clássica e geral do *Google*).

Bem assim, a ferramenta também permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ou tópico ao longo do tempo com a opção direta de medição na internet pela linha temporal das últimas 24 horas, até os últimos 10 anos. No entanto, essa última característica só tem informação atualizada e confiável a partir do ano 2016 até o dia atual, devido às modificações feitas pelo *Google* para melhora do sistema. Ressalta-se que no século XXI a internet é considerada o maior espaço de interação social, porque permite a criação de cenários para a expressão de experiências particulares e coletivas, gerando ações coletivas e de comunicação na chamada nova era da transmissão da informação e o conhecimento.

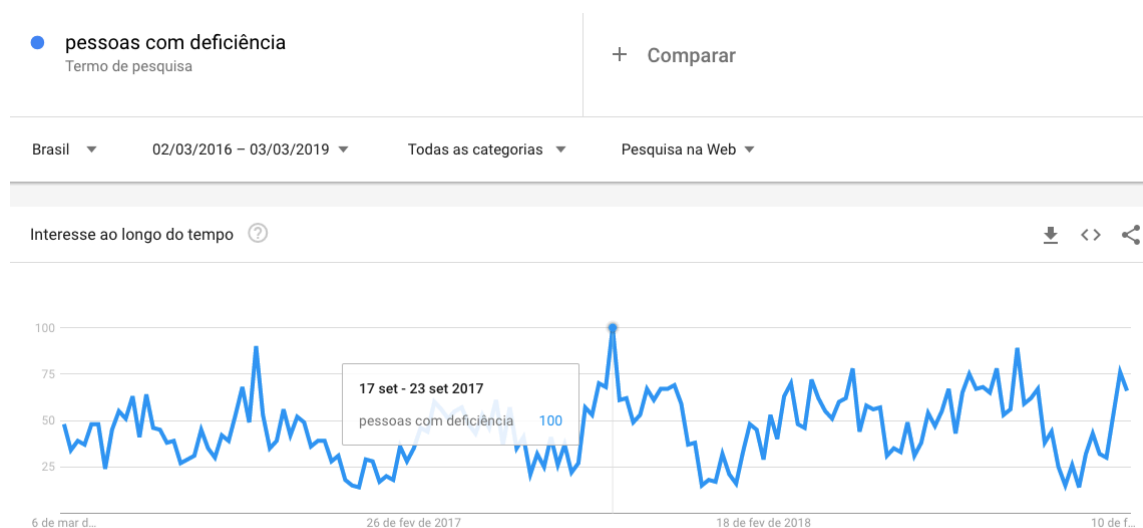
Consequentemente, a busca de informações para nossa pesquisa baseou-se em dois parâmetros. O primeiro foi a eleição e delimitação do tempo de análise, sendo a data de referencia desde o ano 2016 até o presente. A escolha desse período considerou-se pela recomendação nomeada anteriormente do *Google*, sobre as melhorias na qualidade e confiabilidade dos dados incorporados no sistema a partir desse ano específico. O segundo ponto correspondeu na seleção das palavras-chave: pessoas com deficiência, inclusão e exclusão de pessoas com deficiência e tipos de deficiência. As palavras foram escolhidas segundo os temas dos artigos que predominaram nos principais achados da busca bibliográfica (pág. 46).

O terceiro termo foi subdividido nos tipos mais frequentes da deficiência segundo a categorização do Censo demográfico (2010): deficiência visual, deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Deve-se notar que a seleção da comparativa entre os termos dos diferentes tipos de deficiência foi baseada seguindo a medida percentual proporcionada pelo IBGE. Igualmente, acrescentamos um critério geográfico: o estado de

Minas Gerais. O anterior, permitiu fazer uma comparação por meio de gráficos, podendo ver os padrões e mudanças no tempo e na zona geográfica.

À vista disso, depois de colocar na ferramenta as palavras-chave mencionadas, a plataforma lançou 4 categorias já automatizadas pelo mesmo aplicativo: 1. Interesse ao longo do tempo, 2. Interesse por sub-região, 3. Consultas relacionadas e 4. Detalhamento comparado por sub-região.

Figura 12. Interesse ao longo do tempo do termo ‘pessoas com deficiência’ no Brasil



Fonte: Google Trends. Termo 1: Pessoas com Deficiência – Brasil.

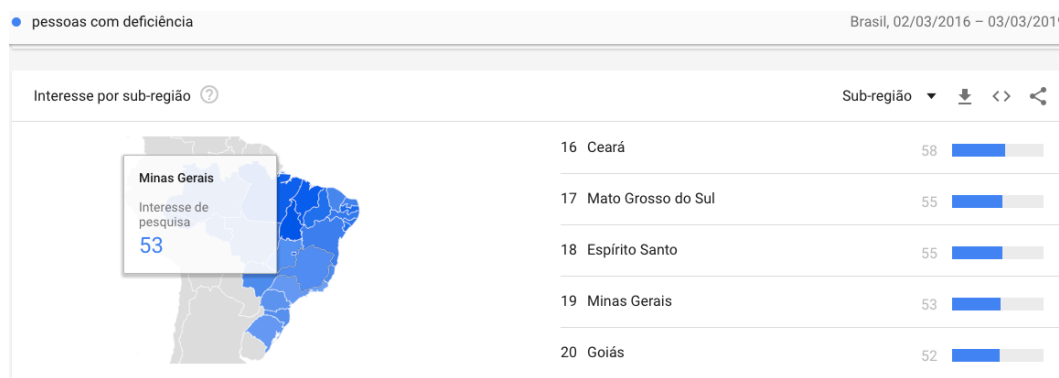
O primer gráfico correspondeu ao que foi jogado pelo *Google Trends* depois de inserir o termo de busca ‘pessoas com deficiência’, na ordem geográfica do Brasil, num período de tempo desde o dia 2 de março de 2016 até o dia 3 março de 2019, e abrangendo todas as categorias de pesquisa dos websites como blogs, notícias, Youtube e Google Shopping.

De acordo com o aplicativo, no item ‘Interesse ao longo do tempo’, os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. Um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade, e uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes sobre o termo.

Segundo os dados da plataforma, o interesse ao longo do tempo pelo termo ‘pessoas com deficiência’ tem se refletido no país desde diferentes picos, sendo os dias 17 ao 23 de setembro de 2017 a data em que foi observado um grande aumento na busca virtual no nível nacional. Pode-se supor que esse valor alto esteja amplamente ligado aos eventos de popularidade. Por exemplo, a data anterior corresponde à semana em que é celebrado anualmente o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, oficialmente no dia 21 de setembro. Após dessa data, celebra-se o Dia Nacional do Surdo e, posteriormente no mês de dezembro, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Isso pode significar que os usuários da internet no Brasil estão muito mais interessados na busca de informação sobre as pessoas com deficiência de acordo às datas reconhecidas socialmente, e esse tipo de informação volta-se popular pelo período específico da comemoração no país todo.

Figura 13. Interesse por sub-região do termo ‘pessoas com deficiência’ no Estado de Minas Gerais



Fonte: Google Trends. Termo 1: Pessoas com Deficiência – Estado de Minas Gerais.

Neste ponto, o termo da busca continuou sendo o mesmo do anterior. Aqui, o interesse foi mais específico porque segmentou a busca da informação a partir das regiões do Brasil. Os valores foram calculados em uma escala de 0 a 100, em que 100 é o local com a maior popularidade como uma fração do total de pesquisas naquele lugar.

A escala de 50 indica um local que tem metade da popularidade e 0 indica um local em que não houve dados suficientes para o termo. Portanto, o Estado de Minas Gerais representa um interesse de pesquisa pelo conteúdo digital relacionado às pessoas com deficiência na região, com um valor atribuído de 53 sobre a escala de 100, sendo o número de posição 19 de todos os Estados do Brasil.

Figura 14. Consultas relacionadas do termo ‘pessoas com deficiência’ no Brasil

Consultas relacionadas ?		Em ascensão ▼ ↓ <> ↔
1	noções sobre direitos das pessoas com defici...	Aumento repentino
2	a evangelização das pessoas com deficiência	Aumento repentino
3	pcd	Mais 250%
4	direito das pessoas com deficiência	Mais 200%
5	estatuto das pessoas com deficiência	Mais 180%

Fonte: Google Trends. Termo1: Pessoas com Deficiência – Brasil.

Em virtude dos fatos mencionados, o aplicativo arrojou a categoria ‘Consultas relacionadas’ para ligar o termo procurado com as outras consultas mais frequentes que fizeram pela mesma linha de tempo. O aplicativo jogou suas pontuações em escala relativa, o que significou uma medição automática chamada ‘Em ascensão’, indicando o aumento repentino da busca e colocando em porcentagem segundo o nível de relevância no país.

Certamente, no primer lugar dessas consultas relacionadas tivemos as noções sobre direitos das pessoas com deficiência (PCD), pois nos últimos anos o reconhecimento dos direitos humanos desta população tornou-se um debate de estatura internacional, interessando muitas esferas sociais. Posteriormente a evangelização das PCD, que poderia estar ligado ainda à perspectiva do modelo caritativo religioso da deficiência, como ato de inserção na comunidade desta população. No terceiro e quarto ponto, volta aos termos PCD e ambiente de direitos humanos, tendo assim como último item o Estatuto Nacional das PCD no Brasil.

Figura 15. Interesse ao longo do tempo dos termos ‘inclusão de pessoas com deficiência’ e ‘exclusão de pessoas com deficiência’ no Brasil



Fonte: Google Trends. Inclusão e Exclusão das pessoas com deficiência – Brasil.

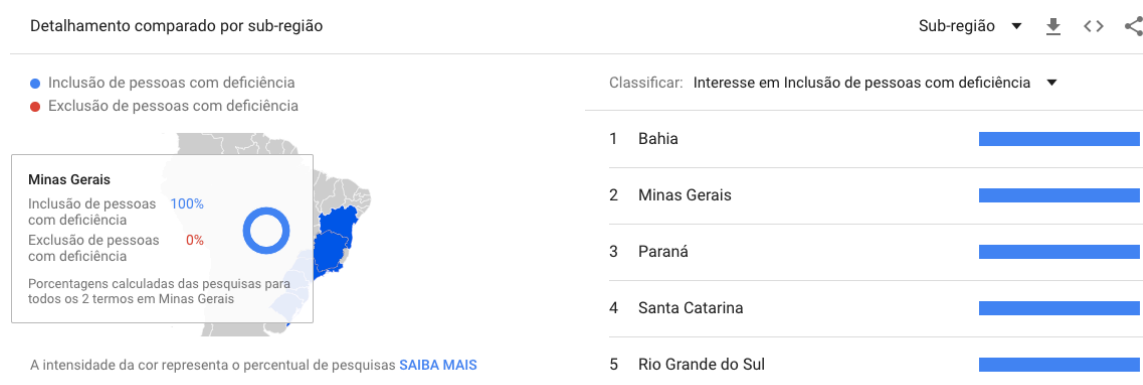
Os termos ‘inclusão’ e ‘exclusão’ das pessoas com deficiência foram escolhidos seguindo a tendência dos últimos 10 anos da pesquisa acadêmica (Panorama bibliográfico dos estudos sobre deficiência, pág. 92), onde são analisados ambientes favoráveis à inclusão e acessibilidade da população deficiente, bem como os espaços onde são constantemente desrespeitados seus direitos. Por esse motivo, foi necessário fazer a comparação para saber se as plataformas virtuais estão discutindo questões relacionadas à inclusão ou exclusão, e qual é o nível de interesse dos usuários brasileiros por esses tópicos.

Assim, quando comparadas as tendências de busca pelo termo ‘inclusão’ e ‘exclusão’ encontramos uma alta pontuação, tendo na média maior de popularidade para o primer termo em relação ao segundo. Esse resultado apresentado no gráfico anterior, sugeriu que muitos dos conteúdos publicados e pesquisados na web são a favor de destacar ambientes inclusivos

para dita população, evitando afiançar a palavra exclusão nos diferentes formatos da mídia social.

Com tal característica, o interesse da sociedade civil que procura na internet informação sobre a deficiência, aparece mais voltado à construção de expressões inclusivas para gerar confiança, mas também à influência que tem tido as diferentes convenções sobre direitos humanos para as pessoas com deficiência. É plausível pensar que os avanços em matéria jurídico-política tenham estimulado a criação de argumentos inclusivos em qualquer espaço, pressionando jornais ou *websites* na utilização de uma linguagem adequada e favorecendo as boas práticas nos últimos anos sobre a temática.

Figura 16. Detalhamento comparado por sub-região dos termos ‘inclusão de pessoas com deficiência’ e ‘exclusão de pessoas com deficiência’ no Estado de Minas Gerais



Fonte: Google Trends. Inclusão e Exclusão das pessoas com deficiência – Estado de Minas Gerais.

Simultaneamente, ao observarmos as tendências de busca por Estado, encontramos que Minas Gerais apresentou uma pontuação de 100% sobre 0% em termos de maior popularidade na palavra-chave ‘inclusão’, ocupando o segundo lugar na classificação sub-

regional do interesse do termo. Embora, isto não significa que a palavra ‘exclusão’ não seja usada nos diferentes portais web, senão que a filtragem foi baseada principalmente no maior índice percentual de pesquisas nos anos escolhidos, contribuindo na fração total ao primeiro assunto.

A continuação a comparação dos termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’.

Figura 17. Interesse ao longo do tempo dos termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’ no Brasil

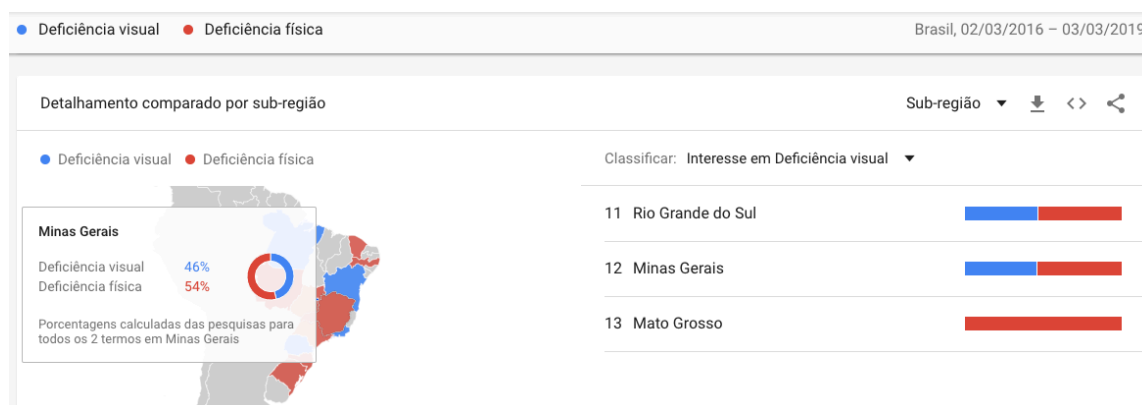


Fonte: Google Trends. Comparação dos termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’ no Brasil e no Estado de Minas Gerais – Brasil.

Seguindo o que foi apontado anteriormente sobre os tipos mais frequentes de deficiência no Brasil, procuramos no aplicativo os termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’. Estas tipologias representaram os maiores índices percentuais entre a população que declara ter algum tipo de deficiência no país, tornando-se necessário pesquisar para comparar o volume de buscas em relação a essas dois. Na oscilação das curvas, o resultado foi muito

próximo entre uma deficiência e outra, representando que as buscas destes termos são semelhantes no valor da escala de tendências e popularidade do sistema.

Figura 18. Detalhamento comparado por sub-região dos termos ‘deficiência visual’ e ‘deficiência física’ no Estado de Minas Gerais



Fonte: Google Trends. Comparação de deficiência visual e deficiência física – Estado de Minas Gerais.

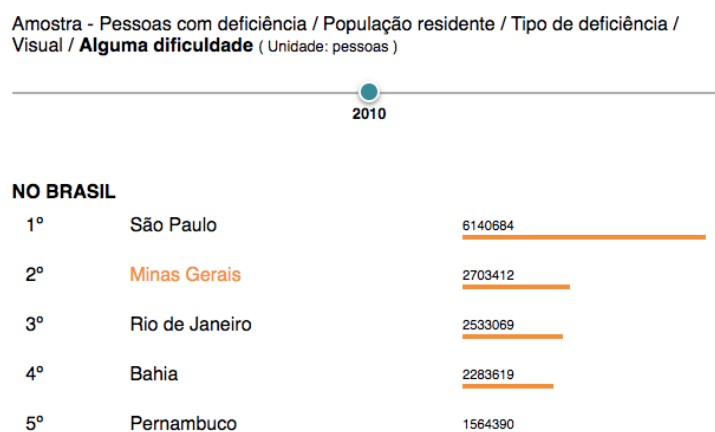
Com relação ao detalhamento dos interesses das regiões do país entorno das deficiências em questão, os índices da escala mostraram um valor maior para ‘deficiência física’ com um 54% sobre um 46% da ‘deficiência visual’ no Estado de Minas Gerais. O Estado situa-se na posição número 12 de toda a escala sub-regional nos últimos três anos. É interessante observar como os resultados tanto do país total como do Estado de Minas Gerais coincidem, ainda que a razão exata não seja estabelecida no aplicativo, intuimos que uma opção seria pelo alto número de pessoas com deficiência existente em Minas Gerais em comparação com outros estados do Brasil.

Neste seguimento, foi importante recapitular que segundo o Censo do IBGE (2010), já que o Estado de Minas Gerais é um dos estados que apresentam uma proporção maior de

peças com deficiência (descritos no capítulo do quadro demográfico). Na seguinte informação citamos o ranking pelo tipo de deficiência visual e deficiência física ou motora, conforme os critérios do IBGE a saber: ‘Alguma dificuldade’, ‘Grande dificuldade’, ‘Não consegue de modo algum’.

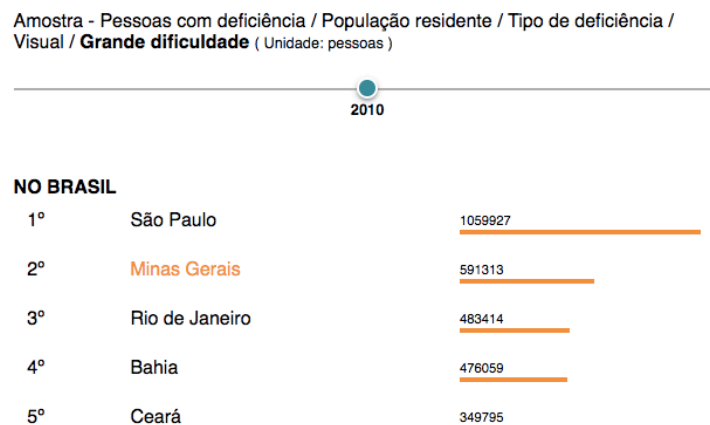
Não obstante, o ranking da deficiência segue o tamanho populacional das unidades da Federação, assim sendo, a proporção de deficientes em cada estado acompanha a uma taxa determinada, o tamanho da população. Segundo o IBGE, a Região Sudeste do Brasil tem os três estados mais populosos. São Paulo com 45,5 milhões de habitantes, equivalente a 21,8% de toda a população do país. Ele é seguido por o Estado de Minas Gerais, com 21 milhões de pessoas, e Rio de Janeiro, com 17,2 milhões no total de habitantes.

Figura 19. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Visual / Alguma dificuldade (Unidade: pessoas)



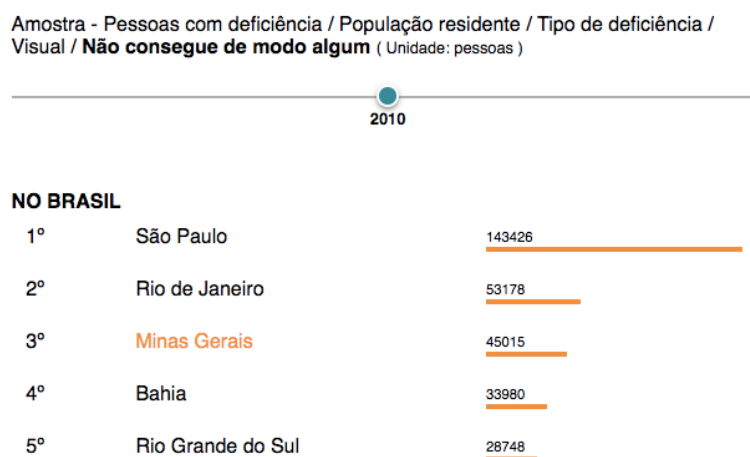
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 – Pessoas com Deficiência/Tipo de deficiência visual no Estado de Minas Gerais.

Figura 20. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Visual / Grande dificuldade (Unidade: pessoas)



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 – Pessoas com Deficiência/Tipo de deficiência visual no Estado de Minas Gerais.

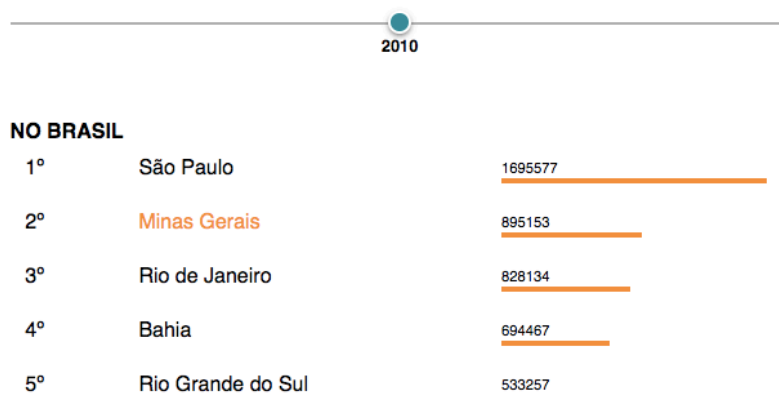
Figura 21. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Visual / Não consegue de modo algum (Unidade: pessoas)



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 – Pessoas com Deficiência/Tipo de deficiência visual no Estado de Minas Gerais.

Figura 22. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Física ou motora/ Alguma dificuldade (Unidade: pessoas)

Amostra - Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Motora / **Alguma dificuldade** (Unidade: pessoas)



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 - Pessoas com Deficiência/Tipo de deficiência motora no Estado de Minas Gerais.

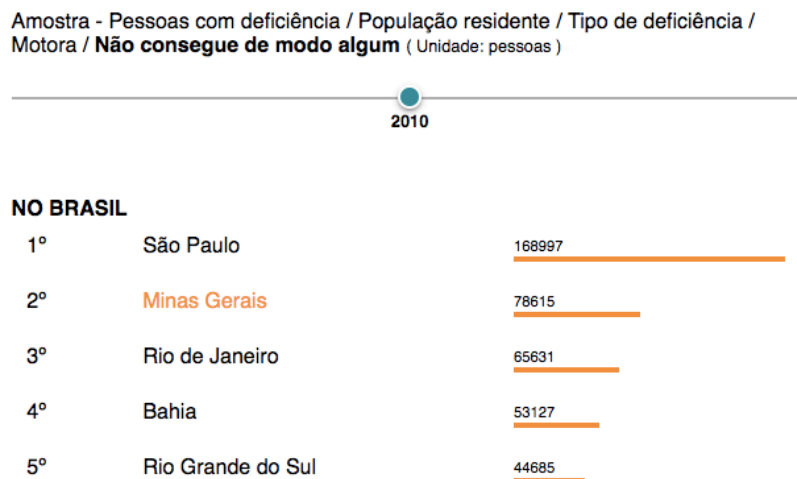
Figura 23. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Física ou motora/ Grande dificuldade (Unidade: pessoas)

Amostra - Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Motora / **Grande dificuldade** (Unidade: pessoas)



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 – Pessoas com Deficiência/Tipo de deficiência motora no Estado de Minas Gerais.

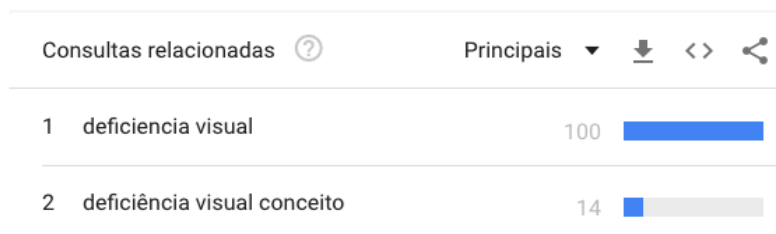
Figura 24. Amostra- Pessoas com deficiência / População residente / Tipo de deficiência / Física ou motora/ Não consegue de modo algum (Unidade: pessoas)



Fuente: Censo Demográfico IBGE, 2010- Pessoas com Deficiência/Tipo de deficiência motora no Estado de Minas Gerais

O anterior foi colocado de maneira informativa para destacar ao Estado de Minas Gerais como um dos principais estados em termos de população com deficiência visual e física, pois ele ocupou na maioria de vezes a segunda posição nos dois rankings destas deficiências.







Figura 25. Consultas relacionadas do termo ‘deficiência visual’ no Brasil



Fonte: Google Trends. Comparação de deficiência visual e deficiência física – Brasil.

Dentro das consultas relacionadas, principalmente os usuários da internet pesquisaram sobre a deficiência visual em parâmetros gerais, obtendo um 100 como valor total da escala. Mas também foi evidenciado um segundo termo com um tipo de busca menos popular, limitada à explicação do conceito específico sobre dita deficiência, tendo menos impacto na escala de consultas principais com resultado de 14 pontos.

Figura 26. Consultas relacionadas do termo ‘deficiência física’ no Brasil

Consultas relacionadas 		Em ascensão     
1	dia da pessoa com deficiência física	Mais 100%
2	pessoas com deficiência física	Mais 100%
3	requerimento de isenção de ipi pessoa portad...	Mais 60%

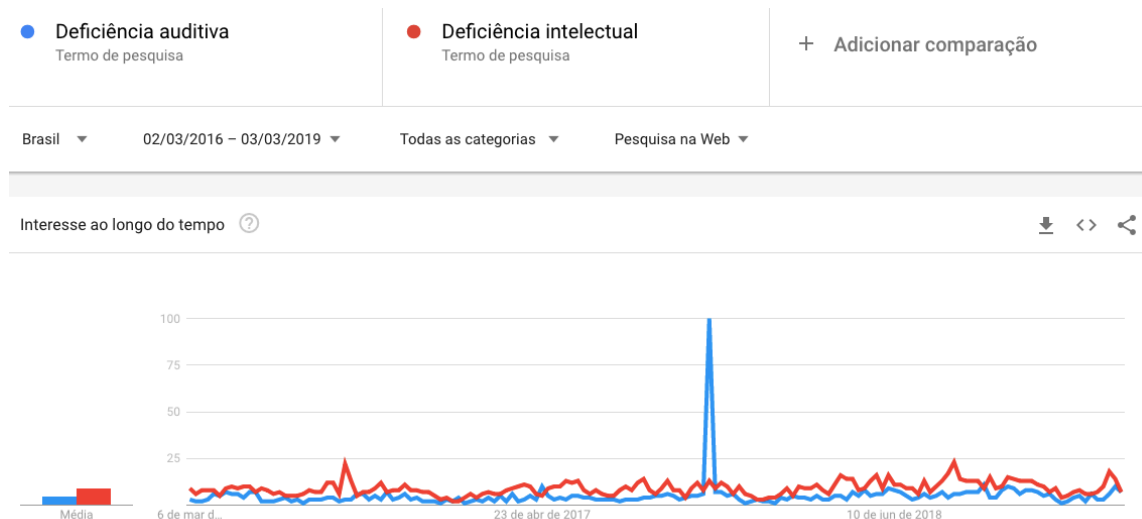
Fonte: Google Trends. Comparação de deficiência visual e deficiência física – Brasil.

Entretanto, nas consultas relacionadas com o termo ‘deficiência física’ apareceram três pontos. O primeiro equivalente ao dia da pessoa com deficiência física em uma escala de marcação de 100, que de acordo à informação oficial da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o ‘Dia da Pessoa com Deficiência Física’ é comemorado todo ano no dia 11 de outubro em todo Brasil, com a Lei Nº 2.795 promulgada em 15 de abril de 1981 pelo governo de São Paulo. O segundo ponto ajustou-se aos critérios mais gerais de busca, onde foi obtido uma pontuação máxima de 100 nas consultas referentes ao termo.

Finalmente, a terceira consulta relacionada foi uma busca específica no requerimento de aplicação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a pessoa portadora de deficiência, com um valor atribuído segundo o nível de popularidade da ferramenta de 60%. A procura dos usuários pelo (IPI) poderia ter relação à aprovação da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de um projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os acessórios utilizados para adaptação dos veículos ao uso de pessoas com deficiência. A apresentação da norma ocorreu no mês de agosto do ano 2018, onde foi tratado apenas da isenção do IPI sobre os pneus de automóveis adquiridos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

Em seguida, a comparação dos termos ‘deficiência auditiva’ e ‘deficiência intelectual’ no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Deve-se notar que as pessoas com deficiência auditiva representam 1,1% da população brasileira segundo o IBGE (2010). Ainda o 0,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência intelectual, totalizando 2.611.536 pessoas com esse tipo de deficiência no país.

Figura 27. Interesse ao longo do tempo dos termos ‘deficiência auditiva’ e deficiência intelectual’ no Brasil

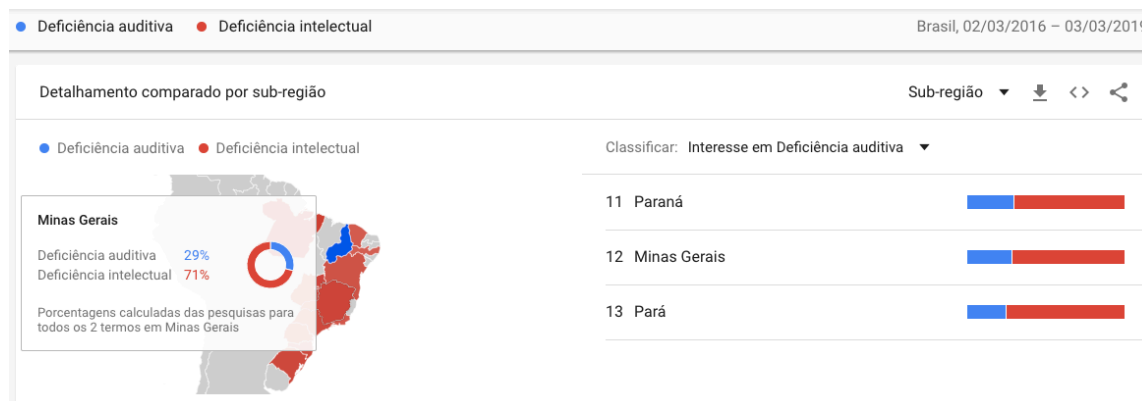


Fonte: Google Trends. Comparação de deficiência auditiva e deficiência intelectual – Brasil.

Assim, o resultado do gráfico mostrou um interesse ao longo do tempo mais ou menos próximo entre deficiências, excetuando um pico elevado na curva entre o ano 2017-2018, o que poderia corresponder à celebração do Dia Nacional do Surdo, pois é uma das comemorações mais antigas do país com a inauguração no dia 26 de setembro de 1857 da primeira escola para surdos, cujo nome inicial foi Instituto Nacional de Surdos Mudos do Rio de Janeiro, atual INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Não obstante, a luta pelo reconhecimento da deficiência intelectual é muito mais recente, pois ao longo do século XX foram aparecendo associações como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

Figura 28. Detalhamento comparado por sub-região dos termos ‘deficiência auditiva’ e ‘deficiência intelectual’ no Estado de Minas Gerais



Fonte: Google Trends. Comparação de deficiência auditiva e deficiência intelectual – Estado de Minas Gerais.

O detalhamento comparado por sub-região para o Estado de Minas Gerais, permitiu identificar um alto nível de procura e interesse de pesquisa digital sobre ‘deficiência intelectual’, tendo uma representatividade porcentual de 71% sobre um 29% dos dados presumidos do termo ‘deficiência auditiva’.

Neste sentido, o interesse de pesquisa sobre a ‘deficiência intelectual’ no Estado de Minas, poderia estar relacionada com a presença da Federação das APAES, sendo mais de 400 APAES que trabalham pela deficiência intelectual e múltipla. Esta rede é uma das maiores organizações do país e lideram o movimento apaeano em relação desta temática de inclusão e defesa dos direitos da população deficiente.

Em suma, esta primeira seção da coleta de dados e sus resultados, foi uma busca exploratória voltada principalmente para identificar o primer elemento da grade analítica que adaptamos do capital social do sociólogo Putnam. Nos referimos ao componente ‘atenção’,

que aborda o interesse que tem a sociedade civil pelos assuntos públicos, levando ao cidadão a manter-se informado em relação da problemática de seu entorno.

Neste caso, nosso interesse foi conhecer o que está sendo falado no contexto brasileiro e do Estado de Minas Gerais sobre a deficiência, mas também identificar o nível de atenção e de interesse que estão tendo os cidadãos com respeito à problemática, pesquisando e compartilhando informações sobre o tema. Mas devido às poucas possibilidades de realizar uma análise mais detalhada dos meios informativos da região e suas interações diárias com os cidadãos, por questões de custo e acessibilidade do material propriamente gravado, impresso ou físico, tentamos fazer uma revisão mais generalizada por meio da internet com a ferramenta *Google Trends*. Aquela opção foi a mais rápida, gratuita e de fácil acesso para identificar os tópicos mais recentes e populares que estão movimentando nos últimos dois anos o nível de interesse destes usuários que fazem parte da sociedade civil, e que representam parte da nossa população-alvo.

Por tanto, o interesse da opinião pública on-line é induzido, ou acompanha, agenda cívico-política do movimento organizado, especialmente as datas que visam educar e atrair a atenção da população em geral pelos direitos dos deficientes. O que poderia revelar que estas datas levaram a um aumento considerável da escala, devido ao reconhecimento cada vez maior da sociedade dos anos de luta pela inclusão da deficiência em múltiplas esferas públicas, trabalhando pela participação política e social da população deficiente, e levando por exemplo, à aprovação de leis para estabelecer datas desta índole, que posteriormente são tendência entre os usuários do Brasil.

Da mesma forma, apoiados pelo fenômeno mediático e a transformação dos canais de informação, a sociedade civil está cada vez mais direcionada a ter um acesso rápido e eficaz

de qualquer tipo de informação mediante a internet, motivo pelo qual, muitas das notícias e das diferentes informações que antigamente só eram compartilhadas com um pequeno grupo de pessoas, agora é de domínio popular. Isso é, devido ao imediatismo dos meios sociais virtuais e aos espaços de interação construídos nesse contexto.

6.3 - B. Buscas em fontes secundárias

Visando identificar as organizações da sociedade civil que trabalham em favor da população deficiente no Estado de Minas Gerais, seu número, seu perfil de atuação, foi desenhado um levantamento das informações em duas fases:

1. Busca de informações secundárias
2. Realização de entrevistas exploratórias com informantes-chave

Neste seguimento, o primer ponto da recolha das informações foi pensado através de uma busca feita no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), para o levantamento das organizações do terceiro setor que trabalham pela deficiência no Estado de Minas Gerais.

A plataforma do SICONV²¹ é uma iniciativa do Governo Federal em prol da simplificação, automação e racionalização dos processos de transferências voluntárias da União, tornando-se uma ferramenta virtual gratuita para rastrear todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria entre a Administração Pública Federal

²¹ Com base nas informações fornecidas no portal: <http://portal.convenios.gov.br/>

com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Organizações da Sociedade Civil (OSC's²²).

Assim, neste ponto da pesquisa nosso interesse centrou-se na raspagem dos dados secundários a partir das informações subministradas pelo SICONV no banco oficial de sistema de informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil, em relação aos programas, especialidades, tipos de organizações do terceiro setor que trabalham pelos deficientes, e sobre tudo saber quem são e onde estão.

No entanto, no momento da extração dos dados do banco fornecido na plataforma, o acesso foi muito limitado devido à ausência de um sistema de busca amigável e acessível, já que tinha uma filtragem complexa de muitos itens sem explicação prévia de como ser preenchidos. Além disso, a informação extraída estava desatualizada e incompleta dentro do sistema. Mesmo assim, com todas essas dificuldades práticas, a raspagem do sistema de convênios, termos de colaboração, contratos de repasse em relação à deficiência no Estado de Minas Gerais foi feita desde o ano 2010 até o ano 2018. Mas, das 2000 propostas jogadas pela plataforma só encontramos no total 9 organizações da sociedade civil que trabalharam pela deficiência no banco de dados do SICONV.

Por isso, a nossa expectativa de busca de dados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse foi falida, frustrada e insuficiente na obtenção das informações necessárias para identificar as organizações e suas colaborações. Por conseguinte, diante a

²² As Organizações da Sociedade Civil (OSC's) são organizações privadas e com personalidade jurídica própria. Elas atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, direitos humanos, entre outras de interesse público no Brasil.

falta de dados, nós decidimos planejar outra iniciativa de busca de pesquisa no projeto, usando as informações fornecidas pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O IPEA²³ é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA estão disponibilizados para a sociedade em publicações eletrônicas e impressas, além de que gerenciam o mapa das OSC's.

Conforme o site do Instituto, o Mapa das Organizações da Sociedade Civil é uma plataforma virtual de transparência pública colaborativa com dados das OSC's de todo o Brasil. Seu objetivo é dar transparência à atuação das OSC's, principalmente das ações executadas em parceria com a administração pública; informar mais e melhor sobre a importância e diversidade de projetos e atividades conduzidas por essas organizações; disponibilizar dados e fomentar pesquisas sobre OSC's e, apoiar os gestores públicos a tomarem decisões sobre políticas públicas que já têm ou possam ter interface com OSC's.

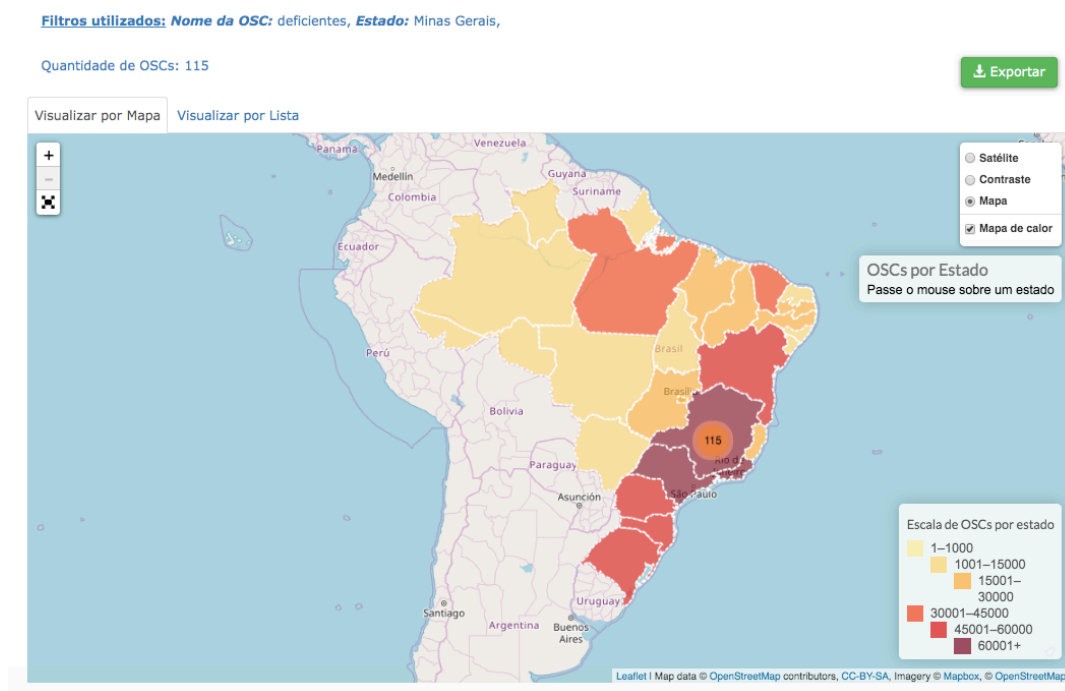
Neste sentido, a escolha desta ferramenta facilitou o caminho na busca dos dados das Organizações da Sociedade Civil que trabalham em pró das pessoas com deficiência, visto que oferece bases oficiais para usos múltiplos, de maneira rápida, gratuita e com georreferenciamento. Na plataforma, as opções de rastreamento das informações eram mais acessíveis e amigáveis, posto que o mecanismo de busca foi muito mais intuitivo e rápido que o SICONV, além de possibilitar o conhecimento sobre a distribuição geográfica das

23 Com base nas informações fornecidas no portal: <https://mapaosc.ipea.gov.br/sobre.html>

OSC's através da visualização do mapa, fornecendo dados gerais das organizações.

A busca foi feita através de uma consulta avançada no site do mapa das OSC's, procurando a informação através de dois filtros básicos na opção de dados gerais. O primeiro filtro correspondeu à digitação das palavras 'deficientes' e 'deficiência' no nome da OSC, e o segundo foi a seleção do Estado de Minas Gerais como referente geográfico. Desta forma, o sistema jogou uma quantidade total de 115 organizações da sociedade civil em relação dos termos inseridos na busca.

Figura 29. Mapa das OSC's no Estado de Minas Gerais



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Aliás, a informação apresentada na plataforma tinha duas opções: Visualizar por Mapa ou Visualizar por Lista. Depois do mapeamento geral, a lista estava conformada pelos

seguintes dados informativos: nome completo da organização, nome de fantasia, endereço e contato. Sem embargo, muitas dessas informações também estavam incompletas, desatualizadas e erradas. Contudo, esta informação exploratória foi útil na estratégia de busca da informação primária mediante questionário próprio.

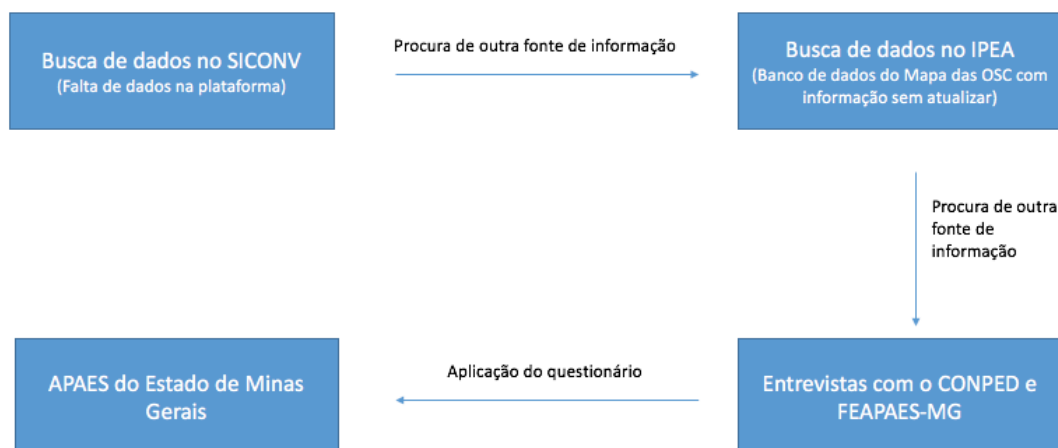
Simultaneamente ao processo anterior da coleta de dados secundários, a segunda fase correspondeu às entrevistas exploratórias realizadas com informantes-chave que surgiram no meio do processamento das informações das organizações do terceiro setor. As entrevistas foram feitas ao presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência (CONPED) e ao representante da Federação das APAES no Estado de Minas Gerais -FEAPAES-MG²⁴. Essencialmente, a entrevista exploratória com o CONPED foi útil para conhecer o panorama geral do Conselho Estadual que trabalha pela inclusão das pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais. O cenário desta instituição está voltado à ausência de recursos que limitam a execução de suas funções principais, transformando o CONPED num órgão que trabalha com muita dificuldade para ter incidência nas políticas públicas dos deficientes.

No caso da FEAPAES-MG, a entrevista permitiu uma aproximação maior das dinâmicas do movimento apaeano, seus serviços, sua incidência nas políticas públicas sobre os direitos das pessoas com deficiência do Estado de Minas Gerais e também os diferentes tipos de trocas, interações e os laços que desenvolvem com outras instituições, tendo presente a captação de recursos, contratos, doações entre outros.

A continuação a figura do percurso da busca das informações das OSC no Estado de Minas Gerais.

²⁴ Resumo das entrevistas em Anexo A.

Figura 30. Buscas em fontes secundárias e aplicação do questionário



Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 30 ilustra brevemente ao leitor sobre o procedimento realizado na busca de dados das organizações do terceiro setor no Estado de Minas Gerais. Inicialmente, a coleta de dados foi frustrada pela falta de informações no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), motivo pelo qual procuramos outra fonte de informação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mas o banco de dados fornecido pelo Mapa das OSC do IPEA estava maioritariamente desatualizado.

Neste ponto, procuramos mais informação com as entrevistas realizadas ao Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência (CONPED), e com o representante da Federação das APAES no Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG). Posteriormente, no processo de aplicação do questionário próprio para o levantamento de dados primários, a Federação das APAES-MG recebeu e reenviou o instrumento de pesquisa para as 400 instituições

participantes do movimento apaeano no estado de Minas Gerais, tendo um retorno significativo para a composição da amostra final.

6.4 - C. Levantamento de dados primários por aplicação de questionário próprio e resultados

O último item de nossa estratégia de pesquisa visa apresentar os resultados do levantamento de dados primários por aplicação de questionário próprio²⁵. Como método de coleta foi escolhida a formulação de um instrumento online tipo *Survey*, com o objetivo de conhecer as formas de atuação, incidência e trocas colaborativas entre organizações. Seu desenho foi feito pela ferramenta virtual *Google Forms*. O aplicativo é um inovador serviço gratuito de Google para criar formulários online, pois nele o usuário pode produzir enquetes, pesquisa de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções.

O desenvolvimento deste questionário foi realizado pelo *Google Forms* devido à praticidade da aplicação, uma vez que todo o procedimento foi feito na internet, reduzindo os custos e sem necessidade de deslocamento direto para cada uma das cidades onde as organizações estão localizadas.

Assim sendo, o primeiro momento desta coleta de dados primários correspondeu à seleção das organizações para aplicação do questionário tipo *survey*. Contudo, foi possível verificar que várias informações básicas contidas no banco de dados extraído do Mapa das

²⁵ Questionário em Anexo B. As perguntas foram construídas a partir das informações fornecidas pelas entrevistas prévias com o Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência (CONPED) e a Federação das APAES no Estado de Minas Gerais.

OSC do IPEA estavam desatualizadas ou incompletas. Apenas 20 das 115 organizações presentes nos dados, apresentavam dados completos e prontos para iniciar o contato.

Entretanto, no momento de entrar em contato via e-mail ou telefone, a maioria dessas OSC's se mostraram resistentes à aplicação do questionário apresentando como justificativa a falta de confiança em fornecer informações sensíveis através destes canais de comunicação. Além disso, alguns dos representantes destas organizações exigiram que a entrevista fosse realizada *in loco*. Assim, das 20 organizações desse banco de dados, apenas 6 delas responderam o questionário. Não obstante, o contrário aconteceu na Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, onde o questionário foi muito bem recebido. As APAES que responderam a pesquisa corresponderam a mais de 90% da amostra do *survey*.

Apresentamos a seguir os resultados do *survey* realizado juntos às OSC's. Os resultados foram organizados segundo os tópicos do próprio questionário: Caracterização das organizações, Áreas de atuação, Recursos da organização, Relações das organizações com atores externos, Relações das organizações com outras organizações civis, Relações das organizações com entidades governamentais e Iniciativas em favor da inclusão. As respostas do questionário foram fornecidas pelos representantes escolhidos por cada organização, sendo principalmente da área administrativa: gerência, diretores, coordenadores, secretários.

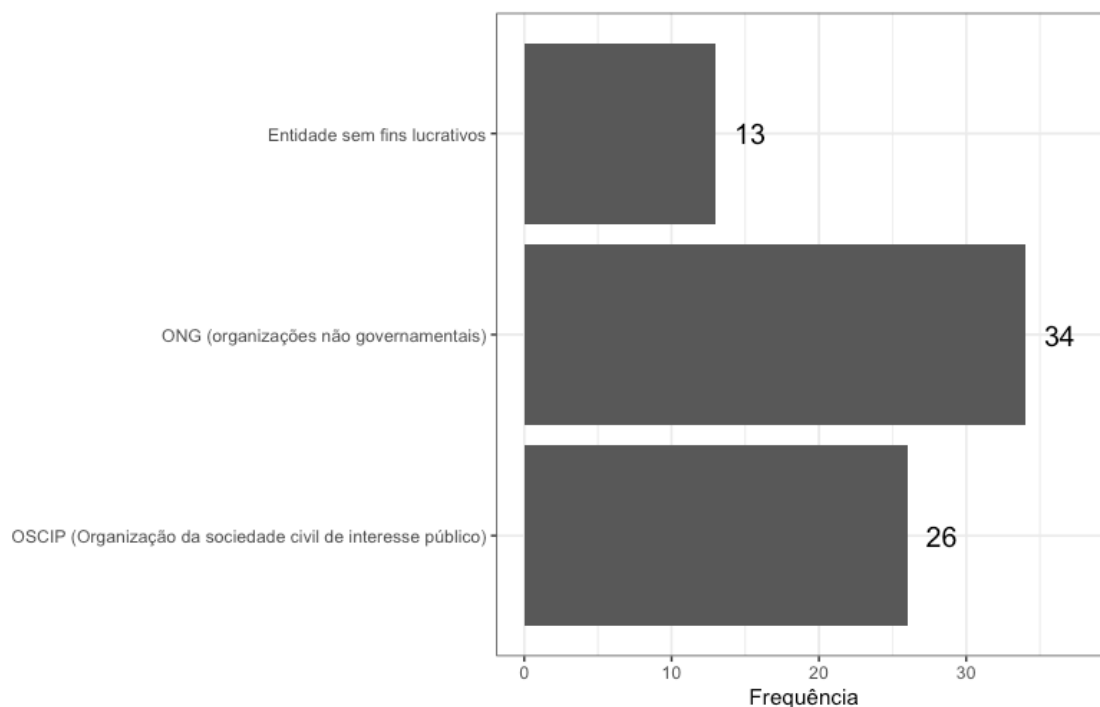
4.4.1 Caracterização das organizações

O primeiro segmento foi composto pela descrição geral das organizações, ou seja, Sexo do respondente de cada organização, Tipo de organização, Ano de fundação da organização, Quantidade de membros da organização, quantidade de membros com salário e quantidade de voluntários.



Fonte: Elaboração do autor (2019)

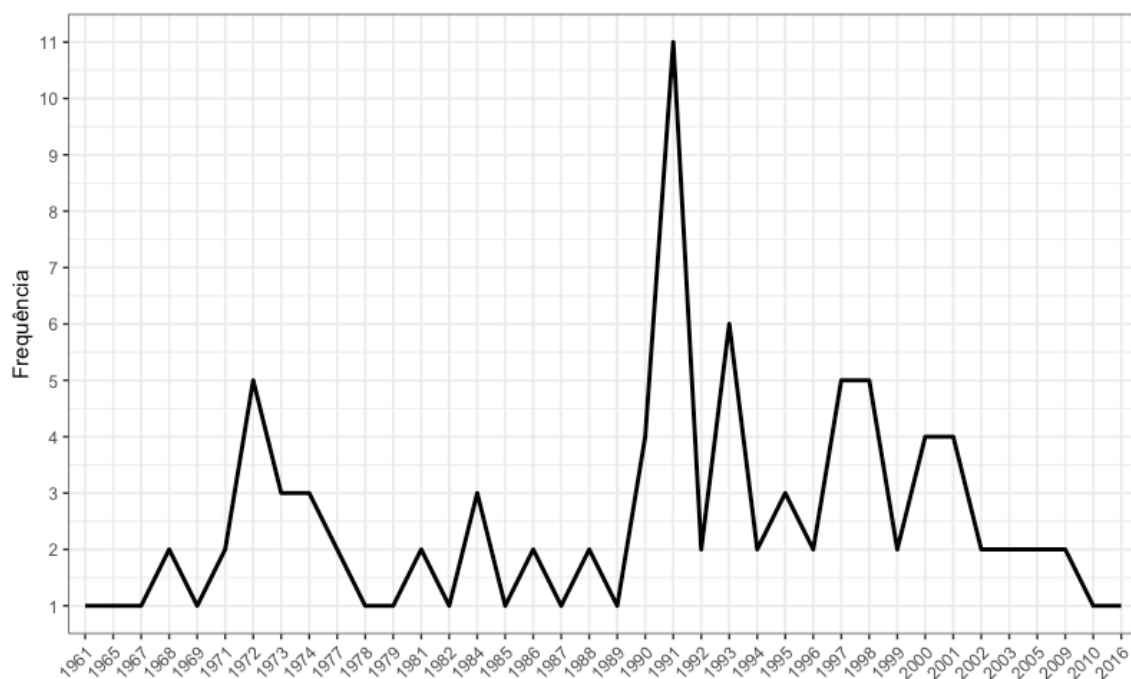
A figura 31 mostra que a grande maioria dos dirigentes das organizações entrevistadas são do sexo feminino. Com um total de 84 mulheres e 12 homens, entre os entrevistados revelou-se uma grande participação feminina na gestão e promoção dos serviços para as pessoas com deficiência.

Figura 32. Tipo de organização

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 32 apresenta as respostas de 73 das 96 organizações entrevistadas, dado que o restante (23) não responderam a esta pergunta. Mas a maioria das organizações se declaram como Organizações não Governamentais (ONG) e em segundo lugar são Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)²⁶. Um total de 13 organizações responderam que são Entidades sem fins lucrativos.

²⁶ A Lei 9.790/1999, regulamentada pelo Decreto 3.100/1999, qualifica as OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, no universo do Terceiro Setor, em organizações que efetivamente têm finalidade pública, impondo condições para tal reconhecimento. A entidade social qualificada como OSCIP goza das seguintes vantagens: a de poder requisitar do poder público equipamentos, móveis, imóveis e instalações para uso de suas atividades sociais; de receber do poder público, por alienação (doação), de bens públicos (móveis e equipamentos), para uso em benefício de seus objetivos estatutários; de receber, por doação, do poder público, produtos, bens móveis e equipamentos, de apreensões pelo poder de polícia do Estado (Polícia Federal, Fiscais de Postura, Fiscais Ambientais, etc.), para uso próprio ou alienação em benefício de suas atividades estatutárias e sociais; de receber doações financeiras das empresas e pessoas físicas por incentivos fiscais (renúncia fiscal do Estado em benefício da entidade social, quando da apuração

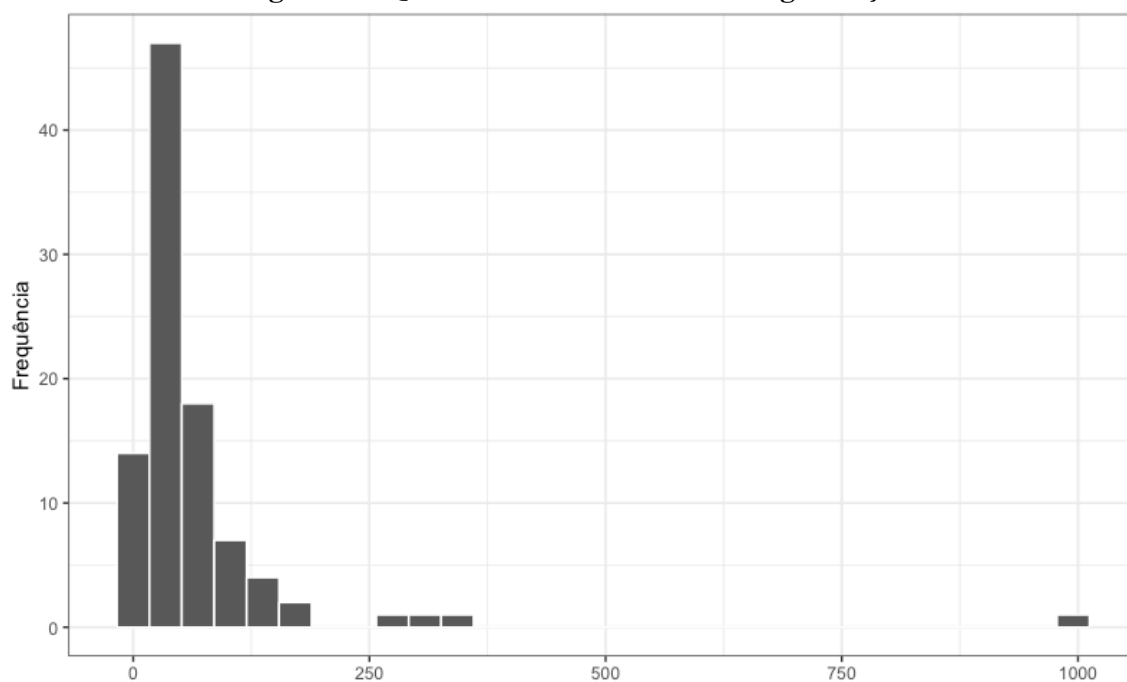
Figura 33. Ano de fundação da organização

Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico da figura 33 demonstra que no ano de 1991 houve um crescimento súbito na criação de organizações que oferecem serviços as pessoas com deficiência. O aumento poder estar relacionado com a conformação das Câmaras Técnicas da CORDE²⁷ na década de 1990. Conforme os resultados do ano de fundação das organizações, no geral, o gráfico não apresentou uma tendência considerável.

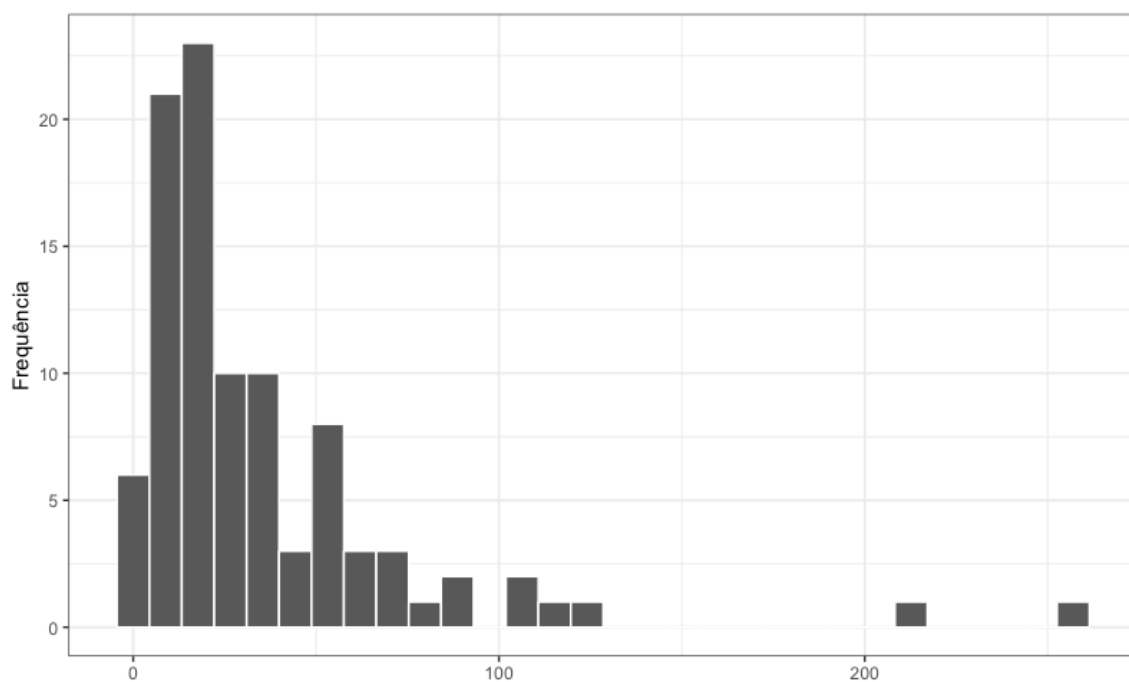
do tributo devido pelo contribuinte que promover doação de valores financeiros ao ente social) (Instituto Sagres, 2006).

²⁷ Para mais informações você pode pesquisar a página 36, sobre os Caminhos percorridos pelas pessoas com deficiência no Brasil: memórias dos séculos XX e inícios do século XXI.

Figura 34. Quantidade de atuantes na organização

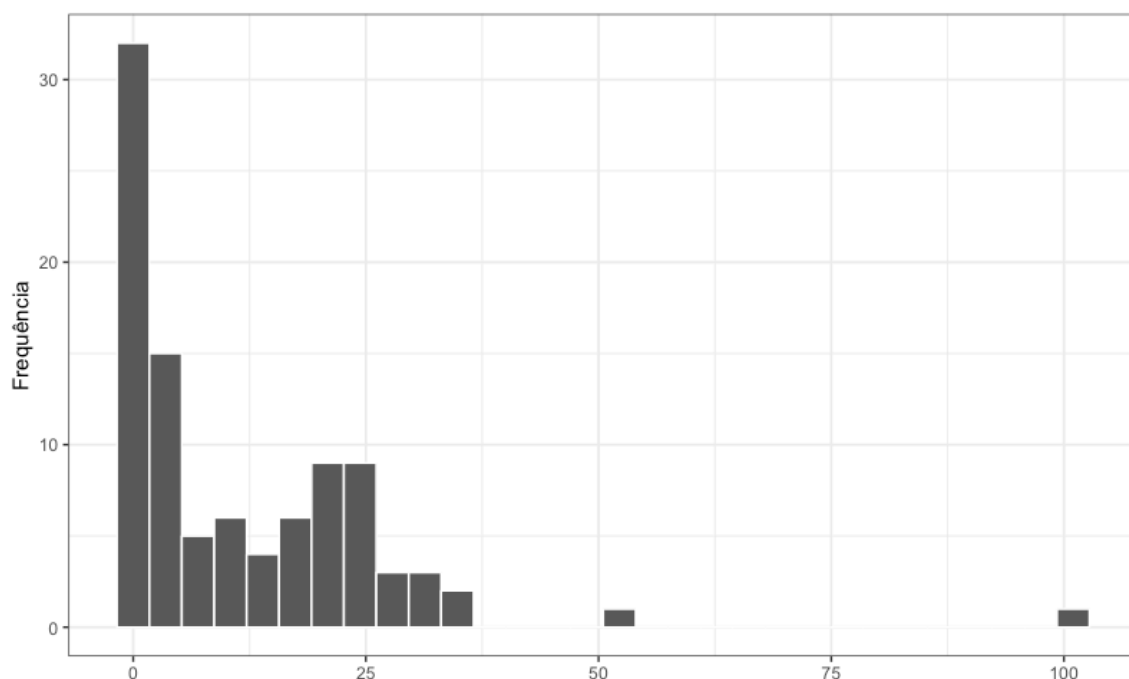
Fonte: Elaboração do autor (2019)

O histograma da figura 34 apresenta a quantidade de membros nas organizações entrevistadas. É possível perceber que esta variável possui uma distribuição exponencial, ou seja, existem muitas organizações com poucos membros e poucas organizações com muitos membros.

Figura 35. Quantidade de membros com salário

Fonte: Elaboração do autor (2019)

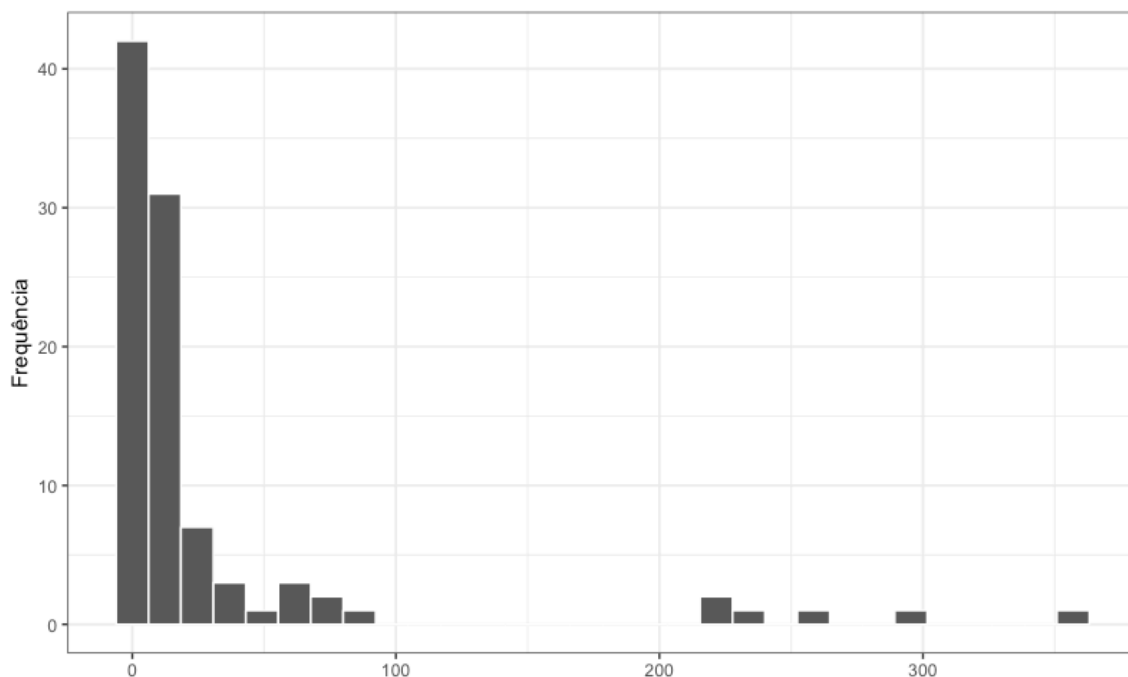
O histograma da figura 35 apresenta distribuição muito similar à observada na figura 34. Existem muitas organizações com poucos membros assalariados, e poucas dessas organizações com muitos membros assalariados. Neste sentido, podemos expor que 50 organizações contratam em média menos de 50 assalariados, e uma contrata mais de 200 membros.

Figura 36. Quantidade de voluntários

Fonte: Elaboração do autor (2019)

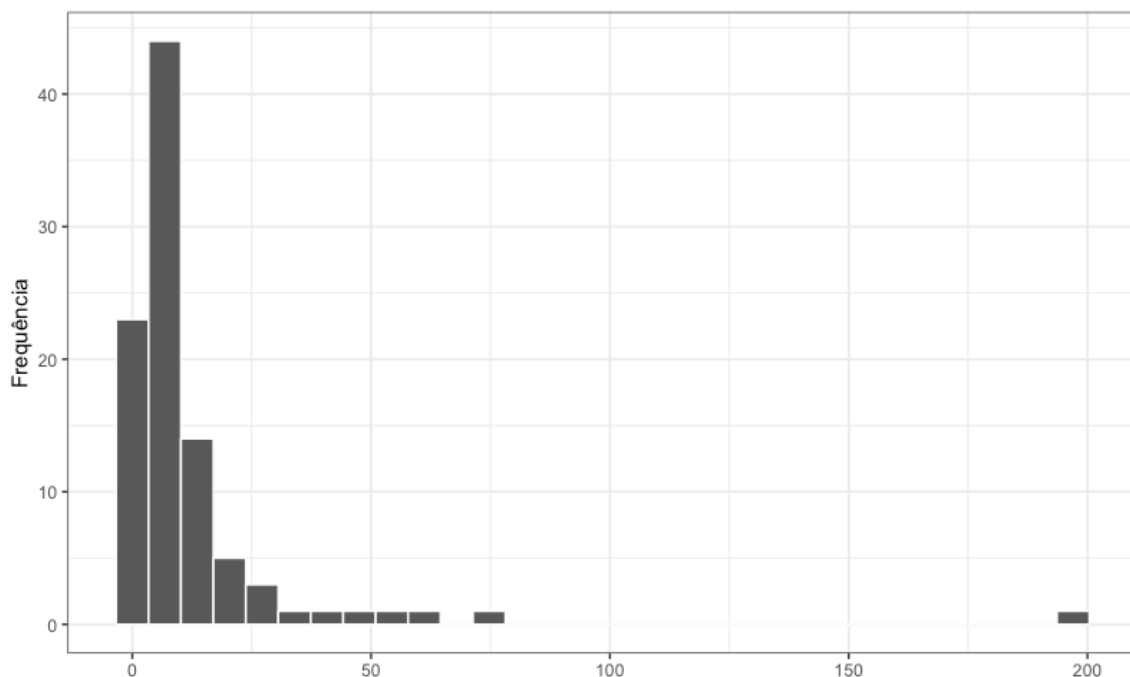
Aqui, o histograma da figura 36 mostra que diversas organizações (no total 32 organizações) às quais o questionário foi aplicado não têm nenhum voluntário ou contam com poucos voluntários. Esta variável parece estar mais distribuída que o gráfico prévio sobre os assalariados. Além disso, a quantidade de voluntários possui uma escala bem menor em relação à quantidade de assalariados, sendo esta uma escala que possui seu máximo próximo a 100 membros como voluntários. O anterior revela que o voluntariado não é um padrão de participação forte no movimento da Federação das APAES-MG.

Figura 37. Número de pessoas na equipe de serviços técnicos com a clientela



Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 37 correspondeu à identificação do número de pessoas na equipe de serviços técnicos com a clientela. A equipe de serviços técnicos com a clientela refere-se às pessoas que trabalham na parte dos cuidados profissionais diretamente com os deficientes por oposição ao pessoal administrativo. De acordo com o representado no histograma, a maior parte das organizações entrevistadas têm poucos membros na equipe de serviços técnicos com a clientela, e muito poucas organizações conseguem ter um número de pessoas da equipe com os clientes.

Figura 38. Membros da equipe de serviços técnicos com salário

Fonte: Elaboração do autor (2019)

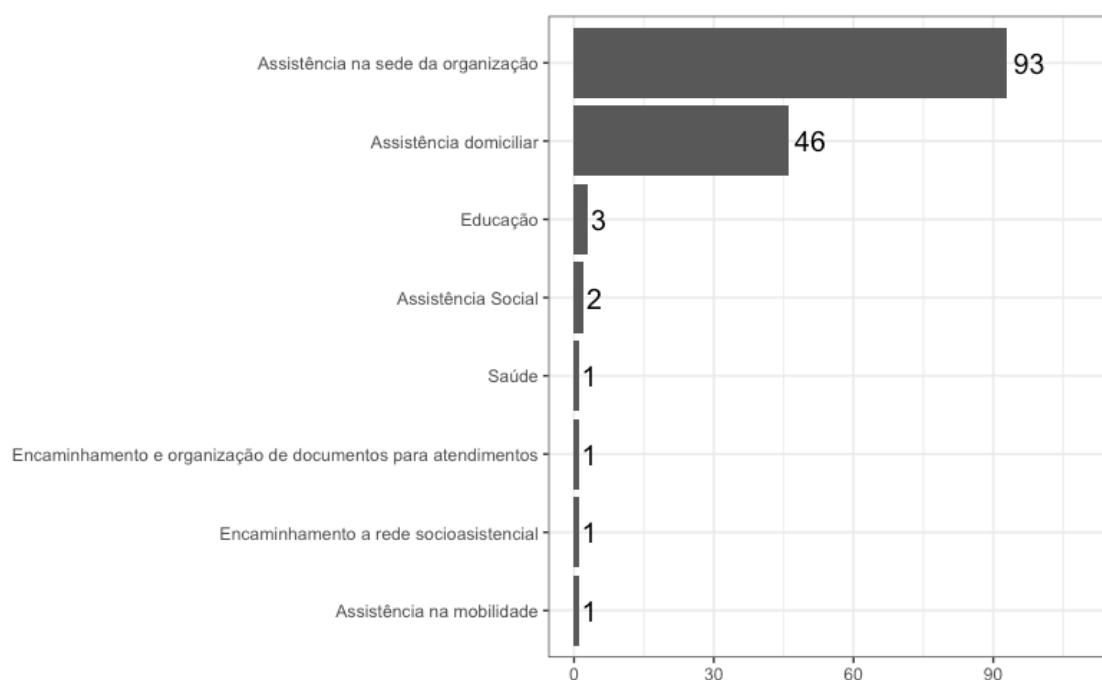
O último histograma referente à caracterização das organizações é a figura 38. Os resultados desta parte têm muita relação com os resultados dos histogramas prévios, já que a maioria das organizações entrevistadas também têm poucos membros da equipe técnica (profissionais do atendimento aos deficientes) que recebem salário.

Em uma visão geral, os gráficos anteriores mostraram que o número de voluntários é pouco, comparado com o pessoal profissional assalariado. É importante notar que segundo a teoria do capital social do sociólogo Putnam, o voluntariado seria um elemento central de uma sociedade civil altamente engajada e que não espera que o Estado resolva todos seus problemas.

4.4.2 Áreas de atuação

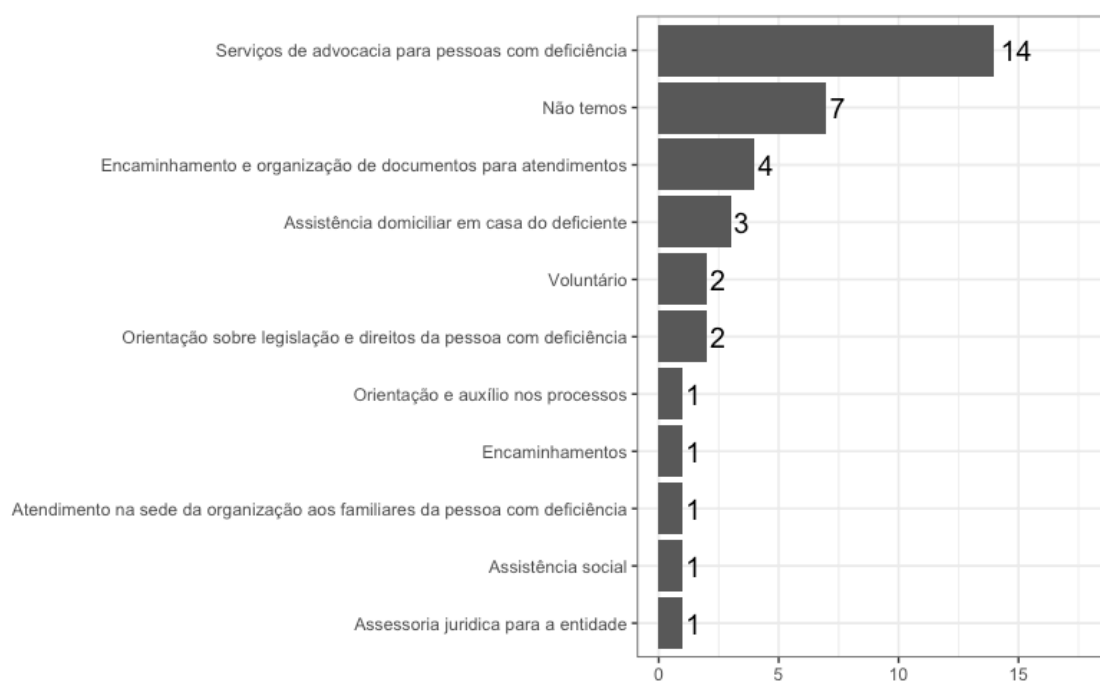
O tópico seguinte correspondeu à descrição das principais áreas de atuação e projetos das organizações entrevistadas.

Figura 39. Assistência social



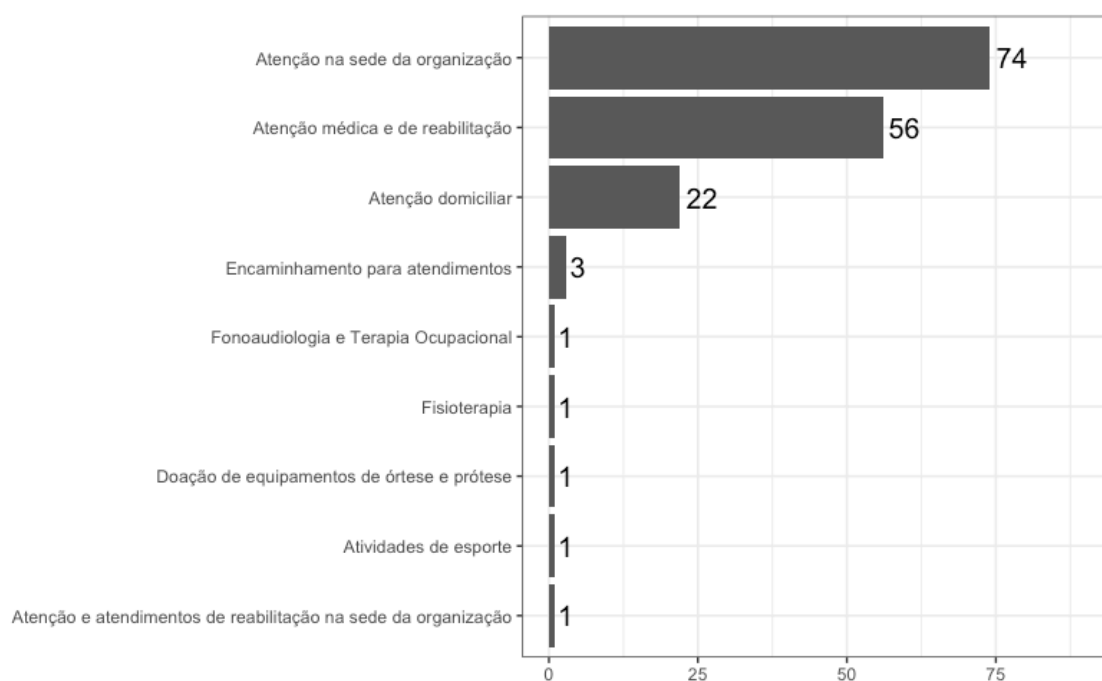
Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico da figura 39 apresenta que a maioria das organizações realizam assistência social em sua própria sede. Em segundo lugar, um total de 46 organizações fazem assistência domiciliar. Outras organizações citaram alguns subgrupos dentro da grande área da assistência social nos quais classificam seu próprio trabalho. Foram citados Educação, Saúde, Encaminhamento de documentos, encaminhamento à rede socioassistencial e assistência na mobilidade.

Figura 40. Assessoria jurídica

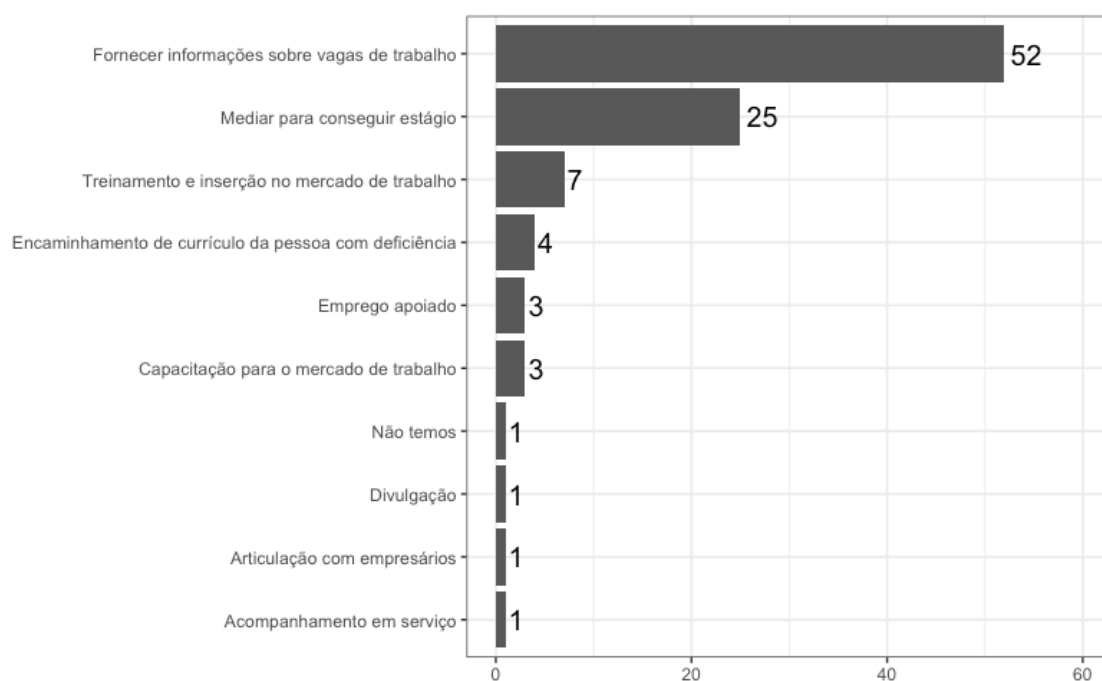
Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico de barras da figura 40 mostra que as 14 organizações oferecem serviço de advocacia para pessoas com deficiência, 4 declararam que encaminham e organizam documentos para fins jurídicos e 3 realizam assistência em domicílio. Um total de 7 organizações respondentes declararam não ter serviços de assessoria jurídica. Outros subgrupos foram também citados como orientações sobre legislação e direitos da pessoa com deficiência e orientação em relação a processos.

Figura 41. Promoção da saúde

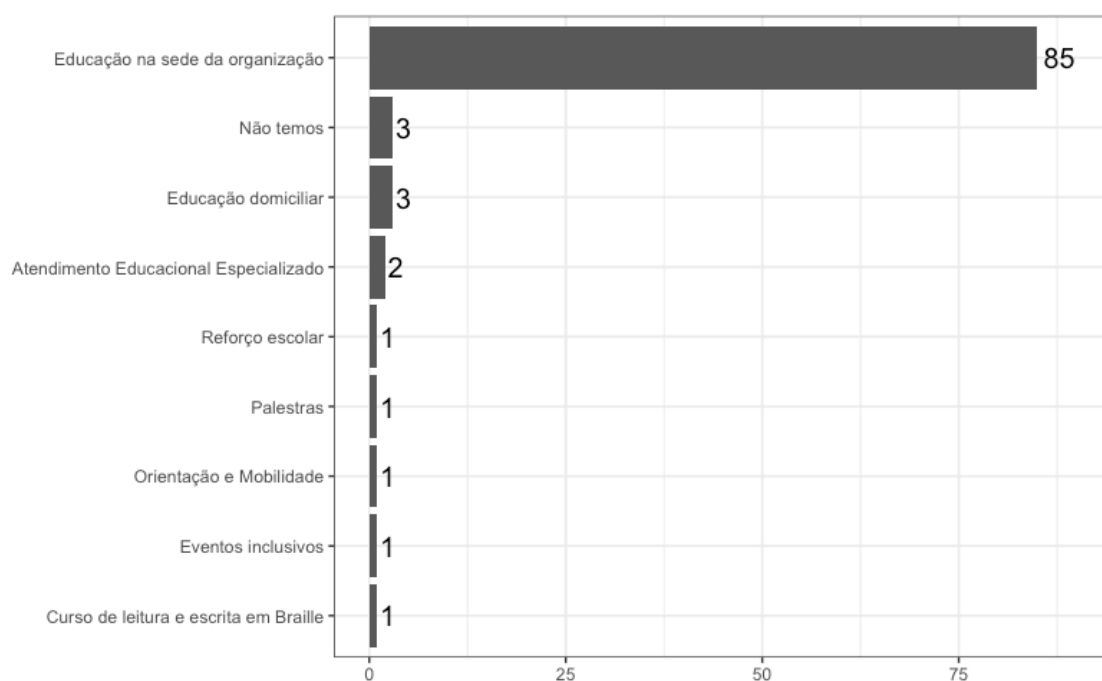
Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 41 expõe que, quanto à área de promoção da saúde, a maior parte das organizações atendem na sede da organização. Uma quantidade menor dá atenção médica e reabilitação. Uma terceira parte fornece atendimento domiciliar. Outras organizações mencionaram oferecer serviços de fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, doação de equipamentos de órtese e prótese, atividades de esporte e atenção e atendimentos de reabilitação na sede da organização.

Figura 42. Ações para inserção laboral

Fonte: Elaboração do autor (2019)

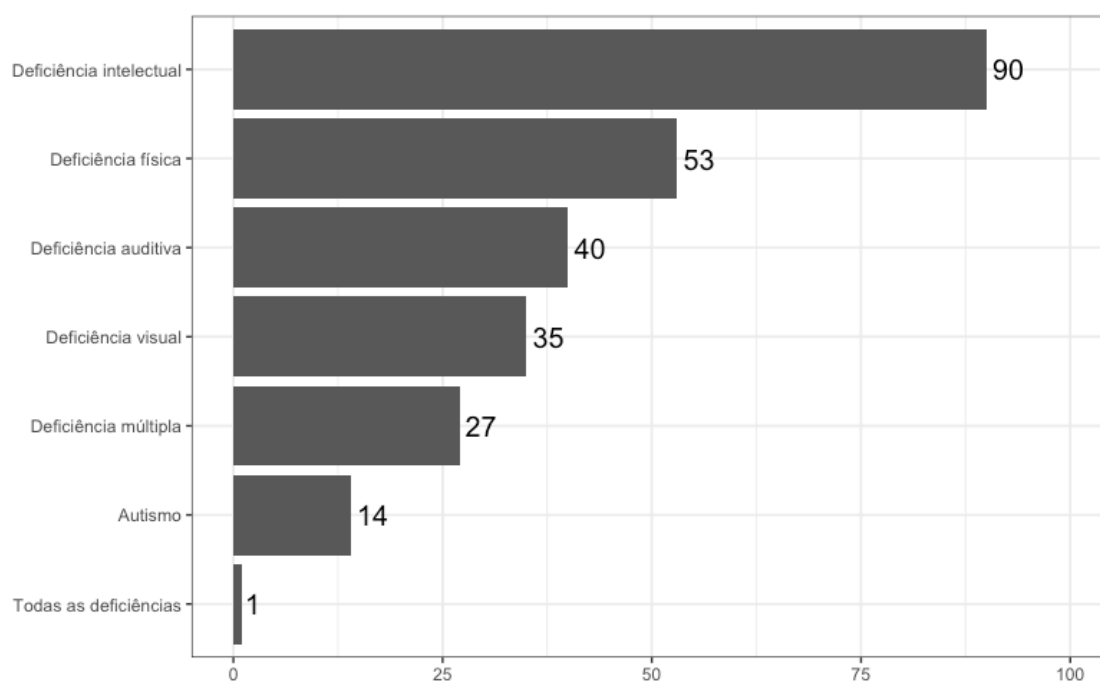
O gráfico da figura 42 mostra que as 52 organizações fornecem informações sobre vagas de trabalho para pessoas com deficiência, outras 25 organizações fazem mediação para o preenchimento de vagas de estágio, apenas 7 organizações realizam treinamento e inserção no mercado de trabalho da população deficiente. Outras organizações citaram encaminhamento do currículo das pessoas com deficiência, emprego apoiado, capacitação para o mercado do trabalho, articulação com empresários e acompanhamento em serviço.

Figura 43. Serviços de educação inclusiva

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 43 evidencia que a maioria das organizações entrevistadas desenvolve um trabalho com educação de pessoas com deficiência na sede da própria organização. Outros subgrupos foram também citados como educação domiciliar, atendimento especializado, reforço escolar, palestra, orientação e mobilidade, promoção de eventos inclusivos e cursos de leitura e escrita em braile.

Figura 44. Oferta específica da organização



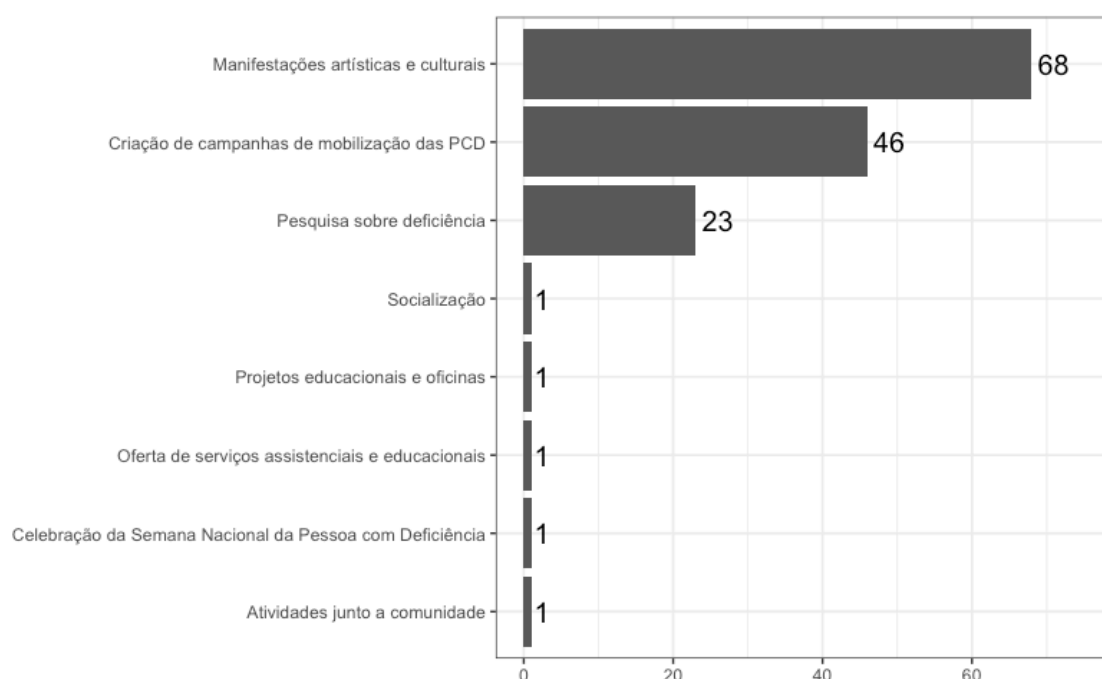
Fonte: Elaboração do autor (2019)

Na pergunta cujos resultados estão apresentados na figura 44 as organizações poderiam mencionar tantos tipos de oferta específica quanto realizassem. O dado foi desagregado e as frequências não correspondem ao n da pesquisa mas sim à quantidade de respostas obtidas.

Aqui 90 organizações mencionaram ter oferta específica para a deficiência intelectual. Este é um valor bastante expressivo já que a maioria de nossa amostra do *Survey* corresponde à rede das APAES e estas instituições trabalham principalmente a deficiência intelectual. Em seguida, outras 53 organizações oferecem serviços para as pessoas com deficiência física, 40 organizações têm oferta específica para a deficiência auditiva, 35 organizações prestam atendimento aos deficientes visuais, 27 organizações

realizam serviços para a deficiência múltipla, 14 organizações têm atendimento específico para pessoas com autismo e uma única organização declarou atender todo tipo de deficiência.

Figura 45. Outras formas de atuação da organização

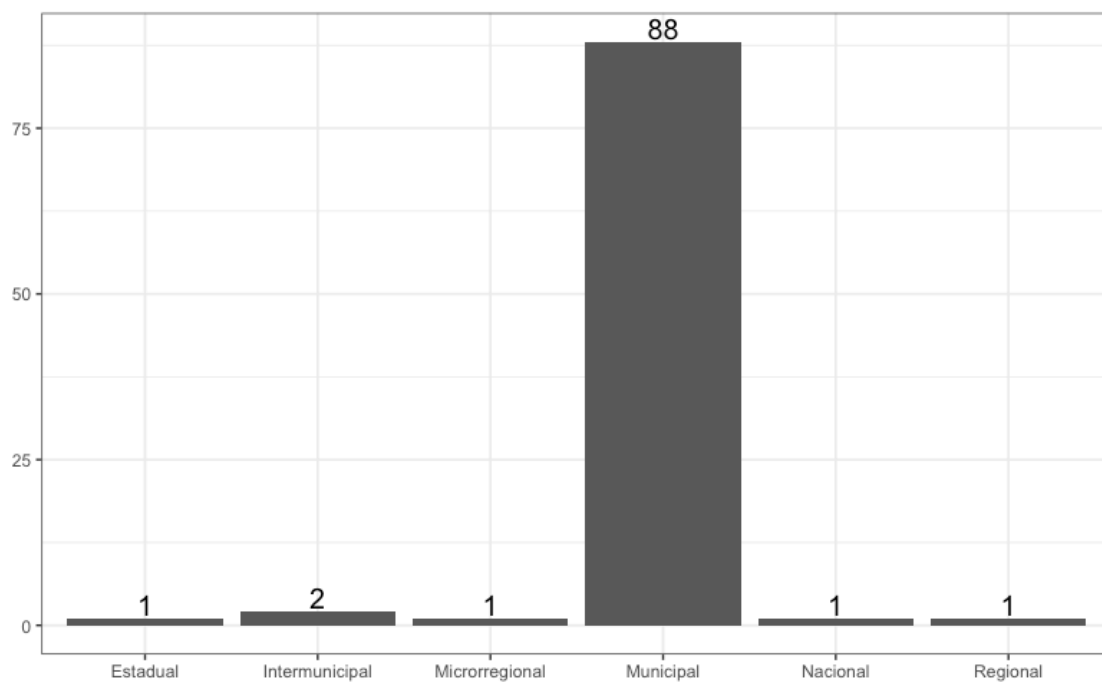


Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 45 apresenta resultados sobre outras formas de atuação das organizações entrevistadas. O gráfico indica que a maioria das organizações promove manifestações artísticas e culturais para as pessoas com deficiência e seus familiares. Outra parcela menor declarou trabalhar na criação campanhas de mobilização sobre pessoas com deficiência. Uma terceira parcela menor declarou realizar pesquisas sobre deficiência. Outras organizações citaram também desenvolver espaços de socialização, projetos educacionais e

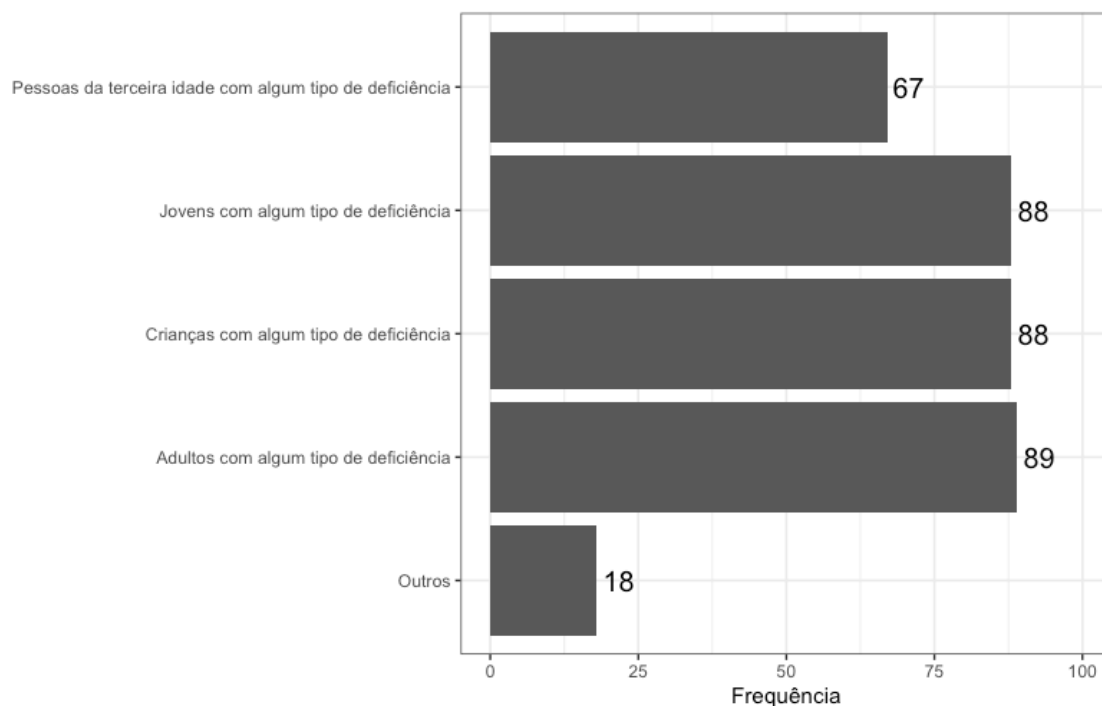
oficinas, oferta de serviços assistenciais e educacionais, ações relacionadas à semana nacional da pessoa com deficiência e realiza atividades junto a comunidade.

Figura 46. Âmbito de atuação da organização



Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico da figura 46 demonstra que a grande maioria das organizações possui âmbito de atuação municipal. Isso pode ser atribuído ao movimento apaeano que se espalhou para todo o Estado, atingindo mais de 400 municípios mineiros.

Figura 47. Público-alvo da organização por faixa etária

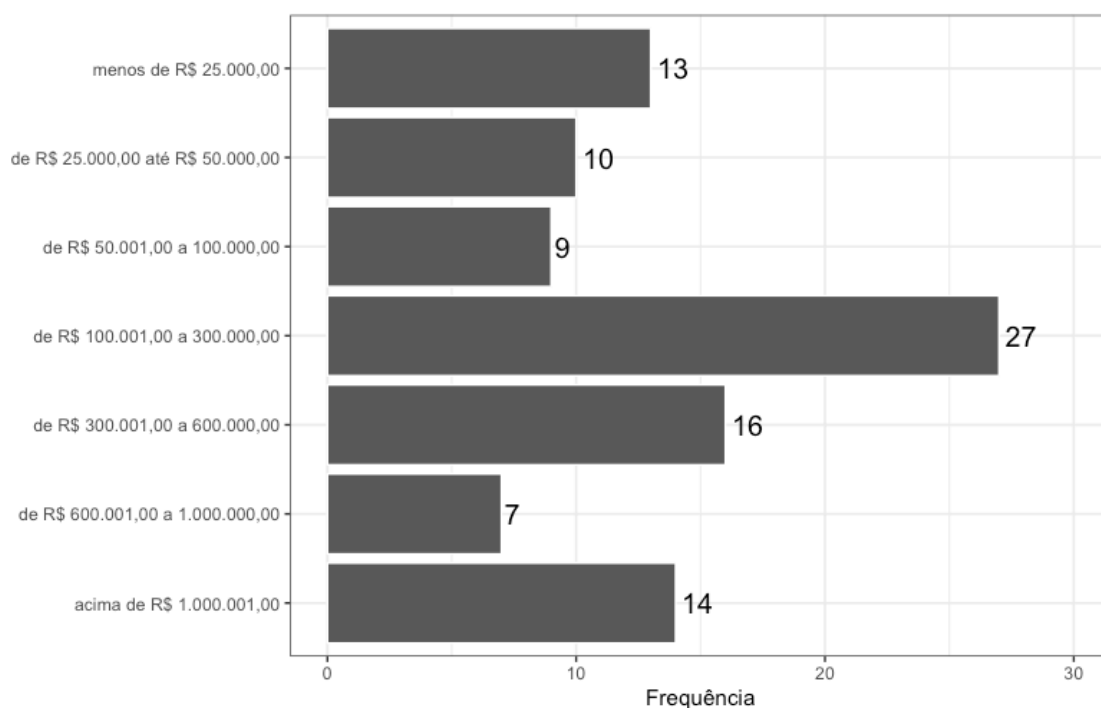
Fonte: Elaboração do autor (2019)

A pergunta cujas respostas estão apresentadas na figura 47 também assumiam a possibilidade de múltiplas respostas. Por esse motivo os resultados aqui apresentados extrapolam também o n e configuram dados desagregados. A atenção dispensada pelas organizações às diversas faixas etárias (com exceção da terceira idade) parece ser bem distribuída entre a amostra. Apenas o atendimento a pessoas de terceira idade com algum tipo de deficiência é realizado por menos organizações (67).

4.4.3 Recursos da organização

Nesta seção apresentamos os resultados relacionados aos recursos das organizações.

Figura 48. Orçamento anual da organização



Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 48 apresenta o orçamento anual das organizações. É curioso notar que a maioria das organizações possui um orçamento anual entre 100 mil e 300 mil reais. Encontramos ainda 14 organizações com orçamento anual acima de 1 milhão de reais.

Tabela 12. Fonte de financiamento das organizações

Fonte de financiamento	Programa - Organização	Montante
Governo Federal	Sistema Único de Saúde – SUS e Serviço Especializado de Reabilitação em Deficiência Intelectual – SERDI	R\$ 1.415.496,00
	Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE - Ministério da Educação - MEC	R\$ 88.580,00
	Sistema Único de Assistência Social -SUAS	
	Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE- MEC	R\$ 39.203,10
	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB – MEC	
	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 280.000,00
Governo de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE – Programa Casa Lar e Secretaria de Estado de Educação Minas Gerais - SEE/MG	R\$ 345.256,79
	Programa de Intervenção Precoce Avançado -PIPA	R\$ 2.000,00

Doações internacionais	PROVIDA	R\$ 130.603,00
Doações privadas	Furnas Centrais Elétricas S/A FURNAS	R\$ 30.000,00
	Banco do Estado de São Paulo S/A -BANESPA	R\$ 5.000,00
Doações de Igrejas	CATÓLICA	R\$ 5.438,00
	MÓRMON	R\$ 17.000,00
Emenda parlamentar	PSDB	R\$ 632.160,00
	PT	

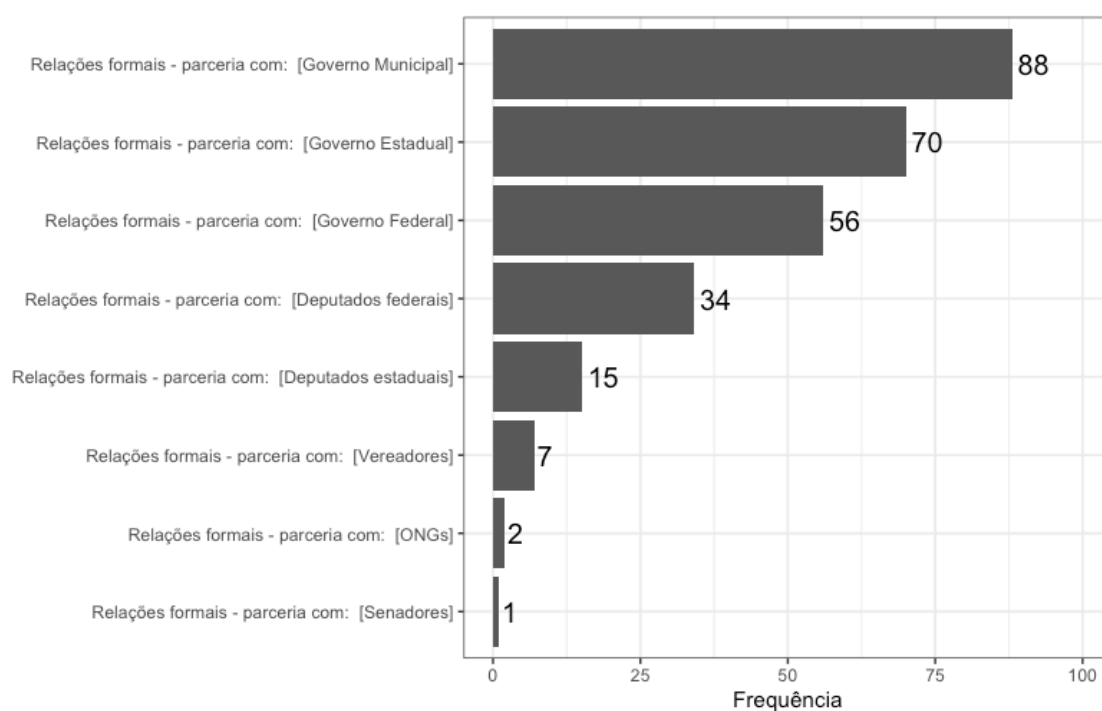
Fonte: Elaboração do autor (2019)

O resultado correspondente da tabela 12 sobre as fontes de financiamento, mostra que as a maioria das organizações entrevistadas, no caso específico, as APAES do Estado de Minas Gerais, são fornecedoras do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e desenvolvem programas federais e estaduais. Além do que, as organizações mencionadas recebem doações de caráter internacional, doações da empresa privada e das Igrejas, mas também emendas parlamentares de políticos de ofício.

4.4.4 Relações das organizações com atores externos

Nesta parte expomos as relações formais e informais das organizações entrevistadas, apoiadas em contratos e convênios, mas também em laços pessoais e/ou amizade.

Figura 49. Relações formais da organização

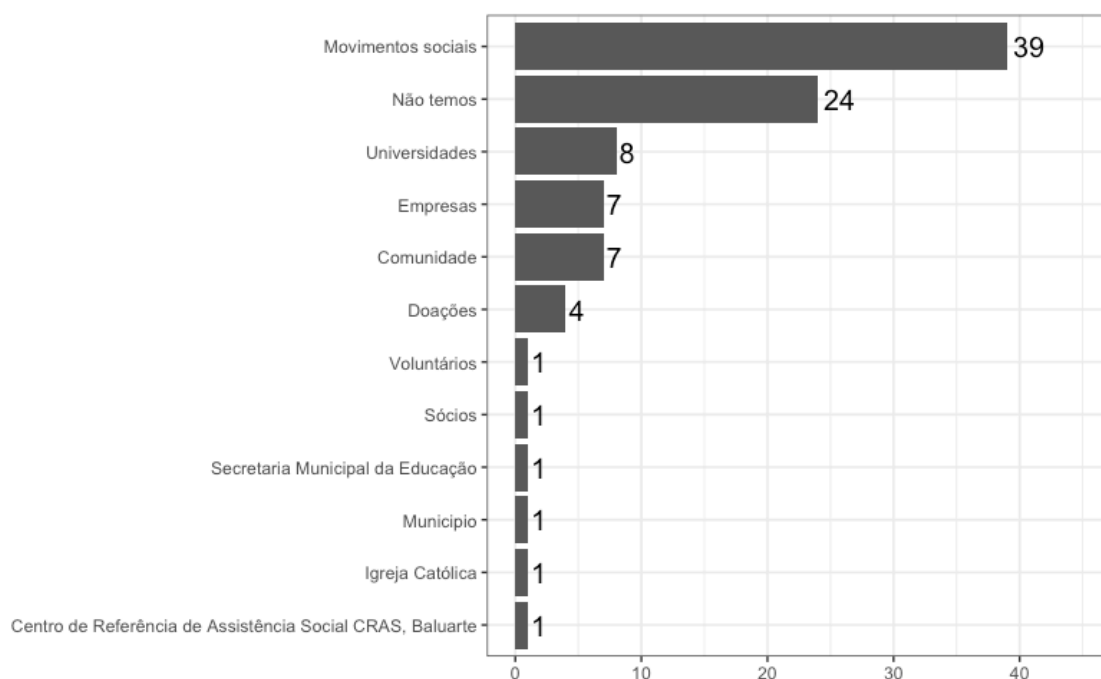


Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 49 apresenta a quantidade de relações formais entre as organizações e outras entidades. A maioria das organizações entrevistadas declarou que possui relações formais com o Governo Municipal, em segundo lugar com o Governo Estadual e, em terceiro lugar, com o Governo Federal. Foram citados ainda relações com Deputados Federais e Estaduais em menor número. Esses resultados se apresentam como um indício de uma forte dependência das organizações da sociedade civil que desenvolvem trabalhos

voltados a pessoas com deficiência em relação ao Estado, sobretudo no âmbito municipal e estadual.

Figura 50. Relações informais da organização



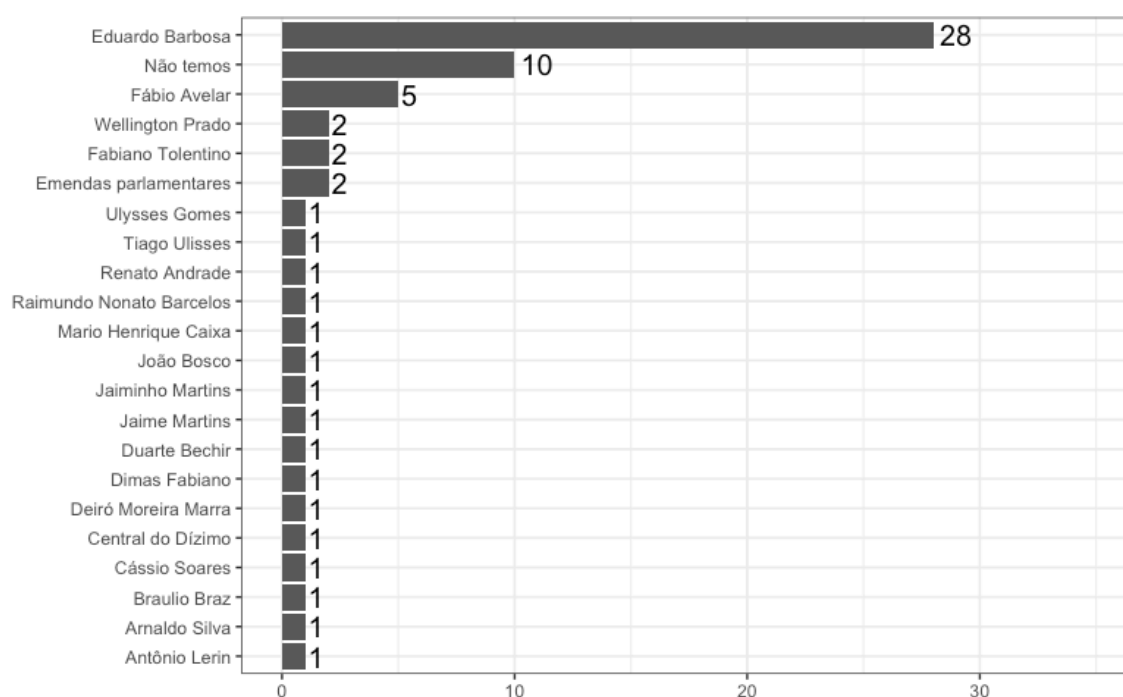
Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico da figura 50 mostra que as organizações entrevistadas possuem relações informais sobretudo com movimentos sociais, com universidades, empresas e com a comunidade. Uma grande parcela dos entrevistados (24) declarou não possuir relações informais com outras organizações. Também foram citados a Secretaria Municipal de Educação, a Igreja Católica, o CRAS, dentre outros.

4.4.5 Vínculos e apoio de políticos de ofício com as organizações

Nesta seção apresentamos os resultados relacionados às relações das organizações com representantes políticos.

Figura 51. Representantes políticos que apoiam à organização



Fonte: Elaboração do autor (2019)

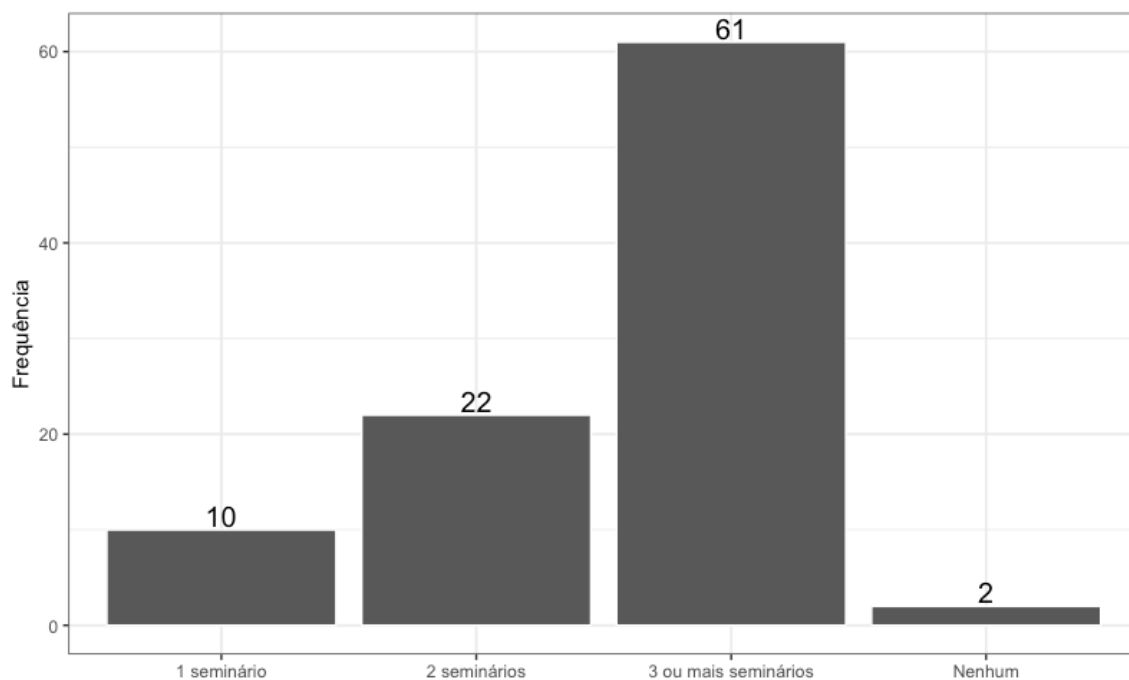
O gráfico da figura 51 apresenta alguns representantes políticos mencionados pelas organizações entrevistadas. O Deputado Eduardo Barbosa do Partido da Social Democracia Brasileira –PSDB, foi citado por 28 instituições como seu representante na área política. O deputado Fábio Avelar do partido político Avante, também foi citado por 5 instituições. O Deputado Eduardo Barbosa que foi citado por um número expressivo de instituições,

fundou e presidiu a Federação das Apaes de Minas Gerais em 1991. Em 1994, foi eleito Deputado Federal, indicado e apoiado pelo maior movimento de pessoas com deficiência intelectual e múltipla de Minas Gerais, as APAES. O deputado Eduardo Barbosa foi reeleito Deputado Federal nos pleitos de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. Atualmente, cumpre seu sétimo mandato parlamentar lutando pela garantia de políticas públicas para todos os grupos vulneráveis da sociedade, especialmente pessoas com deficiência, sendo membro das comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência na Câmara dos Deputados²⁸.

4.4.6 Iniciativas em favor da inclusão

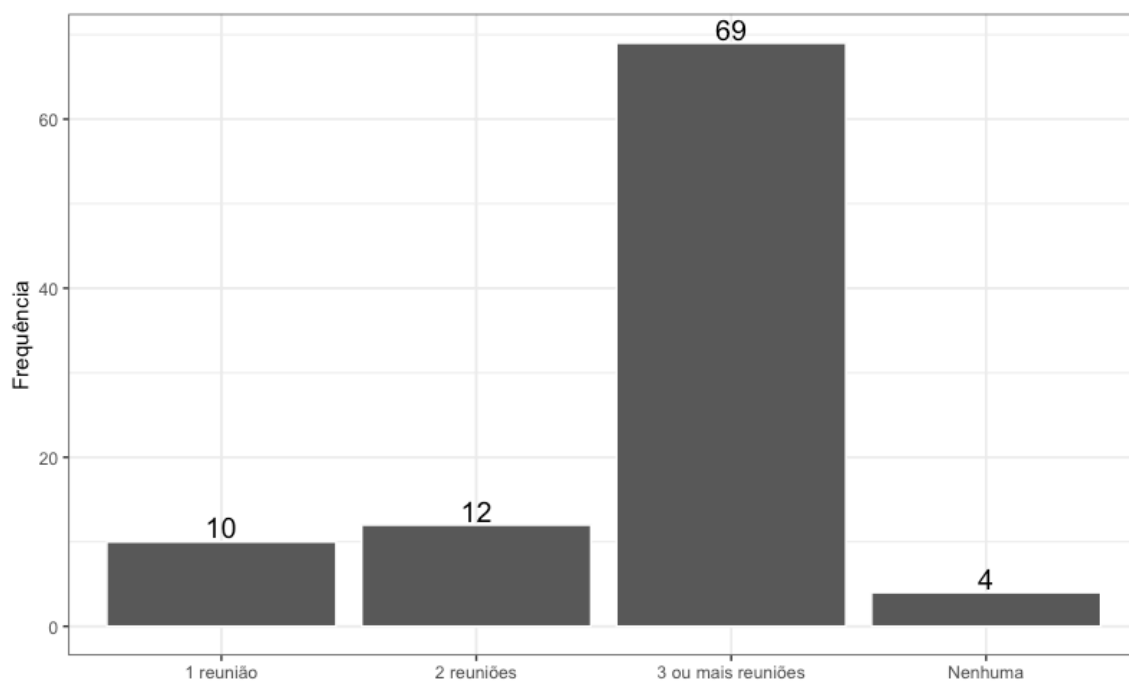
Neste tópico apresentaremos os resultados sobre as diversas iniciativas em favor da inclusão realizadas no último ano, das quais os entrevistados participaram.

²⁸ Informação fornecida pelo site: <http://eduardobarbosa.com/institucional/>

Figura 52. Participação de seminários sobre deficiência da organização

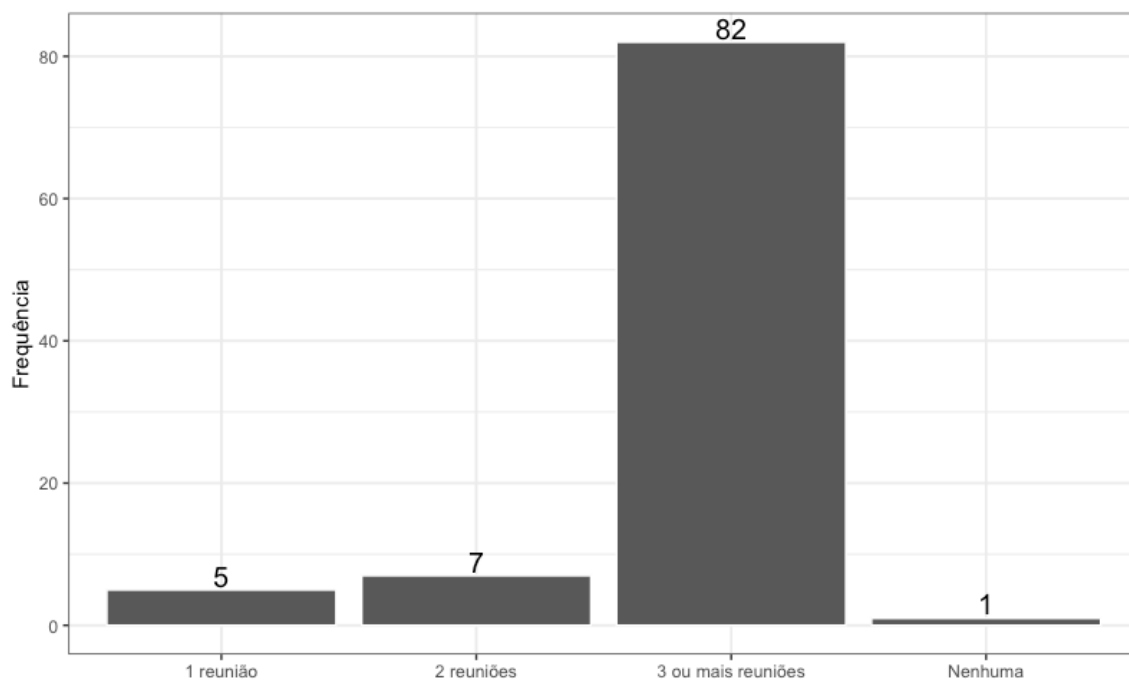
Fonte: Elaboração do autor (2019)

Conforme apresentado no gráfico 52, a maioria das organizações entrevistadas declararam ter participado de 3 ou mais seminários relacionados a inclusão no último ano.

Figura 53. Reuniões da organização com outras organizações civis

Fonte: Elaboração do autor (2019)

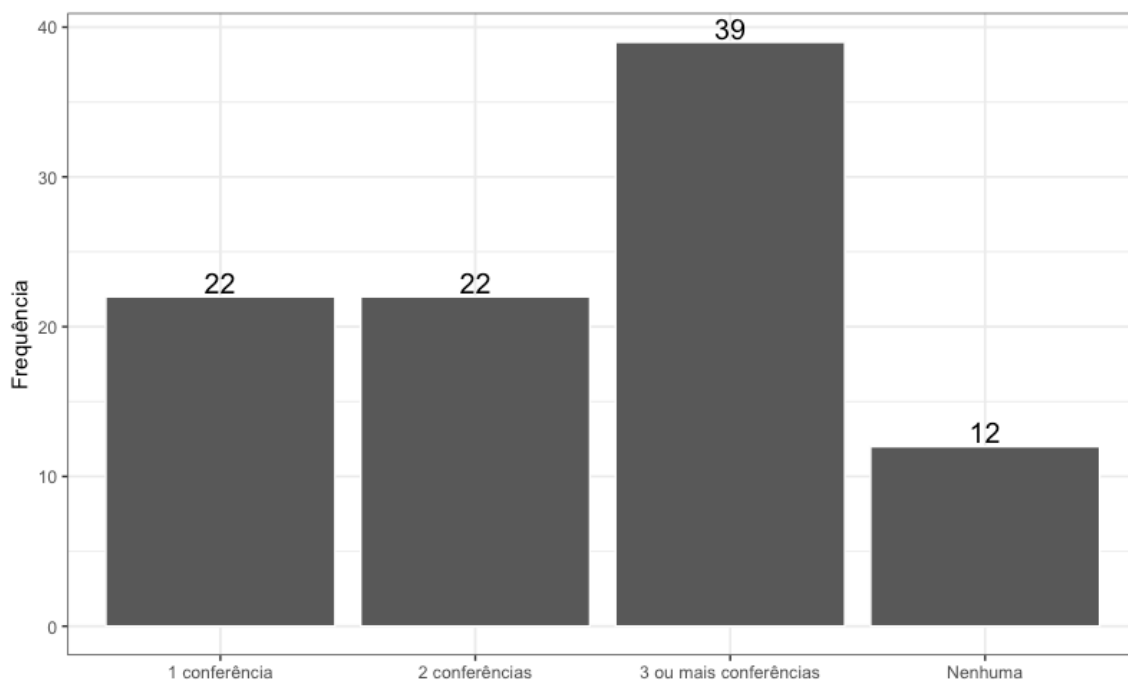
Neste gráfico da figura 53 a maioria das organizações entrevistadas declarou ter participado de 3 ou mais reuniões com outras organizações da sociedade civil.

Figura 54. Reuniões da organização com o poder público

Fonte: Elaboração do autor (2019)

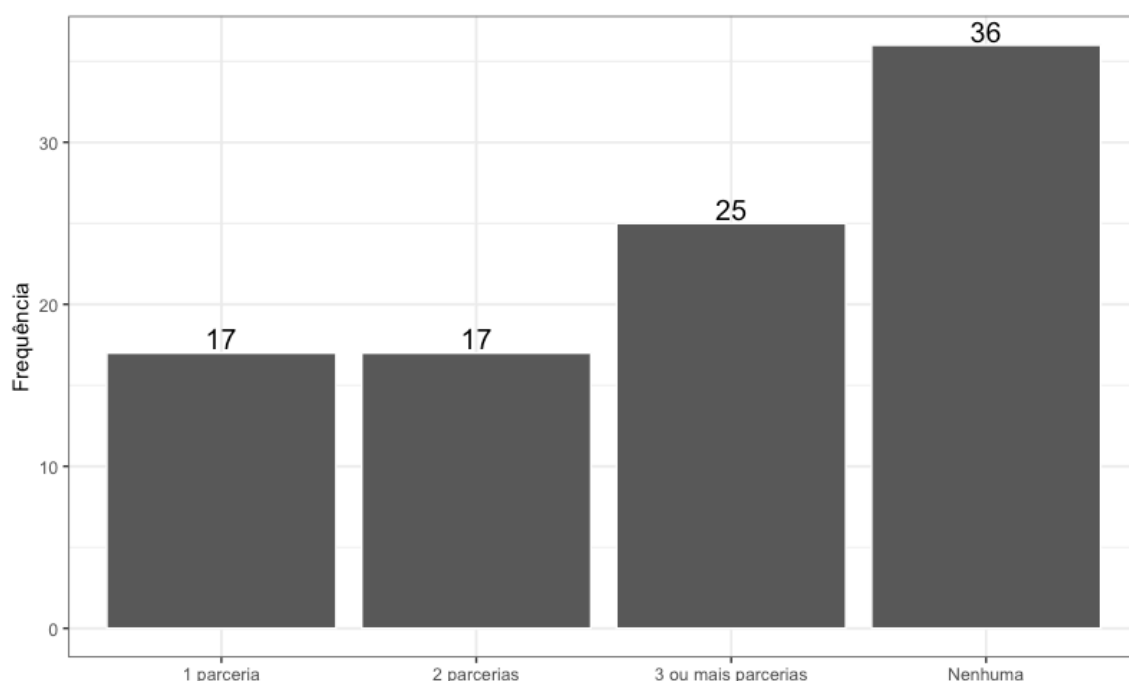
A maioria das organizações declarou participar de 3 ou mais reuniões com o poder público. É interessante notar que no caso desta variável, o número de instituições que se mostram mais ativas é superior ao das demais questões deste bloco. Dito de outra forma, no que toca à integração com o poder público, as instituições entrevistadas se mostram mais engajadas.

Figura 55. Participação da organização em conferências nacionais, municipais, estaduais sobre deficiência



Fonte: Elaboração do autor (2019)

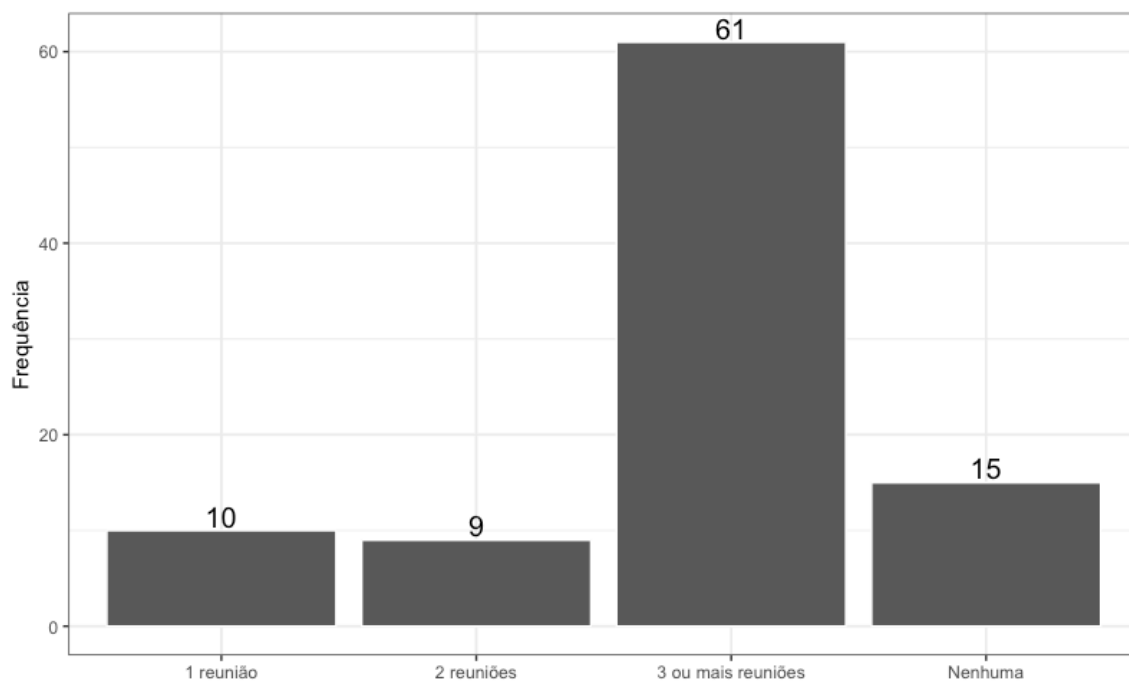
O gráfico da figura 55 apresenta dados sobre a participação das organizações entrevistadas em conferências municipais, estaduais ou federais sobre deficiência. Embora a maioria tenha declarado ter participado de 3 ou mais conferências no último ano, há também um grande número de entrevistados que participaram de 2 conferências, de uma apenas ou de nenhuma. Há uma distribuição mais equânime no volume de participação de conferências.

Figura 56. Parcerias da organização com outras ONGs ou redes da sociedade civil

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 56 apresenta o número de parcerias dos entrevistados com outras ONG's. É interessante notar que a maioria das organizações declarou não estar em nenhuma parceria com outras ONG's no último ano. Este achado aliado à observação de um alto número de parcerias dessas organizações com o Estado em seus diversos âmbitos é um indício de que as organizações voltadas à inclusão de pessoas com deficiência possuem uma rede quase que inteiramente voltada para o poder público e menos para outras instituições similares.

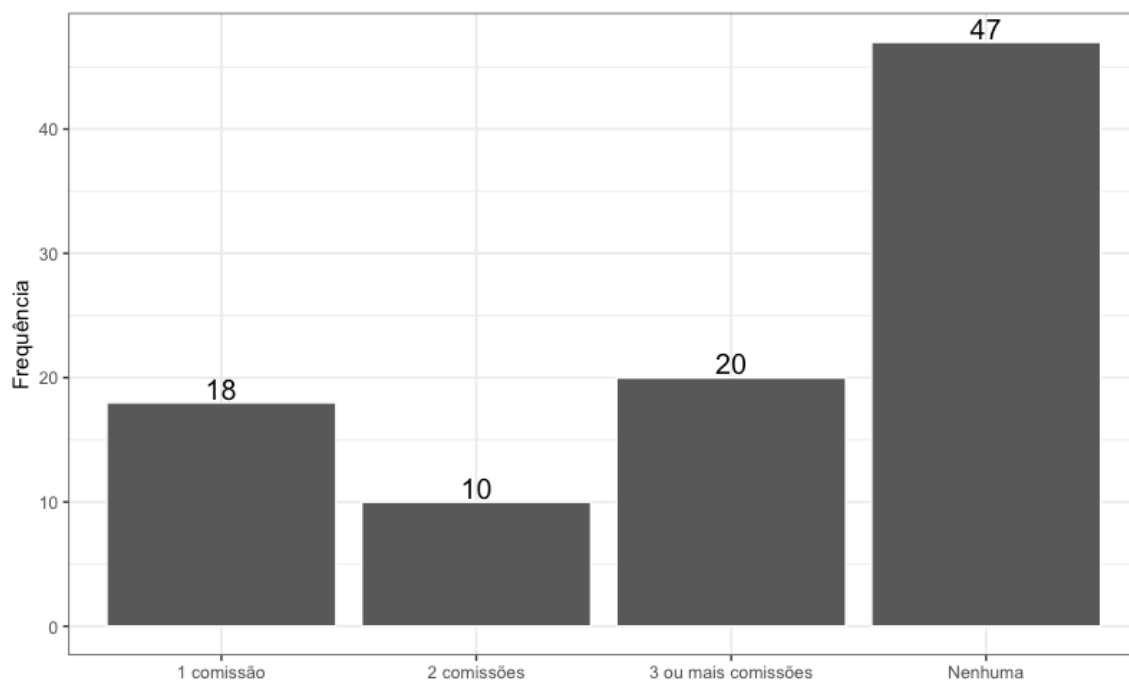
Figura 57. Participação da organização em reuniões ou encontros com os conselhos nacionais, estaduais, municipais sobre deficiência



Fonte: Elaboração do autor (2019)

O gráfico da figura 57 mostra que a maioria das organizações entrevistadas participou de 3 ou mais reuniões ou encontros com os conselhos nacionais, estaduais ou municipais sobre deficiência.

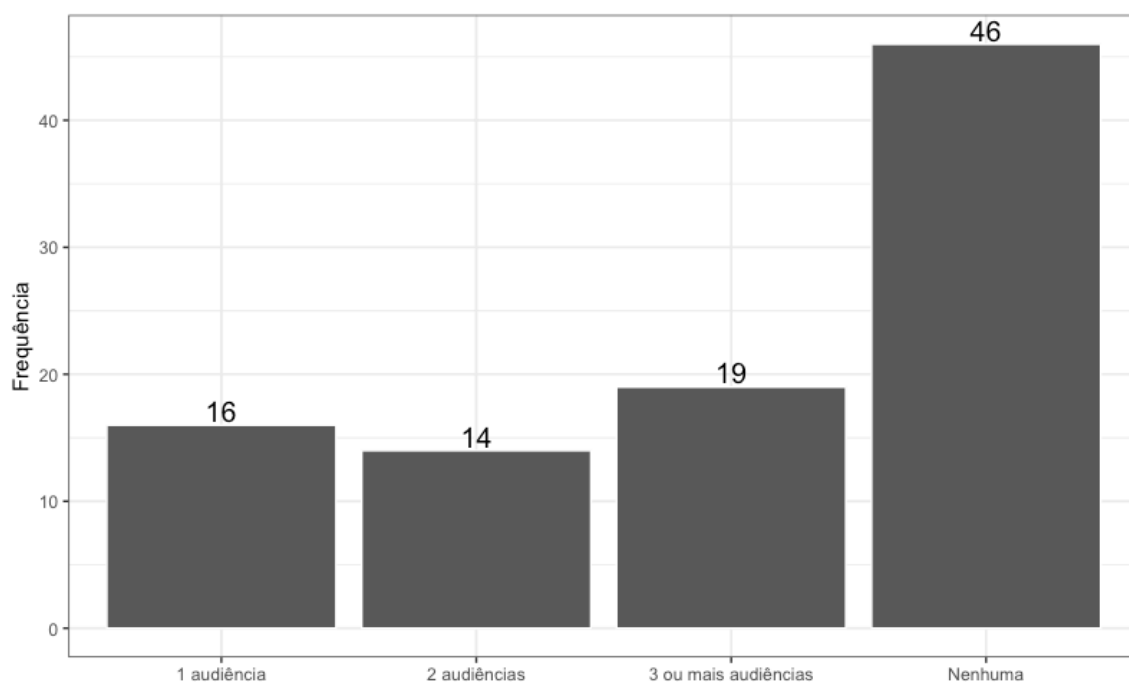
Figura 58. Participação da organização nas comissões estaduais, municipais, federais sobre deficiência



Fonte: Elaboração do autor (2019)

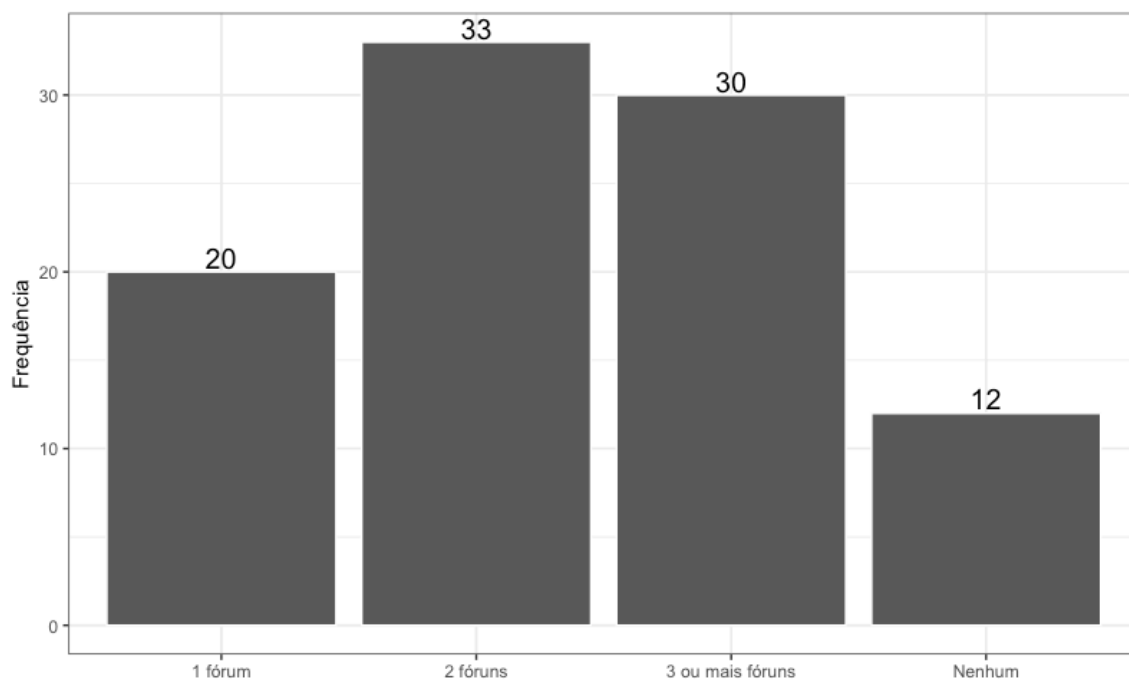
A figura 58 mostra que a maioria das organizações entrevistadas não participou ativamente de nenhuma comissão sobre deficiência, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Um número menor de respondentes participou de 3 ou mais comissões (20) ou de apenas 1 comissão (18). O achado anterior, soma às poucas parcerias que têm as organizações com outras ONGs ou redes da sociedade civil, e a pouca participação em conselhos e comissões da esfera pública.

Figura 59. Participação da organização de audiências públicas municipais, estaduais, federais sobre deficiência



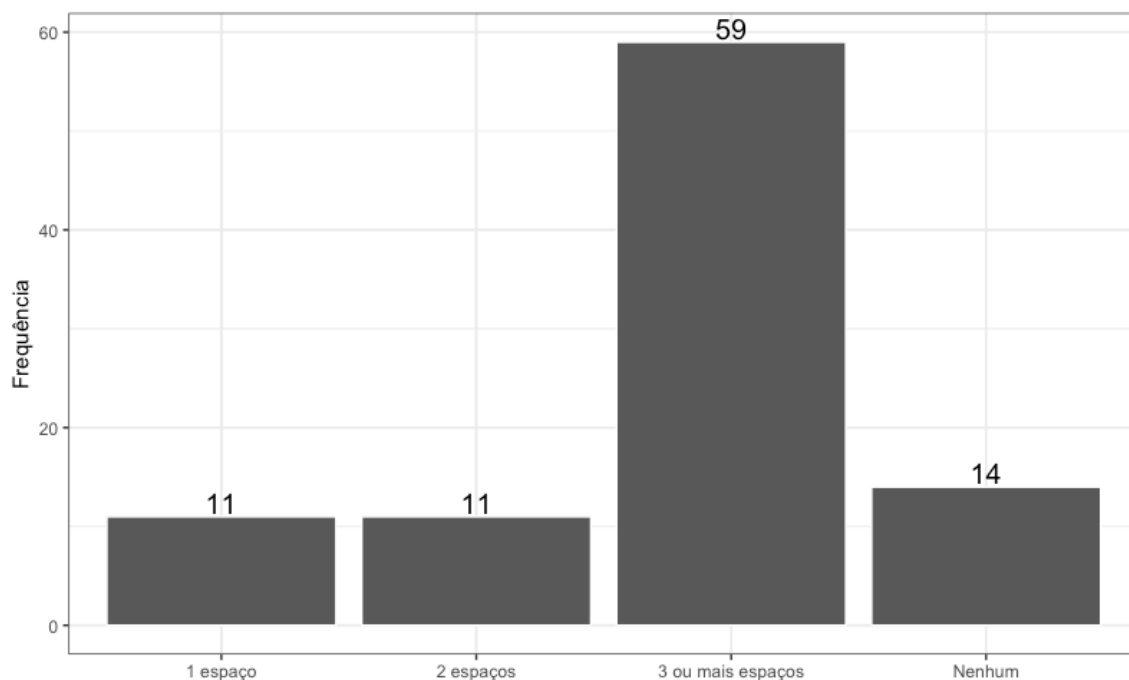
Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 59 nos mostra que a maioria das organizações entrevistadas não participou de nenhuma audiência pública sobre deficiência, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Este achado, junto aos resultados do gráfico anterior, mostra que as organizações não tendem a ter uma participação mais ativa nos espaços onde a política pública voltada às pessoas com deficiência é discutida e desenhada. Estão mais presentes em eventos que pressupõem menor engajamento.

Figura 60. Participação da organização de fóruns sobre deficiência

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 60 mostra que as organizações possuem maior engajamento em fóruns de discussão sobre deficiência. A maioria dos entrevistados participou de 2 fóruns no último ano, e uma parcela menor participou de 3 ou mais fóruns.

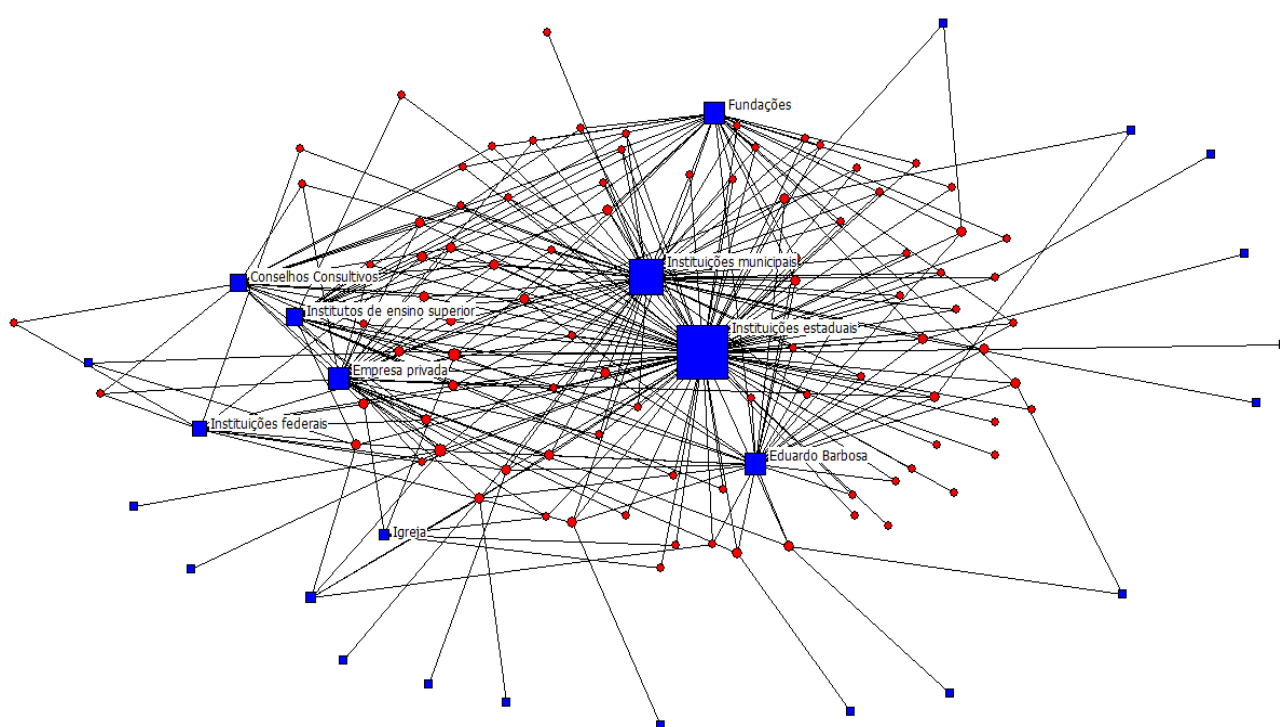
Figura 61. Participação da organização de espaços virtuais/mídias sociais

Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura 61 apresenta a participação das organizações em espaços virtuais. Esse gráfico indica que as organizações possuem grande preocupação em utilizar as diversas mídias sociais como canais de comunicação com o público em geral. A grande maioria destas instituições participa de 3 ou mais espaços virtuais.

Figura 62. Grafo das relações das organizações com outras instituições e representantes políticos

Neste segmento realizamos uma análise de rede para expressar a partir do grafo quais são as instituições procuradas pelas organizações em questão - parceiras das Apaes Mineiras.



Fonte: Elaboração do autor (2019)

A matriz do grafo foi feita previamente com os dados obtidos do questionário tipo *Survey*. Por tratar-se de um questionário auto-administrado, as respostas foram fornecidas pelos representantes escolhidos por cada organização. É importante notar que o questionário foi dividido em diferentes tópicos para maior organização da informação. O tópico referente às relações das organizações com outras instituições e representantes

políticos foi aplicado através de três perguntas de resposta aberta. Aqui as organizações entrevistadas responderam as informações relacionadas às parcerias com outras organizações da sociedade civil, mas também suas relações formais com instituições federais, estaduais e municipais, e as relações com atores externos como deputados federais, estaduais e senadores, especificando nesse caso os nomes de cada organização e das pessoas mencionadas.

Deste modo, no momento do tratamento dos dados para a análise foram re-categorizadas as respostas dessas organizações, melhorando a ordem da informação. Assim, as categorias estabelecidas foram: Instituições federais, Instituições estaduais, Instituições municipais, Institutos de ensino superior, Conselhos consultivos, Fundações, Igreja e Empresa privada. Também foram incluídos os nomes dos deputados federais e estaduais, mencionados por cada uma das organizações: Eduardo Barbosa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fábio Avelar do partido político AVANTE, Jaime Martins do Partido Social Democrático (PSD), Weliton Prado do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Dimas Fabiano do Partido Progressista (PP), Bráulio Braz do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Arnaldo Silva do Partido Demócratas (DEM), Raimundo Nonato Barcelos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Renato Andrade do Partido Progressista (PP), Deiró Moreira Marra do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ulysses Gomes do Partido dos Trabalhadores (PT), Cássio Soares do Partido Social Democrático (PSD), Duarte Bechir do Partido Social Democrático (PSD), Tiago Ulisses do Partido Verde (PV), Fabiano Tolentino do Partido Popular Socialista (PPS), João Bosco do partido AVANTE, António Lerin do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Iracy de Matos pelo partido político Solidariedade e Mario Henrique Caixa do Partido Verde (PV).

Em resumo, o grafo mostra as instituições e os políticos que aparecem como os mais procurados pelas organizações. Desta forma, independente do tipo de análise em rede, o objetivo fundamental é representar o conjunto de relações de trocas entre os envolvidos desta pesquisa, identificando os padrões e os atores decorrentes dessas relações.

Segue a continuação a tabela que expõe a centralidade das instituições parceiras e aliados políticos. A centralidade de grau (*degree*) calcula o número de laços existentes sobre um nó, ou seja, o número de relações adjacentes a um ator (Hanneman, 2001). Ela mede a importância ou proeminência de um ator na estrutura da rede social (Freeman, 1979), permitindo a obtenção de informações relevantes dos atores envolvidos.

Tabela 13. Centralidade das instituições parceiras das organizações e aliados políticos

		Degree
1	Instituições estaduais	0,838
2	Instituições municipais	0,514
3	Eduardo Barbosa	0,276
4	Fundações	0,248
5	Empresa privada	0,248
6	Institutos de ensino superior	0,19
7	Conselhos Consultivos	0,181
8	Instituições federais	0,114
9	Igrejas	0,048
10	Fábio Avelar	0,048
11	Jaime Martins	0,019
12	Weliton Prado	0,019
13	Dimas Fabiano	0,019
14	Bráulio Braz	0,019
15	Arnaldo Silva	0,01
16	Raimundo Nonato Barcelos	0,01
17	Renato Andrade	0,01
18	Deiró Moreira Marra	0,01
19	Ulysses Gomes	0,01

20	Cássio Soares	0,01
21	Duarte Bechir	0,01
22	Tiago Ulisses	0,01
23	Fabiano Tolentino	0,01
24	João Bosco	0,01
25	Antônio Lerin	0,01
26	Iracy de Matos	0,01
27	Mario Henrique Caixa	0,01

Fonte: Elaboração dos autores (2019)

A tabela 13 apresenta a medida de centralidade das instituições parceiras das organizações e os aliados políticos, na qual, o maior número de conexões das organizações entrevistadas está direcionado às Instituições estaduais com o grau nodal de 0,838.

Seguidamente, as Instituições municipais (0,514), o Deputado Eduardo Barbosa (0,276), as Fundações e a Empresa privada (0,248), os Institutos de ensino superior (0,19), os Conselhos Consultivos (0,181), as Instituições federais (0,114), e as Igrejas e o Deputado Fábio Avelar (0,048). Também foram citados deputados como Jaime Martins, Weliton Prado, Dimas Fabiano e Bráulio Braz com o grau 0,019. Assim, é reforçada a ideia de parcerias das organizações do terceiro setor com o Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ancorados na teoria de Robert Putnam, partimos do postulado de que o capital social entendido como uma sociedade civil engajada, organizada e informada, melhora a qualidade dos serviços públicos que atendem as necessidades de diferentes segmentos da população. Sociedade forte, Estado forte, concluiu Putnam em seu estudo sobre o processo da descentralização administrativa do Estado na Itália (1996).

Offe e Fuchs (2003), assumindo o marco geral da relação causal do capital social, constroem tipos-puros das diferentes formas de ação coletiva que tornam vigorosa uma sociedade civil rica em capital social. Neste sentido, os tipos organizacionais que robustecem o capital social situam-se no encontro de dois tipos-puros específicos. Por um lado, as associações cívicas (ver tabela 9), forma por excelência da ação coletiva onde prima o engajamento voluntário dos cidadãos, e, por outro lado, as associações secundárias (ver tabela 10), forma por excelência da participação, seja formal ou informal, onde a mística pelas causas sociais fala mais alto do que pagamento de taxas de vinculação. Em resumo, o tipo puro de capital social está constituído pelo cidadão que faz voluntariado mediante formas de ação coletiva flexível, tipo movimentos sociais não burocratizados e articulados em redes de participação.

Além, das formas de ação coletiva e os tipos organizacionais, o modelo analítico de Offe e Fuchs (2003) identifica uma segunda dimensão importante do capital social: o interesse pelos problemas públicos e os canais de informação. Neste sentido, uma sociedade rica em capital social é aquela que se informa (via jornais impressos, *mass media*, revistas

especializadas, mundo online, etc.) sobre os problemas que estão pautados como de interesse público.

Em continuação, sintetizamos os resultados do presente trabalho de cara aos achados postulados pela teoria do capital social. Partiremos pela dimensão do interesse público para logo comentar os resultados em relação com as formas de ação coletiva.

1. Como se informa a sociedade civil brasileira em geral, e de Minas Gerais em particular, sobre os problemas da população deficiente?

Devido às limitações físicas e orçamentárias para levantar uma pesquisa sobre veículos de imprensa tradicional de caráter nacional, a busca de dados foi realizada com a ferramenta virtual *Google Trends*. Assim, tendo como referente um aproximado de 149 milhões de brasileiros que acessaram a internet no até junho de 2019 (*Internet World Stats*, 2019), nossa busca sobre o interesse pela deficiência da sociedade brasileira em geral, e de Minas Gerais, foi focada na interação desses usuários da internet que participam constantemente das mídias sociais, e que circulam, compartilham e pesquisam informação sobre assuntos relacionados à população deficiente no país. Isto é, segundo o postulado pelo sociólogo Putnam, em que medida o cidadão se informa sobre a problemática local, regional ou nacional que o afeta.

Embora que não conseguimos desagregar por veículos de informação (jornais, revistas, sites de organizações, blogs) foi feita uma sondagem de caráter nacional e local (Estado de Minas Gerais) que aglomerou as pesquisas gerais dos usuários no motor de busca *Google*, o que permitiu entender numa primeira escala o que está sendo falado no país sobre as pessoas com deficiência e quanto aparece na opinião pública (considerando a classificação das buscas relacionadas por termos).

Podemos inferir dos resultados gerais da pesquisa no *Google Trends*, que o interesse da opinião pública on-line pode ser induzido, e acompanha a agenda cívico-política do movimento organizado, ou seja, o interesse está especialmente voltado às datas que visam a educar e atrair a atenção da população em geral pelos direitos dos deficientes. O que poderia revelar que, estes dias representativos para a deficiência no país, levaram a um aumento considerável da escala, devido ao reconhecimento cada vez maior da sociedade dos anos de luta pela inclusão da deficiência em múltiplas esferas públicas, trabalhando pela participação política e social da população deficiente, e levando por exemplo, à aprovação de leis para estabelecer datas desta índole, que posteriormente são tendência entre os usuários do Brasil.

Da mesma forma, apoiados pelo fenômeno mediático e a transformação dos canais de informação, a sociedade civil está cada vez mais direcionada a ter um acesso rápido e eficaz de qualquer tipo de informação mediante a internet, motivo pelo qual, muitas das notícias e das diferentes informações que antigamente só eram compartilhadas com um pequeno grupo de pessoas, agora é de domínio popular. Isso é, devido ao imediatismo dos médios sociais virtuais e aos espaços de interação construídos nesse contexto.

É de supor nesta sondagem do interesse da sociedade através da mídia social pela deficiência no país, que a reivindicação dos direitos e de todo o processo emergente pela acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, tem conseguido até o momento um cobertura mediático cada vez maior das diferentes propostas, atividades e/ou eventos relacionados anualmente nestas celebrações em prol dos deficientes e sua integração na sociedade. Por isso, torna-se atualmente relevante trazer a colação outro tipo de formas de reconhecimento do interesse pela temática, e como é desenvolvido neste caso pelos

usuários do espaço virtual, chegando ao ponto de ter muita popularidade para uma região ou todo um país.

2. A que tipo organizativo corresponde a Federação das APAES de Minas Gerais?

Segundo a tipologia de Offe e Fuchs (2003), a FEAPAES-MG pode considerar-se um tipo organizativo de índole formal com objetivos fixos e com uma estrutura determinada hierarquicamente, sendo constituída uma grande associação a partir da conformação da rede das APAES do Estado de Minas Gerais. Para funcionar dentro do movimento apaeano, as mais de 400 APAES devem cumprir a normatividade estabelecida desde a Federação.

Pela teoria, esperava-se encontrar, em Minas Gerais, um voluntariado mobilizado em ações de movimento social em pró dos direitos dos deficientes. Mas o que foi encontrado em nosso estudo empírico, demonstrou que o movimento (Federação das APAES do Estado de Minas Gerais) pelos dados da pesquisa não se enquadra nesse tipo puro de voluntariado e tudo o que o voluntariado supõe, isto é, trabalho não remunerado, doação de dinheiro e vínculos não formais. Encontramos, por um lado, um tipo de organização formalizado e profissionalizado, com uma relação trabalhista e menos colaborativa (menos voluntariado), e por outro, uma forte dependência desta Federação específica, perante o Estado.

Com tal característica, podemos dizer que esse é um caso *seu generis*, porque com os dados coletados observamos que as APAES-MG dependem do engajamento político e profissional de alguns políticos de ofício que trazem os recursos via emendas parlamentarias. Mas também, a forma de financiamento das organizações (Tabela 12 na página 116), está baseada pela contratação via venda de serviços com o sistema único de saúde (SUS) e os convênios com secretarias de estado, municipais, para serviços especializados de atenção das

pessoas com deficiência. Assim como, é recorrente entre outras formas, as doações da empresa privada, ação beneficente de Igrejas e a doação internacional.

Deve-se notar que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), nasceu como uma iniciativa não governamental, vindo das profundezas da sociedade civil como uma busca por organizar as pessoas que trabalhavam pela inclusão da população com deficiência no Brasil, e cujo empreendimento inicial foi liderado principalmente pelas famílias da população deficiente. No entanto, esse tipo de organização cívica terminou ao mesmo tempo existindo desde o ponto de vista operacional, porque começou a contratar com o Estado. Os resultados apresentaram uma participação profissionalizada e altamente formalizada em termos de serviços profissionais, mas também, organizações articuladas politicamente.

Neste ponto, a articulação política corresponde à via contratação com o Estado, mas também à ação orgânica de algumas figuras políticas como é o caso do nomeado Deputado Eduardo Barbosa. Portanto, a teoria standard do capital social, enquanto uma análise da participação cidadã, não examina os nexos com as formas de mobilização política formal e consolidação de bases de apoio eleitoral entre políticos de ofício. Aqui, há uma fronteira tênue entre o que é denunciado como clientelismo, ação político-partidária vertical e geradora de dependências sem *accountability*, e a legítima organização de bases sociais para ação programática dos políticos de ofício. No caso estudado, o associativismo das APAES-MG, por mais altruísta e humanistas que sejam seus ideais, não encontra sustento sem o campo político profissional.

Assim como, neste caso analisado, podemos evidenciar que no primeiro momento de consolidação das APAES no Estado de Minas Gerais foi levada em consideração a necessidade de criar uma Federação (FEAPAES-MG), tendo como objetivo organizar-se

formalmente na área do trabalho em prol das pessoas com deficiência. Mas, para encontrar um espaço de maior reconhecimento e incidência social, a FEAPAES-MG pulou de uma ONG para um movimento com representação política, escolhendo a quem já tinha sido seu presidente, o médico graduado da Universidade Federal de Minas Gerais, o atual Deputado Eduardo Barbosa, do partido político Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Para o Deputado Barbosa, sua candidatura foi uma eleição majoritária de toda a FEAPAES-MG, devido à experiência desenvolvida no campo da deficiência. Esse reconhecimento e confiança dentro do movimento apaeano, permitiu que o doutor Barbosa encontrara nas APAES a base social eleitoral pelo percorrido de seu trabalho com a população deficiente. Atualmente, o Deputado Eduardo Barbosa é uma das vozes destas organizações para a promoção das estratégias de inclusão e trabalho das pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais, levando propostas neste âmbito para influir na alocação de recursos públicos em função de seus compromissos políticos.²⁹

Mas também, dentro da pesquisa foram nomeados outros deputados que trabalham na inclusão, defesa e reconhecimento da população deficiente, como o Deputado Fábio Avelar, do partido político Avante, o Deputado Jaime Martins, do Partido Social Democrático (PSD), e o Deputado Weliton Prado, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), entre outros que representam o esquema de apoio político destas organizações.

3. Quais seriam as limitações da teoria do capital social?

Os achados em termos de vínculos profissionais e venda de serviços ao Sistema Único de Saúde, no caso da Federação das APAE, não implicam que a teoria do capital social, tal e

²⁹ Entrevista realizada ao Deputado Eduardo Barbosa. Em anexo o resumo.

como é formulada na visão de Robert Putnam, tenha sido refutada ou que deva ser descartada. Algumas ponderações podem ser levantadas.

Em primeiro lugar, as formulações teóricas de Putnam (2002), Offe e Fuchs (2002), refletem o estágio cultural e civilizatório no qual estão inseridos o Estado e a Sociedade civil da Europa ocidental e dos Estados Unidos. Assim, o capital social esperado supõe uma sociedade civil imbuída de uma ética pública que faça controle às burocracias públicas.

Em segundo lugar, tal autonomia cívica supõe um nível de desenvolvimento econômico que lhe permita aos cidadãos organizados ter fontes de ingressos excedentários para dedicar-se a formas autofinanciadas de voluntariado. Num país de ingresso médio, como o Brasil, tais excedentes, para doar tempo livre e dinheiro, não são a regra. Bastaria comparar as taxas de desemprego e informalidade entre o Brasil e os países nor-atlânticos para constatar que a luta pela subsistência se impõe em nosso contexto.

Em terceiro lugar, Putnam constatou, no caso da Itália, que o desenvolvimento econômico era consequência, e não causa, do engajamento cívico. Transplantar este resultado ao contexto do Brasil, e da América Latina, resulta problemático. Pois sabemos do papel do Estado na criação das condições para a acumulação de capital, tanto público como privado. O fato da Federação das APAES ser uma grande instituição com contratações do SUS depõe em favor do peso do Estado na prestação de serviços públicos essenciais.

Pelo viés do Putnam (2002), Offe e Fuchs (2003), e suas previsões feitas no contexto europeu, seria de esperar que o movimento social em pró dos deficientes, no caso mineiro, fosse mais um vedor interessado em costurar laços sociais geradores de confiança, em ampliar a demanda pelos serviços essenciais para as pessoas com deficiência, em fiscalizar a

quantidade e qualidade destes serviços, e não tanto um prestador de serviços médicos e educacionais.

Diante destes resultados, torna-se necessário contextualizar a teoria do capital social no caso da sociedade civil organizada em pró dos direitos da população deficiente. Em Minas Gerais, aparece um Capital Social na forma de parceria entre Estado e sociedade civil, com uma forte mediação de organizações político-partidárias. Como demonstra o caso estudado no contexto brasileiro, o Estado é ao mesmo tempo demandado e parceiro no fortalecimento das organizações do terceiro setor.

A diferença de outros contextos como a Europa e os Estados Unidos, o voluntariado auto-organizado e captador de recursos com independência do Estado (doações, contribuições voluntárias, etc.) não é a regra no Brasil. O movimento apaeano aqui estudado aparece no perfil de uma organização altamente profissionalizada e prestadora de serviços públicos essenciais para seu público-alvo, numa espécie de *outsourcing* do Serviço Único de Saúde-SUS.

Futuras pesquisas deveram esclarecer este achado fundamental, saber se a sociedade civil no caso brasileiro, e de forma específica o movimento em pró das pessoas com deficiência, assume funções de prestador de serviços públicos em decorrência do baixo nível de ingresso das famílias participantes, ou se pelo contrário este fato obedece a fatores de dependência política e de cultura participativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO ET AL.,. Una aproximación sociológica a la discapacidad desde el modelo social: apuntes caracteriológicos. Colombia: **R. Investigación & D.**, 2012. p. 62-85.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONPED). Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://mg.gov.br/instituicao_unidade/conselho-estadual-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-conped. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Cartilha do Censo 2010, Pessoas com deficiência**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/História%20do%20Movimento%20Pol%C3%ADtico%20das%20Pessoas%20com%20Deficiência%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2018.

BONFIM, S. **A luta por reconhecimento das pessoas com deficiência: aspectos teóricos, históricos e legislativos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CANDIDO, P; PINTO, R. **Comunicação alternativa, ferramenta para a inclusão social de las personas en condición de discapacidad**. 2017.

FREEMAN, L. C. Centrality in social networks conceptual clarification. *Social networks*, 1(3), 215-239, 1979. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-8733\(78\)90021-7](https://doi.org/10.1016/0378-8733(78)90021-7)

MACCALI, N et al., As práticas de recursos humanos para a gestão da diversidade: a inclusão de deficientes intelectuais em uma federação pública do Brasil. 2015.

GARCIA, V; MAIA, A. Características da participação das pessoas com de ciência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, jul./dez, 2014. p. 395-418.

GIRALDI, R. Brasileira defenderá na ONU direitos de pessoas com deficiência. **Agência Brasil**, Brasília, 12 jun. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2018-06/brasileira-defendera-na-onu-direitos-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 12 jun. 2018.

HANNEMAN, R. A. Introduccìon a los métodos del análisis de redes sociales. [M. Á. Petrizzo, Trad.] Califórnia: University of California Riverside, 2001.

HERNÁNDEZ, M. El Concepto de discapacidad: de la enfermedad al enfoque de derechos. *R. CES Derecho*, v. 6 (2), 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Censo Brasil 2010. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm. Acesso em: 1 mar. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Mapa das organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?organizacao=deficiencia&tipoBusca=0> Acesso em: 22 Set. 2018

INSTITUTO MARA GABRILLI, Brasília, 12 jun. 2018. Disponível em: <http://maragabrilli.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

INTERNET WORLD STATS. **Top 20 countries with the highest number of internet users.** Disponível em: <https://internetworldstats.com/top20.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

LANNA J.; CLÉBER M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 443.

MAIOR, I. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência.** Brasília, Brasil, 2011. p. 2-22.

MEHROTRA, N. **Disability Rights Movements in India.** India: Politics and Practice, v 46, 2011. p. 65.72.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e as pessoas com deficiência.** ONU Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência 2006.** ONU BRASIL. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-lembra-10-anos-de-convencao-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PUTNAM, R. **El Declive del Capital Social:** un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Traducción de José Luis Gil Arístu. 1. Ed. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 9-33.

OFFE, C.; FUCHS, S. ¿Se halla en declive el capital social? El caso alemán. In: PUTNAM, R. (Org.) **El Declive del Capital Social:** un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. 1. Ed. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003. p. 347-426.

PAULA, A; MAIOR, Madeira I. Um mundo de todos para todos: Universalização de direitos e direito à diferença. **R. Direitos Humanos**, Brasília/DF, v. 1. Dezembro 2008.

PEREIRA, J.; SARAIVA, J. Trajetória histórico social da população de ciente: da exclusão à inclusão social. **R. SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, 2017. p. 168-185.

ARQUIVO NACIONAL MAPA (ANM). **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Memória da administração Pública Brasileira, 2016.

SASSAKI, R. Vida Independiente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: **RNR**, 2003, p.12-16.

SECRETÁRIO EXECUTIVO INSTITUTO SAGRES – Instituto Qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conforme despacho da Secretaria Nacional de Justiça, publicado no Diário Oficial de 15 de agosto de 2006. Citado por: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/oscip-lei-9790-99/>

SEOANE, J. A. ¿Qué es una Persona con Discapacidad? España: *ÁGORA*: papeles de filosofía, 2011. p. 143-161.

SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (SICONV). Brasil. Disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/>. Acesso em: 1 mai. 2018.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro das Entrevistas

Roteiro 1

Entrevista exploratória - Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência – CONPED

Nome da organização: Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência – CONPED

Data:

Lugar:

Dados do entrevistado

Nome completo:

Idade: Sexo: ___ H ___ M

Posição que ocupa na organização:

Experiência profissional / formação:

Anos de experiência:

Objetivo da entrevista: Conhecer a dinâmica do CONPED, sua incidência nas políticas públicas sobre os direitos das PCD; os diferentes tipos de trocas que desenvolvem com outras organizações; as interações e os laços entre conselhos no Estado de Minas e a captação de recursos, contratos, doações entre outros.

Perguntas gerais sobre o CONPED

1. Faça uma pequena descrição da história ou trajetória do CONPED.
2. Atualmente que tipo de competências, gestões, atividades próprias e serviços específicos desenvolve o CONPED?

3. Como são eleitos os representantes do CONPED, fazem parte de quais organizações?
Possui a lista oficial de representantes e sua procedência
4. Quais são as ações realizadas pelo CONPED para pressionar o governo e incidir na formulação e implementação das políticas públicas de pessoas com deficiência de caráter Estadual, Municipal e Nacional?
5. Que tipo de iniciativas desenvolve o CONPED para incidir ou influenciar o debate sobre a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência na esfera pública?

Sobre articulação e trocas do CONPED com Organizações do terceiro setor

6. Com que tipo de organizações o CONPED faz trocas (troca de recursos, serviços ou profissionais)
- * Que tipo de trocas existem: apoio para divulgar ações, fazer o evento, normativa técnica, parceria projeto conjunto, empréstimo de equipamento, computador, cadeira de rodas, que tipos de recursos que podem trocar...
7. Quais são as formas mais frequentes de cooperação do CONPED com organizações do terceiro setor que trabalham pelos direitos das PCD?
 8. Com que frequência o CONPED participa ou tem presença nas atividades realizadas pelas organizações do terceiro setor com as quais realizam trocas?
 9. Quais são as medidas que o CONPED lidera para melhorar a articulação de entidades e lideranças do segmento que trabalha pelos direitos das PCD no Estado de Minas Gerais?
 10. Que outros tipos de parcerias desenvolvem para criar ações no campo dos direitos das PCD? Por exemplo para construção ou pedidos de informação neste âmbito ou para a realização de eventos.
 11. Recebem algum tipo de ajuda como o voluntariado? Quem ajuda neste campo?

Interação do Presidente do CONPED

Informação para o entrevistado: a seguir gostaria de conhecer um pouco como você se relaciona com outros conselheiros estaduais de Minas Gerais e no seu município.

12. Indique os nomes de outros conselheiros (nome completo e conselho do qual participa) com os quais você mais conversa sobre políticas públicas estaduais.
13. Indique os nomes de outros conselheiros (nome completo e conselho do qual participa) com os quais você mais conversa sobre assuntos ligados à temática de seu conselho.
14. Indique os nomes de outros conselheiros que mais informam você sobre assuntos que são discutidos em outros conselhos.
15. Indique os conselhos parceiros com os que mais se relaciona na realização de eventos e/o reuniões sobre acessibilidade, inclusão e políticas públicas dos direitos das pessoas com deficiência no Estado de Minas. Porquê?

Sobre os recursos

16. Qual é a forma de captação de recursos do CONPED. De quem vem os recursos?
17. O CONPED tem contratos com o setor público? Atualmente, que tipo de contratos tem? Com quem tem contratos?
18. O CONPED recebe doações? Que tipo de doações recebem? De quem?
19. Qual é o orçamento anual do CONPED?
20. Você gostaria de falar sobre os atuais desafios e necessidades que apresenta o CONPED e como estão trabalhando no melhor funcionamento do conselho.

Roteiro 2**Entrevista exploratória Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG)**

Nome da organização: Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (FEAPAES-MG)

Data:

Lugar:

Dados do entrevistado

Nome completo:

Idade: Sexo: X H M

Posição que ocupa na organização:

Experiência profissional / formação:

Anos de experiência:

Objetivo da entrevista: Conhecer a dinâmica da FEAPAES-MG, seus serviços, sua incidência nas políticas públicas sobre os direitos das PCD; os diferentes tipos de trocas, interações e os laços que desenvolvem com outras organizações, e a captação de recursos, contratos, doações entre outros.

Perguntas gerais sobre FEAPAES-MG

1. Faça uma pequena descrição da história ou trajetória da FEAPAES-MG.
2. Atualmente que tipo de competências, gestões, atividades próprias e serviços específicos desenvolve a FEAPAES-MG?
3. Qual é a relação da federação com as APAES municipais, condicionam as decisões? Tem algum tipo de hierarquia?
4. Como são eleitos os presidentes da FEAPAES-MG, fazem parte de quais organizações?

*Possui a lista oficial dos representantes das APAES municipais.

5. Quais são as ações realizadas pela FEAPAES-MG para influenciar as administrações municipais e governo estadual e incidir na formulação e implementação das políticas públicas de pessoas com deficiência de caráter Estadual, Municipal e Nacional?
6. Como promovem as APAES os direitos dos especiais perante a opinião pública?

Sobre articulação e trocas da FEAPAES-MG com Organizações do terceiro setor

7. Com quais outras organizações do terceiro setor FEAPAES tem algum tipo de parceria? Troca de serviços, assessoria técnica, trocas de informação, ações de divulgação conjuntas.
8. Qual é sua percepção Percepção sobre o vigor do terceiro setor mineiro que luta pela inclusão dos deficientes.
9. Que tipo de relação desenvolve a FEAPAES-MG com o Conselho Estadual de Defesa Dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Estado de Minas? Como interagem?

Sobre os recursos:

10. Qual é a forma de captação de recursos da FEAPAES-MG. De quem vem os recursos?
11. A FEAPAES-MG tem contratos com o setor público? Atualmente, que tipo de contratos tem? Com quem tem contratos?
12. A FEAPAES-MG recebe doações? Que tipo de doações recebem? De quem?
13. Qual é o orçamento anual da FEAPAES-MG?
14. Você gostaria de falar sobre os atuais desafios e necessidades que apresenta a FEAPAES-MG e como estão trabalhando no melhor funcionamento da federação.

Roteiro 3

Entrevista exploratória ao representante político

1. Quais foram as circunstâncias ou conjunturas que o levaram como pessoa pública ao encontro com o Movimento Apaeano?
2. Você se concebe ou considera seu mandato como a defesa e representação do Movimento Apaeano perante à Assembleia Estadual?
3. Conhece outros deputados na Assembleia Estadual que assumam a causa da defesa dos direitos das pessoas com deficiência como parte de seu mandato?
4. Se conhece outros deputados, existe convergência com as propostas desses representantes? Ou pelo contrario, existem divergências além das bandeiras de partidos diferentes em relação às propostas sobre os direitos das pessoas com deficiência?
5. Quais são suas grandes iniciativas legislativas em favor da causa das PCD e como tem contribuído no financiamento das necessidades da Federação das APAES do Estado de MG (como tem trabalhado nessas ações). Quais as fontes de financiamento principais que você tem ajudado administrar?

Anexo B - Questionário Tipo Survey

PESQUISA – CAPITAL SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EQUIPE:

Pesquisadora: Maria Angel Orjuela (Mestranda em sociologia UFMG)

Orientador: Silvio Salej (Professor Sociologia da UFMG)

QUESTIONÁRIO

Apresentação:

Este questionário faz parte de uma pesquisa científica que pretende conhecer as formas de atuação de organizações do terceiro setor que trabalham pelos direitos das pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais do Brasil. A pesquisa é a dissertação de mestrado em Sociologia da aluna Maria Angel Orjuela.

Ressaltamos que sua participação é muito importante para o sucesso dessa pesquisa. Garantimos que suas respostas são sigilosas e seu nome não será associado a elas. As informações coletadas serão codificadas em números para serem analisadas. O tempo de aplicação é estimado em 20 minutos. Você poderia responder a este questionário via telefone?

I – DADOS DA ORGANIZAÇÃO

Nome Da Organização Civil: _____

SIGLA _____.

Nome do respondente: _____.

Cargo que ocupa: _____.

SEXO: () Home () Mulher

O respondente buscou informações com outros membros da organização?

1. () Sim 2. () Não.

Se sim, favor identificar as pessoas consultadas: _____

II- CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

<p>1. Qual é o tipo da organização:</p> <p><input type="checkbox"/> OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público)</p> <p><input type="checkbox"/> ONG (organizações não governamentais)</p> <p><input type="checkbox"/> Fundação de beneficência sem animo de lucro</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____</p> <p><input type="checkbox"/> NR</p> <p><input type="checkbox"/> NS</p>
<p>2. Qual é o ano de fundação da organização da qual você participa _____.</p>
<p>3. Atualmente, sua organização conta com quantos membros? _____.</p> <p>- Número de membros com salário _____</p> <p>- Número de membros como voluntários _____</p> <p>- Número de pessoas na equipe de serviços técnicos com a clientela _____</p> <p>- Número de membros da equipe de serviços técnicos com salário _____</p> <p>- Número de membros da equipe de serviços técnicos como voluntários _____</p>
<p>4. Considerando as ações/projetos da organização da qual você faz parte, quais são as principais áreas de atuação da organização? [pode eleger mais de uma alternativa]</p> <p>1. Assistência social ()</p> <p><input type="checkbox"/> Assistência domiciliar, em casa do deficiente</p> <p><input type="checkbox"/> Assistência na sede da organização</p> <p><input type="checkbox"/> Outra, qual?</p> <p>2. Assessoria jurídica ()</p> <p><input type="checkbox"/> Consultório jurídico</p> <p><input type="checkbox"/> Serviços de advocacia para pessoas com deficiência</p> <p><input type="checkbox"/> Outra, qual?</p> <p>3. Promoção da saúde ()</p> <p><input type="checkbox"/> Atenção médica e de reabilitação</p>

Atenção Domiciliar

Atenção na sede da organização

Outra, qual?

4. Ações para a inserção laboral da pessoa com deficiência ()

Fornecer informações sobre vagas de trabalho

Mediar para conseguir estágio

Outra, qual?

5. Aprendizagem e educação inclusiva ()

Educação Domiciliar

Educação na sede da organização

Outra, qual?

6. Oferta específica para ()

Deficiência intelectual

Deficiência física

Deficiência auditiva

Deficiência visual

Outro tipo de deficiência, qual? _____

- Que tipo de oferta específica? _____

7. Outras formas de atuação ()

Pesquisa sobre deficiência

Criação de campanhas de mobilização das PCD

Manifestações artísticas, culturais

Outras, quais?

5. A organização da qual você é membro desenvolve ações PRINCIPALMENTE no âmbito...

1. Municipal. Qual município? _____

2. Nacional

4. Internacional. Quais países? _____

6. Ainda em relação às ações desenvolvidas por sua organização, qual é o público Alvo: **[pode eleger mais de uma alternativa]**

1. () Crianças com algum tipo de deficiência
2. () Jovens com algum tipo de deficiência
3. () Adultos com algum tipo de deficiência
4. () Pessoas da terceira idade com algum tipo de deficiência
5. () Outros. Quais? _____

III – RECURSOS DA ORGANIZAÇÃO

7. Pensando nas formas de obtenção de recursos materiais/dinheiro ao longo do último ano, gostaria de saber se a organização da qual você é membro recebe **apoio financeiro...** **[pode eleger mais de uma alternativa]**

1. () ... de Programas de financiamento Estatal. Quais? _____
- Qual é o montante R\$ _____
2. () ... de Fundações Internacionais. Quais? _____
3. () ... de Igrejas. Especifique: _____
4. () ... de ONGs. Quais? _____
5. () ... de Partidos Políticos. Quais? _____
6. () ... dos próprios membros da organização
- Doações _____
7. () ... de outras fontes. Quais? _____

8. Atualmente, qual é EM MÉDIA a **Faixa Orçamentária anual** com que sua organização trabalha?

1. () menos de R\$ 25.000,00
2. () ... de R\$ 25.000,00 até R\$ 50.000,00
3. () ... de R\$ 50.001,00 a 100.000,00
4. () ... de R\$ 100.001,00 a 300.000,00
5. () ... de R\$ 300.001,00 a 600.000,00
6. () ... de R\$ 600.001,00 a 1.000.000,00
7. () ... acima de R\$ 1.000.001,00

IV – RELAÇÕES COM ATORES EXTERNOS

9. Pensando nas ações/projetos de sua organização, gostaria de saber se vocês mantêm **RELAÇÕES FORMAIS** (apoiadas em contratos e convênios) **OU INFORMAIS** (apoiadas em laços pessoais e/ou amizade, isto é, independentem de registros) com:

RELAÇÕES FORMAIS			
Parceria com	Contrato	Convênio	Qual (is) setor (es)? Contato (s)-nome (s)
Prefeitura			
Governo Federal			
Governo Estadual			
Governo Municipal			
Partidos políticos: () Senadores () Deputados federais () Deputados estaduais () Vereador Outro, qual? Qual partido?			

RELAÇÕES INFORMAIS	
Parceria com	Qual (is) setor (es)? Contato (s)-nome (s)
ONGs	
Movimentos sociais	
Pesquisadores de universidades	
Igreja	() Católica e/ou () Outras Igrejas _____
Outros, quais?	

10. Gostaríamos de conhecer um pouco mais sobre as parcerias entre sua organização e outras **organizações civis que trabalham pela deficiência**. Por favor, cite **ATÉ CINCO organizações mais importantes** com as quais vocês mantêm relações em função dessa temática.

Cite apenas organizações da sociedade civil (ONGs, Redes, Movimentos Sociais, etc.)	Lugar da organização	Por que a relação com essa organização é importante? [pode eleger mais de uma alternativa]
1. _____		1. () contribui com recursos financeiros / materiais 2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas. 3. () fornece informações sobre questões da deficiência 4. () divulga nossas ações e iniciativas 5. () outra razão: _____
2. _____		1. () contribui com recursos financeiros / materiais 2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas. 3. () fornece informações sobre questões da deficiência 4. () divulga nossas ações e iniciativas 5. () outra razão: _____
3. _____		1. () contribui com recursos financeiros / materiais 2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas. 3. () fornece informações sobre questões da deficiência 4. () divulga nossas ações e iniciativas 5. () outra razão: _____
4. _____		1. () contribui com recursos financeiros / materiais

		<p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p> <p>5. () outra razão: _____</p>
5. _____		<p>1. () contribui com recursos financeiros / materiais</p> <p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p> <p>5. () outra razão: _____</p>

11. Agora, gostaríamos de conhecer um pouco mais sobre as parcerias entre sua organização e as **instituições de nível municipal, estadual ou federal**. Por favor, cite **ATÉ CINCO instituições mais importantes** com as quais vocês mantêm relações em função dessa temática.

Cite apenas instituições	Lugar da instituição	Por que a relação com essa instituição é importante? [pode eleger mais de uma alternativa]
1. _____		<p>1. () contribui com recursos financeiros / materiais</p> <p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p> <p>5. () outra razão: _____</p>

2. _____		<p>1. () contribui com recursos financeiros / materiais</p> <p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p> <p>5. () outra razão: _____</p>
3. _____		<p>1. () contribui com recursos financeiros / materiais</p> <p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p> <p>5. () outra razão: _____</p>
4. _____		<p>1. () contribui com recursos financeiros / materiais</p> <p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p> <p>5. () outra razão: _____</p>
5. _____		<p>1. () contribui com recursos financeiros / materiais</p> <p>2. () trocamos ideias / informações que propiciam a construção de estratégias de ações conjuntas.</p> <p>3. () fornece informações sobre questões da deficiência</p> <p>4. () divulga nossas ações e iniciativas</p>

5. () outra razão: _____

V – ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E AÇÕES INICIATIVAS DAS OSC SOBRE DEFICIÊNCIA

12. Pensando no último ano, para concretizar seus objetivos e ideais a organização da qual você faz parte NENHUMA VEZ, UMA VEZ, DUAS VEZES, MAIS DE TRÊS VEZES...	Nenhuma vez	Uma vez	Duas vezes	Mais de 3 vezes
1. Realizou seminários, palestras e/ou oficinas sobre deficiência	0	1	2	3
2. Participou de reuniões com outras organizações civis	0	1	2	3
3. Participou de reuniões com o poder público	0	1	2	3
4. Participou de conferências nacionais, municipais, estaduais sobre deficiência	0	1	2	3
8. Realizou parcerias com outras ONG's- redes da sociedade civil Quais? _____	0	1	2	3
9. Participou de reuniões ou encontros com os conselhos nacionais, estaduais, municipais sobre deficiência	0	1	2	3
10. Participou de comissões estaduais, municipais, federais sobre deficiência	0	1	2	3
11. Participou de audiências públicas municipais, estaduais, federais sobre deficiência	0	1	2	3
12. Participou de fóruns sobre deficiência. Quais? _____	0	1	2	3
13. Participou de espaços virtuais: Face, Blogs, Twitter, etc. Quais? _____	0	1	2	3
14. Outros, quais? _____	0	1	2	3